

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Arleida Lemke Tesch

MULTITERRITORIALIDADE NO DISTRITO DE ITAPINA,  
COLATINA - ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA  
2018

Arleida Lemke Tesch

MULTITERRITORIALIDADE NO DISTRITO DE ITAPINA,  
COLATINA - ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração Estudos Urbanos e Regionais.

Profº. Orientador: Júlio Bentivoglio

Profª Coorientadora: Renata Hermanny de Almeida

Vitória

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

T337m      Tesch, Arleida Lemke, 1963-  
              Multiterritorialidade no Distrito de Itapina, Colatina-Espírito  
              Santo / Arleida Lemke Tesch. – 2018.  
              194 f. : il.

Orientador: Julio César Bentivoglio.

Coorientador: Renata Hermann de Almeida.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Colonização - Doce, Rio, Vale (MG e ES) - História. 2.  
Transportes - Itapina (ES). 3. Economia – Itapina (ES). 4.  
Paisagens - Itapina (ES). 5. Área de Proteção do Ambiente  
Cultural de Itapina (ES). I. Bentivoglio, Julio César. II. Almeida,  
Renata Hermann de. III. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 91



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA



**REGISTRO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE CANDIDATO AO GRAU DE  
MESTRE PELO PPGG/CCHN/UFES**

Nº da matrícula do candidato: **2016140132**

A Comissão Julgadora da Dissertação de Mestrado "*Multiterritorialidade no Distrito de Itapina, Colatina – Espírito Santo*", elaborada por **ARLEIDA LEMKE TESCH**, recomendou, após apresentação da Dissertação, realizada no dia 09 de Agosto de 2018, que o mesmo seja:

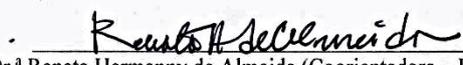
Aprovado

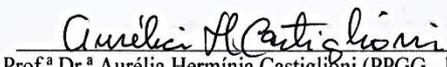
Reprovado

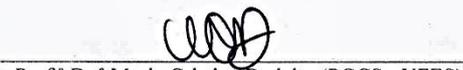
-----  
-----  
-----  
-----

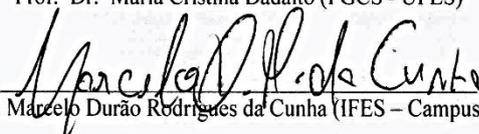
Vitória, 09 de Agosto de 2018.

  
Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (Orientador – PPGG - UFES)

  
Prof.ª Dr.ª Renata Hermanny de Almeida (Coorientadora – PPGAU - UFES)

  
Prof.ª Dr.ª Aurélia Herminia Castiglioni (PPGG - UFES)

  
Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Dadalto (PGCS - UFES)

  
Prof. Dr. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha (IFES – Campus Itapina)

## DEDICATÓRIA

Aos Jair, Rodrigo, Fillipe, Carina e Larissa,  
base familiar e apoiadores deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar os desafios deste trabalho com determinação, dedicação e alegria.

À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pela oportunidade de tornar esta pesquisa uma realidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, ao seu corpo docente, coordenação e Secretaria, pelo profissionalismo, atenção e carinho.

À Dr<sup>a</sup> Aurélia Hermínia Castiglioni e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inês Faé, pela orientação, apoio e confiança no começo dessa caminhada.

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Júlio César Bentivoglio e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Hermanny de Almeida pelo acolhimento, oportunidade, apoio e empenho na orientação e co-orientação desta dissertação.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Dalcomuni e à prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Hermanny de Almeida pela orientação, apoio e confiança nas disciplinas ministradas.

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luis Carlos Tosta dos Reis e ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Cláudio Luiz Zanotelli pelas disciplinas ministradas com dedicação.

À Prof<sup>a</sup> MSc Terezinha Côgo Venturim pela revisão da redação desta dissertação.

Aos demais professores da Faculdade Castelo Branco (FCB), colegas de caminhada, que, de modo especial, manifestaram apoio, atenção e carinho durante a percurso realizado neste período.

À Prefeitura Municipal de Colatina (PMC), pelo consentimento da licença remunerada para realização do Mestrado.

Aos profissionais da Biblioteca Central da UFES, da Cúria da Diocese de Colatina, do Arquivo Público do ES, do Centro de Memória da Vale, da Secult, da Biblioteca Municipal de Colatina, da Biblioteca da Faculdade Castelo Branco, pela atenção e dedicação durante a pesquisa.

À população de Itapina e à EEEMF “Maria Ortiz”, sob a direção de Andrea Rassch, pelo acolhimento e apoio durante o trabalho de campo.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao Jair, esposo e companheiro de idas e vindas no percurso entre Colatina e Vitória. Obrigada pela compreensão, amor e incentivo durante este período de estudo e pesquisa.

Aos colegas das disciplinas, com quem tive o privilégio de conviver.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## EPÍGRAFE

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

(Italo Calvino, 1972, *As Cidades Invisíveis – a cidade e a memória* 3)

## RESUMO

Esta dissertação analisa a evolução do povoamento, da economia cafeeira, da infraestrutura de transporte e suas inter-relações com a construção da multiterritorialidade materializada na paisagem de Itapina. Detém-se especialmente no período compreendido entre 1906, com a chegada dos trilhos às margens do Rio Doce, e 2016, com o fim do governo municipal que consolida o tombamento do núcleo urbano de Itapina em uma Área de Proteção do Ambiente Cultural. Destaca a importância da Fazenda Serra, de Francisco Vieira de Carvalho Milagres no povoamento dos arredores do núcleo urbano de Itapina. Identifica a localização do Aldeamento Laje e a presença dos índios Munhageruns e Nac-Nuncs na foz do Ribeirão Laje, afluente do Rio Doce e a ação do SPI em minimizar os conflitos que ocorrem entre os índios e os colonos. Destaca as conexões existentes entre as vias de comunicação utilizada por tropeiros com a ferrovia e a navegação fluvial, especialmente no Rio Doce, sendo que mais tarde as vias dos tropeiros são materializadas em estradas e rodovias. Enfatiza a história da Estrada de Ferro Vitória-Minas e a sua importância para o entreposto comercial que se estabelece no núcleo urbano de Itapina. Aponta que a ascensão e o auge da vida econômica em Itapina ocorre entre os anos de 1920 a 1950 e a decadência entre as décadas de 1960 e 1970, período da erradicação do café no Espírito Santo e no Brasil. Utilizando diversos trabalhos acadêmicos, como livros, artigos, dissertações, teses, análise de estudos, relatórios, diagnósticos, jornais e revistas, sobre os recortes adotados na pesquisa produzidos por órgão do governo e vinculados a ele que abordam o recorte temático e temporal da pesquisa, analisa o processo de ocupação do território por meio do povoamento, da implantação dos modais de transporte, do cultivo do café nos arredores do núcleo urbano de Itapina que se constitui numa dinâmica combinada e contínua de multiterritorialidade expressa na territorialização e na des-territorialização do indivíduo, grupo social e do Estado que constroem seus multi territórios integrando a experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. Os resultados evidenciam os motivos da decadência da vida econômica do núcleo urbano, enfatizam que o breve momento ascensão e decadência que se materializa no espaço/território como um legado preservado com o tombamento da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina, que se organiza em setores no Sítio Histórico Urbano de Itapina, demonstram que a população, representada na pesquisa, atribui valor a territórios na APAC, sendo que esses territórios correspondem a objetos, a eventos, a construções, a elementos da paisagem, e que os valores estão em constante reconstituição.

**PALAVRAS-CHAVE:**1. Multiterritorialidade - Povoamento - Vale do Rio Doce, 2. Modais de transporte - Itapina, 3. Economia cafeeira 4. Entreposto comercial – Itapina, 5. APAC - Área de Proteção do Ambiente Cultural – Itapina.

## ABSTRACT

This dissertation analyses the evolution of settlement, the coffee economy, the transport infrastructure and its interrelations between the multi-territoriality materialised in Itapina's landscape. It looks especially into the period between 1906 – the arrival of rails alongside with Rio Doce's riverbanks – and 2016 – the end of the city management, which consolidates Itapina's urban nucleus as a heritage area and a Protection Area of Cultural Environment. It highlights the importance of Francisco Vieira de Carvalho Milagres' Fazenda da Serra in the settlement of Itapina's urban nucleus surroundings. It identifies Aldeamento Laje's location and the presence of Munhagerunsand and Nac-Nuncs indigenous people at Ribeirão Laje's mouth, tributary of Rio Doce and SPI's action aiming at minimizing the conflicts, which occur between the indigenous people and the settlers. It highlights the existing connections between communication channels used by muleteers with the railway and river navigation, especially at Rio Doce. These channels are later on materialised in roads and highways. It emphasizes the Vitória-Minas Railway's history and its importance to the trading post established at Itapina's urban nucleus. It pinpoints that the rise and climax of economic life in Itapina occurs in the years between 1920 and 1950 and the decay in the years between 1960 and 1970, when coffee is eradicated in Espírito Santo and in Brazil. By using several academic work, such as books, articles, dissertations, thesis, study analysis, reports, diagnostics, newspapers, and magazines about the focus adopted in the research produced by government bodies and linked to them and that approaches the theme and temporal focus of the research, it analyses the process of the territory occupation through its settlement, the implementation of transport means, the coffee cultivation at Itapina's nucleus surroundings which establishes itself as a combined and continuous dynamics of multi-territoriality expressed in the territorialisation and in the deterritorialisation of the individual, social group, and the State which build their multi-territories by integrating the cultural, economic, and political experience in regards to the space. The results emphasise the reasons why the urban nucleus economic life decays, highlight that the brief moment of rise and decay which is materialised in the space/territory as a legacy preserved through the heritage listing of Itapina's Protection Area of Cultural Environment which is organised through sectors at Itapina's Historical Site, demonstrate that the population, represented in the research, attribute value to territories in PACE, and these territories correspond to objects, events, constructions, landscape elements, and the values which are in continuous reconstitution.

Key words: 1. Multi-territoriality – Settlement – Rio Doce Valley 2. Means of transportation – Itapina, 3. Coffee Economy, 4. Trading post – Itapina, 5. PACE – Protection Area of Cultural Environment – Itapina.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Itapina	19
Mapa 2: Mapa da Zona Rural de Colatina –localização do distrito de Itapina	19
Mapa 3: Espírito Santo - Localização dos quartéis e aldeamentos no rio Doce	51
Mapa 4: Referências geográficas para a história dos Botocudos, século XIX	61
Mapa 5: ES –localização dos aldeamentos: Mutum e Laje no Vale do rio Doce	64
Mapa 6: Destaque de alguns portos, vias fluviais e núcleos coloniais	77
Mapa 7: Espírito Santo: Áreas de assentamento dos imigrantes	82
Mapa 8: Caminho das tropas	100
Mapa 9: Rede de Infraestrutura o Espírito Santo	103
Mapa 10: Bacias Hidrográficas do estado do Espírito Santo	110
Mapa 11: Estrada de Ferro ligando Minas Gerais ao Espírito Santo	121

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais	95
Tabela 2: Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais	95
Tabela 3: Colatina - Evolução da população residente segundo a situação domicílio 1940-2010	127
Tabela 4: Itapina - Evolução da população residente segundo a situação domicílio 1940-2010	128
Tabela 5: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal, e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, segundo sexo e a cor. Distrito de Itapina – Colatina – ES Ano de 2010.	131
Tabela 6: Taxa de alfabetização das pessoas de 10 ou mais anos de idade, segundo sexo. Distrito de Itapina – Colatina – ES Ano de 2010	132
Tabela 7: Pontos de coordenadas APAC	136
Tabela 8: Pontos de coordenadas PT – Poligonal de Tombamento	137
Tabela 9: Quadro síntese da escala de valores atribuídos pelos entrevistados	172
Tabela 10: Atividades associadas aos setores criativos nucleares	175
Tabela 11: Escala de valores territoriais	176

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População residente total, segundo faixa de idade – Distrito de Itapina – Colatina ES – 2010	122
Gráfico 2: Classe de rendimento nominal mensal total. Distrito de Itapina – Colatina – ES Ano de 2010	130
Gráfico 3: Participantes da pesquisa territórios de valores de Itapina	149
Gráfico 4: Em sua opinião, a estrada de ferro (ferrovia) é um território de valor em Itapina?	150
Gráfico 5: Em sua opinião, a estação ferroviária é um território de valor em Itapina?	151
Gráfico 6: Em sua opinião, as estradas e a rodovia são um território de valor em Itapina?	152
Gráfico 7: Em sua opinião, a ponte inacabada é um território de valor em Itapina?	153
Gráfico 8: Em sua opinião, o rio Doce é um território de valor em Itapina?	154
Gráfico 9: Em sua opinião, o Museu Histórico Municipal Virginia Tamanini é um território de valor em Itapina?	156
Gráfico 10: Em sua opinião, a Escola Maria Ortiz é um território de valor em Itapina?	156
Gráfico 11: Em sua opinião, o antigo hospital de Itapina é um território de valor em Itapina?	157
Gráfico 12: Em sua opinião, os eventos religiosos (festas e procissões) é um território de valor em Itapina?	158
Gráfico 13: Em sua opinião, o campo de futebol é um território de valor em Itapina?	161
Gráfico 14: Em sua opinião, o cemitério de Itapina é um território de valor em Itapina?	162
Gráfico 15: Em opinião, a reserva ecológica é um território de valor em Itapina?	163
Gráfico 16 - Em sua opinião, o pôr do sol é um território de valor em Itapina?	165
Gráfico 17: Em sua opinião, a arquitetura das construções é um território de valor em Itapina?	165
Gráfico 18: Em sua opinião, as praças são um território de valor em Itapina?	166
Gráfico 19: Na sua opinião, o antigo clube é um território de valor em Itapina?	167
Gráfico 20: Em sua opinião, as trilhas de bike ou de moto são um território de valor em Itapina?	166
Gráfico 21: Em sua opinião, a paisagem é um território de valor em Itapina?	168

Gráfico 22: Em sua opinião, o Fenaviola é um território de valor em Itapina?	170
Gráfico 23: Em sua opinião, Festival de Cultura e Gastronomia é um território de valor em Itapina?	170
Gráfico 24: Em sua opinião a Casa da Parteira Perina é um território de valor em Itapina?	171
Gráfico 25: Que potencial tem a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina?	173

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem aérea de Itapina – Google Earth	27
Figura 2: Representação da visão deleuze-guattariana de território	40
Figura 3: Antigo Armazém de Mercadorias, Itapina, ES	45
Figura 4: povoação de linhares – 1819	53
Figura 5: Porto Final (antes chamado Porto Mascarenhas)	54
Figura 6: confluência do rio Santa Maria com o rio Doce – 1918 – Colatina/ES	57
Figura 7: Fazenda Serra – município de Baixo Guandu	79
Figura 8: Croqui da cadeia de comercialização	87
Figura 9: Comércio de Café Maffra & Irmãos em Itapina	88
Figura 10: Comércio de café e cereais de Lourenço Tamanini – década de 1920	89
Figura 11: Croqui da área colonização e expansão e produção do café	90
Figura 12: Farmácia Jacy Fontes em Lage – 1927 (antigo nome de Itapina)	91
Figura 13: Construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina	105
Figura 14: Ponte inacabada de Itapina sobre o rio Doce	107
Figura 15: Vapor Milagre em 1910 – ao fundo Colatina em 1910	112
Figura 16: Vapor Rio Doce navegando no rio Doce	113
Figura 17: O Vapor Juparanã	114
Figura 18: Fachadas de alguns dos casarios que compõe o cenário em Itapina	123
Figura 19: Demarcação da APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural	136
Figura 20: Demarcação da PT – Poligonal de Tombamento	138
Figura 21: Área de Preservação Ambiental e Paisagística (APAP) em verde e Poligonal de Tombamento (PT) em destaque (centro)	139
Figura 22: Esboço topográfico de Itapina	140
Figura 23: Traçado urbano de Itapina	141
Figura 24: Planta da Zona Central Histórica	142
Figura 25: Vista aérea de Itapina – demarcação (em branco) da Zona Central Histórica (ZCH)	142
Figura 26: Conjunto edificado segundo tipologia tradicional	143
Figura 27: Edifício com platibanda que esconde a fachada	144
Figura 28: Edifício com características do Ecletismo com maior apuro forma e ornamentação da fachada	144
Figura 29: Imóvel com característica Vernacular	144

Figura 30: Estrada de ferro Vitória Minas em Itapina	150
Figura 31: Arquitetura ferroviária – Antiga Estação de Itapina	151
Figura 32: Atual estação de Itapina – embarque e desembarque	152
Figura 33: Ponte inacabada de Itapina	153
Figura 34: Vista do Rio Doce a partir da ponte inacabada	154
Figura 35: Casarão que pertencia a Família Tamanini – atual Museu Histórico Municipal Virgínia Tamanini em Itapina	156
Figura 36: Escola Maria Ortiz em Itapina	157
Figura 37: Casarão da antiga Casa de Saúde Santa Marta em Itapina	158
Figura 38: Procissão da Igreja de N. Sr <sup>a</sup> do Perpétuo Socorro em Itapina	159
Figura 39: Igreja de Santo Antônio	160
Figura 40: Coletânea de fotografias dos times do Itapinense Esporte Clube	161
Figura 41: Coletânea de fotografias dos times do Itapinense Esporte Clube	162
Figura 42: Entrada principal do Cemitério de Itapina	163
Figura 43: Reserva Ecológica de Itapina	164
Figura 44: Fonte de água natural da Reserva Ecológica	164
Figura 45: Pôr do Sol em Itapina	165
Figura 46: Paisagem de Itapina	168
Figura 47: Paisagem de Itapina	169
Figura 48: Parteira Perina	171
Figura 49: Casa da Parteira Perina Rognoni – Itapina – ES	171
Figura 50: Representação dos territórios de valores Itapina – ES	178

## LISTA DE SIGLAS

APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural em Itapina.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

CEC – Conselho Estadual de Cultura

SECULT – Secretaria de Cultura

FCB – Faculdade Castelo Branco

DRD – Diretoria do Rio Doce

DMRD - Divisão Militar do Rio Doce

GERCA - Grupo Executivo de Recuperação Econômica

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>1. ESPAÇO, TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE</b>	<b>E</b>
<b>MULTITERRITORIALIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b>	<b>28</b>
1.1. UMA ANÁLISE DE SEUS SIGNIFICADOS	28
1.2. ABORDAGEM CONCEITUAL GEOGRÁFICA	32
<b>2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS A FORMAÇÃO DE ITAPINA</b>	<b>46</b>
2.1. A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DE LINHARES/COLATINA	49
<b>2.1.1. A origem do município de Linhares / Colatina</b>	<b>52</b>
<b>2.1.2. A territorialidade indígena: munhageruns e nac-nuncs</b>	<b>60</b>
<b>2.1.3. A desterritorialização dos migrantes para a reterritorialização nas terras da margem sul do rio Doce</b>	<b>70</b>
2.2. O CAFÉ – BASE DA ECONOMIA E DA DINAMICIDADE DE ITAPINA	85
2.3. A TERRITORIALIDADE DOS MODAIS DE TRANSPORTE	97
<b>2.3.1. O território das tropas e dos tropeiros</b>	<b>99</b>
<b>2.3.2. O território das estradas e das pontes</b>	<b>101</b>
<b>2.3.3. O território da navegação no rio Doce</b>	<b>108</b>
<b>2.3.4. A ferrovia no território de Itapina – Vale do Rio Doce</b>	<b>115</b>
<b>3. MULTITERRITORIALIDADE NO DISTRITO DE ITAPINA</b>	<b>124</b>
3.1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO CONTEMPORÂNEO	126
3.2. A ÁREA DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE CULTURAL, UMA TERRITORIALIDADE	133
3.3. TERRITÓRIOS DE VALORES	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>180</b>
<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>186</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>187</b>

## INTRODUÇÃO

O título desta dissertação, Multiterritorialidade no Distrito de Itapina, Colatina - Espírito Santo constitui-se a partir da análise das proposições de Milton Santos, em *Metamorfose do Espaço Habitado*, publicado pela primeira vez em 1988. Na obra, o autor discute a diferença entre os conceitos de paisagem, de configuração territorial e de espaço; ressalta a condição de sobreposição e integração entre os mesmos; compara o espaço resultante desse encontro a um matrimônio, sagrado enquanto durar, constituinte de uma totalidade verdadeira e dinâmica. Milton Santos (2014, p.85), e, ainda, justifica que “podem as formas, durar muito tempo, permanecer as mesmas, mas, como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes”.

Itapina, um distrito do município de Colatina, localizado no Estado do Espírito Santo, Região Sudeste do Brasil, assim como outras pequenas comunidades do território capixaba e brasileiro, passa por transformações socioeconômicas durante século XX e nas primeiras décadas do século XXI, período que compreende a ocupação, o auge, a decadência econômica e o tombamento da sede do distrito em sítio histórico na categoria patrimonial. Nas palavras de Massey (2009, p. 21), uma vila, uma cidade ou um império tem um tempo de duração no espaço, podendo ser destruída num breve lampejo de glória, sendo que “todas as lembranças sob o espaço demonstram antigos esplendores e de sua fragilidade”. Na percepção de Haesbaert (2007, p. 121), esse movimento denominado multiterritorialidade, “trata-se de uma sobreposição de movimento de territorialização e desterritorialização que inclui a relação sociedade-natureza”.

O interesse em estudar as transformações ocorridas em Itapina tem início com os trabalhos de campo do “Inventário Participativo do Museu de Itapina - Virgínia Tamanini”, realizados no período de agosto de 2013 a dezembro de 2014. No entanto, o projeto de pesquisa se inicia, efetivamente, com nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. O mapa 1 identifica a Vila de Itapina, localizada em Colatina. É importante ressaltar que,

na contemporaneidade, Itapina constitui a sede do distrito, pertencente à região 16, divisão regional da zona rural do município de Colatina, conforme mapa 2.

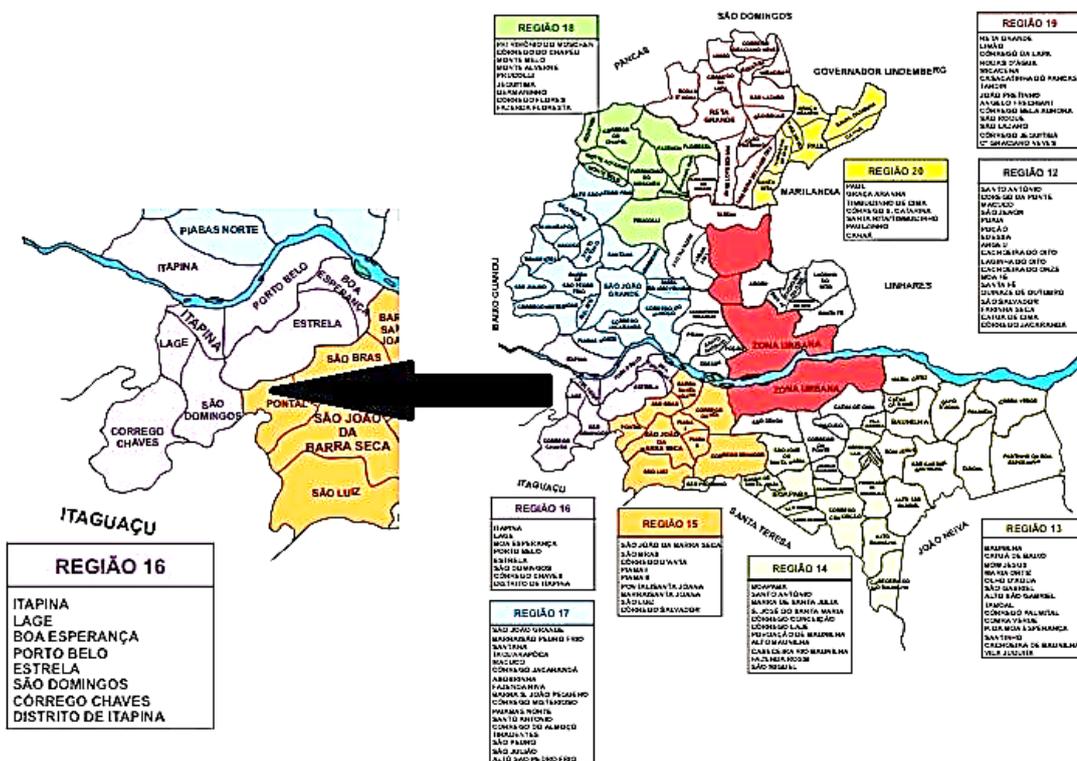
Mapa 1: Localização de Itapina



Fonte: Produzido no Waze

Mapa 2: Mapa da Zona Rural de Colatina – localização do distrito de Itapina

COLATINA - ZONA RURAL - DIVISÃO REGIONAL



Fonte: [http://www.colatina.es.gov.br/acidade/mapa\\_colatina\\_zona\\_rural.pdf](http://www.colatina.es.gov.br/acidade/mapa_colatina_zona_rural.pdf) Acesso em 13/09/2017

Durante os trabalhos de campo do Inventário Participativo do Museu de Itapina - Virgínia Tamanini, realizado com o objetivo de envolver a comunidade, as instituições de ensino e os parceiros<sup>1</sup> na catalogação, captação de objetos e de documentos para o acervo da exposição de longa duração do museu, são constatadas transformações ocorridas no espaço de Itapina, urbano e rural, ocorridas durante o século XX e nas primeiras décadas do século XXI. A partir dessa constatação, propõe-se como objetivo geral da pesquisa, reconhecer a multiterritorialidade constituída com a evolução do povoamento, da economia cafeeira, da infraestrutura de transporte e suas inter-relações com a construção da paisagem de Itapina, destacando como ocorre, através dessa evolução, a ocupação, o auge e a decadência da dinamicidade comercial, cultural e econômica do sítio histórico.

Nota-se que a ascensão, o auge e a decadência da ocupação urbana estão relacionados ao povoamento do núcleo, às áreas do entorno, à economia cafeeira e aos modais de transporte. É relevante destacar que o auge desse movimento de multiterritorialização ocorre entre os anos de 1920 a 1950 e a decadência nos períodos da erradicação do café, mais precisamente entre as décadas de 1960 e 1970. Vale ressaltar, também que, a partir de 2010, começam os estudos técnicos para o processo de tombamento do espaço urbano de Itapina e seu entorno, na categoria de sítio histórico, condição regulamentada pela Resolução nº 003/2013, do Conselho Estadual de Cultura. Sob essa territorialidade regulamentada pela resolução, encontram em vigor, o Decreto de 25 de janeiro de 2002 que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, e a faixa de domínio<sup>2</sup> das rodovias federal, denominada de BR-259, e a estadual, nominada de ES – 164.

Quanto aos objetivos específicos, considerados desdobramentos do objetivo geral, são estabelecidos quatro:

---

<sup>1</sup>SECULT; Secretaria de Cultura; Prefeitura Municipal de Colatina com a Faculdade Castelo Branco – Cursos de Geografia e História, a EMEF “ Maria Ortiz, a EEEM “Antônio Eugênio Rosa” (período de 2005 a 2016), atualmente a EEEM “Antônio Eugênio Rosa se encontra desativada.

<sup>2</sup> ...que constitui a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/rodovias/operacoes-rodoviaras/faixa-de-dominio> Acesso em 09/06/2018.

- I. Compreender a evolução do povoamento e os impactos da economia cafeeira no desenvolvimento econômico do distrito de Itapina e seu entorno;
- II. Identificar a importância da infraestrutura de modais de transporte utilizada para a circulação de mercadorias e de pessoas;
- III. Analisar a história local e dos territórios circunvizinhos, no período em que ocorrem essas profundas transformações, marcando a ascensão e a queda da economia do distrito, que contribuíram para a materialização do tombamento em sítio histórico.
- IV. Identificar os valores patrimoniais elencados como fundamentais na Área de Proteção do Ambiente Cultural, em Itapina.

### **Objeto da pesquisa: considerações metodológicas**

Neste item do trabalho, destacam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, ou seja, *o como?*; responde-se à questão central da pesquisa, como ocorre a multiterritorialidade constituída com a evolução do povoamento, da economia cafeeira, da infraestrutura de transporte e suas inter-relações com a construção da paisagem de Itapina, destacando como ocorre, através dessa evolução, a ocupação, o auge e a decadência da dinamicidade comercial, cultural e econômica do sítio histórico, durante o século XX e XXI, ou seja, mais precisamente, entre o período de 1906 e 2016, bem como os demais questionamentos originados dessa pergunta.

Inicialmente, importa evidenciar o objeto de uma pesquisa e de sua conexão com o conjunto de métodos escolhidos para ‘responder’ os questionamentos acolhidos, pois, para Santos (2014, p. 19), “falar em objeto sem falar em método pode ser anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo”. O autor, ainda, destaca um outro problema, a “definição de um objeto para uma pesquisa, e, por conseguinte, a própria delimitação e pertinência dessa pesquisa” (2014, p. 20). Na visão de Correa (2003, p. 12), o objeto é o ponto de inicial da pesquisa que envolve três recortes de análise: o temático, espacial e o temporal.

Na presente pesquisa, delimita-se os seguintes recortes: multiterritorialidades constituída com povoamento, economia cafeeira e modais de transporte (temático),

Itapina seus arredores (espacial) e o século XX e XXI, período entre 1906 a 2016 (temporal). A partir da formulação desses recortes, elabora-se a problemática, pois “sem tema, espaço e tempo nada há a ser problematizado quando se realiza uma pesquisa em que o objeto construído advém do mundo real” (Corrêa, 2003, p. 13). Para o autor, citado anteriormente, a “delimitação do problema deve estar contido no aspecto da realidade” (2003, 13) e a situação problema deve estar presente na teoria.

Para Santos, (2014, p. 91-92), a noção de periodização é indispensável, pois conduz a duas outras noções, “a de regime e a de ruptura”. A noção de regime compõe um conjunto de variáveis funcionando em harmonia, ao longo de um período considerável de tempo, cuja evolução não homogênea permite a existência de uma organização encarregada de impor regras de ação. Isso se mantém até o momento em que a organização deixa de ser eficaz. É aí que se dá uma ruptura, sinal de crise e de passagem para outro período. No recorte temporal da pesquisa, pode-se perceber a existência do regime e da ruptura no período em que se propôs realizar a pesquisa. Assim, ter conhecimento dessas noções permite uma empirização efetiva, útil e eficaz.

### **Operacionalização**

As fontes e os procedimentos são os dois aspectos ressaltados por Corrêa (2003, p. 15) na operacionalização de uma pesquisa. Dessa forma, a estratégia de pesquisa abrange os seguintes procedimentos metodológicos:

Leitura e discussão bibliográfica, ou seja, revisão teórica ou bibliográfica, objetivando uma compreensão sobre o recorte temático, espacial e temporal delimitado na pesquisa e sobre a teoria do espaço geográfico que ganha importância com os estudos de Milton Santos e da concepção da Multiterritorialidad de Rogério Haesbaert. No entanto, é importante ressaltar que, em conformidade com Corrêa (2003, p. 13), “a revisão bibliográfica pode estar presente na construção do objeto de conhecimento, isto é, na problemática, nos questionamentos e na própria da análise empírica”.

Localização, leitura e análise de estudos, relatórios, diagnósticos, jornais e revistas, sobre os recortes adotados na pesquisa, produzidos por órgão do governo e vinculados a ele. A busca por esses documentos foi realizada no Arquivo Público do

Espírito Santo, na Secretaria de Estado de Cultura, no Centro de Memória da Vale e hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional.

A busca pela localização de leitura e análise de trabalhos acadêmicos, artigos, dissertações, teses e livros de autores que abordassem o recorte temático da pesquisa para a compreensão do objeto em questão foi realizada na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na Biblioteca da Faculdade Castelo Branco (FCB), na Biblioteca Municipal de Colatina, nos bancos de teses e dissertações da UFES, UNESP – Rio Claro, UFF, UFRJ e UERJ.

Além disso, realizou-se um detalhado levantamento de indicadores espaciais sobre povoamento e população para o recorte espacial da pesquisa. A busca por esses indicadores notificou-se no banco de dados sobre imigração do Arquivo Público do Espírito Santo e nos dados dos censos demográficos da biblioteca virtual do IBGE.

Por fim, o levantamento de relatos, fotografias, objetos, documentos, livros e construções arquitetônicas, que constituem a valorização atual do passado, foi possível ao fazer a identificação dos territórios de valor, utilizando questionário produzido no Google Formulários aplicado a um grupo de pessoas composta por diferentes faixas etárias.

## **Justificativa**

A linha de análise foi definida a partir dos conceitos que circundam a teoria do espaço geográfico e a teoria do território, a saber: os conceitos de espaço, de territorialidade e de multiterritorialidade. Pensa-se que estes possam contribuir para o entendimento dos elementos caracterizadores do espaço e da multiterritorialidade constituída pelos ocupantes do Vale do Rio Doce, especialmente no recorte espacial do objeto de estudo, a APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural, de Itapina.

Os pensamentos que fundamentam os conceitos de espaço, território, territorialidade e de multiterritorialidade são respectivamente dos geógrafos Milton Santos, que afirma que *“o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário, e, também,*

*contraditório de sistemas de objetos e sistema de ações, conectados no qual a história se dá*. (2014, p. 63). O mesmo autor reconhece as categorias analíticas internas do espaço, *“a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas conteúdo”* (SANTOS, 2014, p. 22); e de Rogério Haesbaert (2007, p. 35), que afirma que o *“território tem a ver com poder, ‘poder político’, tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”*. O conceito de territorialidade, segundo Haesbaert (2004, p. 3), *“incorpora a dimensão política, as relações econômicas e culturais, pois este conceito está ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”*. E a noção de multiterritorialidade permite identificar a complexidade dos processos de *“desterritorialização e reterritorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos e ou de forma adequada, tornando muito mais complexa a multiterritorialidade”* (HAESBAERT, 2007, p. 343).

Por essas vias de pensamento, estudar o recorte temático, o povoamento e suas inter-relações com o sistema de transporte e com o crescimento econômico é relevante, pois permite a compreensão da territorialidade e da multiterritorialidade estabelecida na dinâmica de mobilidade de pessoas e de mercadorias, ocorrida na vila de Itapina, da alteridade vivenciada durante os tempos de expansão e da queda da situação socioeconômica, decorrentes da decadência da economia e do esvaziamento do campo. Esse panorama ilustra inúmeros outros lugares no interior do Espírito Santo, extremamente dependentes da cultura do café, que não conseguem, até a contemporaneidade, encontrar alternativas para recompor suas economias.

Vale ressaltar, ainda, no recorte temático, espacial e temporal que o povoamento do território se deu concomitantemente à presença indígena e aos imigrantes nacionais e estrangeiros que foram ocupando as terras na margem sul do rio Doce, como proprietários ou assalariados (trabalhadores rurais), e posteriormente como comerciantes ou prestadores de serviços no núcleo urbano.

Percebeu-se, no decorrer do levantamento das referências bibliográficas, que há carência de estudos sobre a história das pequenas comunidades, como o núcleo

urbano de Itapina, contemplado nessa pesquisa. Considerando essa realidade a geógrafa Dorren Massey (2009, p. 22) afirma que:

*“as histórias de um lugar podem ser compreendidas a partir da leitura que os indivíduos fazem a respeito do espaço onde vivem, ou seja, a imaginação de cada um pode apontar para muitas versões de mundo ou de um mesmo lugar”.*

Essas versões estão registradas de diferentes formas no espaço-tempo. A história vivida em Itapina identifica-se com inúmeras outras vivenciadas em muitas regiões rurais do estado, porém, destaca-se, por algumas especificidades, como sua situação geográfica favorável ao desenvolvimento dos meios de transporte, o crescimento econômico, social e cultural seguido pelo decréscimo da economia e da população. A estagnação do núcleo urbano inibe investimentos e desativa muitos deles. Um efeito interessante é a permanência, no núcleo, das feições da época da intensa atividade cultural, comercial e econômica, presentes na arquitetura dos casarões conservados e tombados pela Resolução nº 003/2013 do Conselho Estadual de Cultura

O tombamento constitui uma nova territorialidade, possibilitando determinadas atividades vinculadas ao turismo e à economia criativa não desenvolvidas, e que dependem e se beneficiam dos elementos naturais associados aos elementos culturais. Sobretudo, o núcleo de Itapina necessita de estudos para definir possibilidades de desenvolvimento local. Segundo (MASSEY 2009, p. 30), o espaço é um produto de inter-relações, é uma esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, bem como em constante construção, nunca como um sistema fechado.

Assim sendo, propõe-se como justificativa para o presente trabalho contribuir para o estudo de uma geografia das multiterritorialidade materializada na APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina, tratando de forma específica a evolução do povoamento, da economia cafeeira e dos modais de transporte, ocorridos entre 1906 e 2016.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma discussão teórica a respeito dos conceitos espaço, território, territorialidade e multiterritorialidade, fundamentais na análise do recorte temático, de Itapina e arredores.

No segundo capítulo, estabelece-se um levantamento detalhado da formação e configuração territorial do município de Linhares/Colatina e do núcleo urbano de Itapina: estudo detalhado da territorialidade indígena e das ações do Sistema de Proteção ao Índio; do povoamento com a migração nacional e estrangeira; a implantação dos modais de transporte sobre o território que se convergiam no núcleo urbano de Itapina; o cultivo e a cultura do café nos arredores do núcleo, dando-a a posição de um importante entreposto comercial do Vale do Rio Doce.

No terceiro capítulo, apresenta-se as multiterritorialidade sobrepostas no território do núcleo urbano de Itapina, o contexto socioeconômico contemporâneo; a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina; uma nova sobreposição de territórios constituindo uma nova territorialidade; e os territórios de valores do Sítio Histórico de Itapina, resultado da configuração territorial no recorte temporal da pesquisa.

As considerações finais apresentam aspectos relevantes aos objetivos estabelecidos na pesquisa no contexto do recorte temático, espacial e temporal do objeto de estudo.

## Capítulo 1

Fig. 1 – Imagem de Itapina



Fonte: Google Earth, 2018.

## 1. Espaço, território, territorialidade e multiterritorialidade: considerações teóricas

Este capítulo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre o recorte temático (principal) do trabalho, o espaço e o território estabelecidos em Itapina, a partir do povoamento, da economia cafeeira e dos modais de transporte. Na primeira parte, procura-se conceituar e diferenciar, juntamente com o espaço, o território, a territorialidade, e, outro termo que está relacionado com o tema principal do estudo, ou seja, a multiterritorialidade.

Inicialmente, verifica-se como os termos (espaço, território, territorialidade e multiterritorialidade) aparecem definidos em dicionários da língua portuguesa de autoria de Houaiss e de Ferreira, e dicionários de algumas áreas de conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia, a Economia e a Psicologia. Posteriormente, em obras de alguns autores de Geografia, analisa-se a conceituação dos termos.

### 1.1. Uma análise de significados

No que diz respeito aos verbetes espaço, território, territorialidade e multiterritorialidade, pesquisados em dois dicionários da língua portuguesa, onde encontram-se algumas semelhanças terminológicas para as palavras espaço, território e territorialidade.

No Dicionário Houaiss (2009, p. 811), **espaço** significa “extensão ideal, sem limites, que contém todas ou as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes”. No Dicionário Ferreira (1975, p. 562), **espaço** significa “extensão indefinida, mais ou menos delimitada, cuja área pode conter alguma coisa”.

Já no Dicionário de Economia, (1999, p. 22-637), a palavra **espaço** apresenta significado mais amplo e vinculado ao tempo, *o espaço onde as coisas acontecem e o tempo, quando as coisas ocorrem*. **Espaço**, no Dicionário de Filosofia (MORA, 1978, p. 88) é apresentado por filósofos de diferentes épocas. Em Platão encontram-se as primeiras determinações do problema do espaço como tal. Para ele, há três gêneros de ser, o espaço:

[...] um, que é sempre o mesmo, incriado<sup>3</sup> e indestrutível, invisível para os sentidos, que nada recebe de fora nem se transforma noutra coisa: são as formas ou as ideias. Outro, que está sempre em movimento, é criado, perceptível para os sentidos e para a opinião, e sempre a aparecer no lugar e a desaparecer dele: são as coisas sensíveis. Outro, finalmente, que é eterno e não susceptível de destruição, constitui o habitáculo das coisas criadas, é apreendido por meio de uma razão espúria e é apenas real.

Aristóteles, porém, concebe-o como lugar, “o **espaço** é um lugar único, enquanto equivale, a um campo onde as coisas são particularizações”. Os filósofos da Idade Média, e, especialmente, os escolásticos, prevalecem com a concepção aristotélica: “o espaço como lugar”. Descartes conceitua espaço como “coisa extensa, cujas propriedades são a continuidade, a exterioridade, a reversibilidade, a tridimensionalidade, etc, por sua vez, a coisa extensa constitui a essência dos corpos”. (MORA, 1978, p. 89).

No final do século XVII e início do século XVIII, Newton representa a ideia de **espaço** como “realidade em si, independente, em princípio, dos objetos situados nele e dos seus movimentos: os movimentos são relativos, mas o espaço não é”. (MORA, 1978, p. 89). Leibniz apresenta-se contrário à ideia de Newton e define

[...] o espaço como uma relação, uma ordem, a ordem dos fenômenos coexistentes. O espaço não é real, mas ideal, isto é, não há espaço real fora do universo material; espaço é, em si mesmo, uma coisa ideal, tal como o tempo. (MORA, 1978, p. 89)

Para Kant, as ideias de **espaço** se encontram na estética transcendental da *Crítica da razão pura*. Kant define o espaço,

[...]“tal como o tempo, uma forma da intuição sensível, isto é, uma forma a priori da sensibilidade. Não é um conceito empírico derivado de experiências externas, porque a experiência externa só é possível pela representação do espaço”. (MORA, 1978, p. 89)

Já Hegel defende o **espaço** como “uma fase, dum momento do desenvolvimento dialético da ideia, a pura exterioridade”. O espaço aparece, neste caso, como a generalidade abstrata do ser-fora-de-si da natureza.

---

<sup>3</sup> Segundo o dicionário Aurélio de Português online, o significado de incriado é não criado; que não teve princípio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/incriado>>. Acesso em: 08 Nov. 2017

No Dicionário de Sociologia (GALLINO, 2005, p. 269), a palavra **espaço** tem complementação social que significa “universo das relações dotadas de sentido entre indivíduos, grupos, categorias, estratos e classes sociais e elementos culturais”. O significado de **espaço** no Dicionário de Psicologia (PIÉRON, 1969, p. 155) tem sentido de “espaço vital, segundo a terminologia de Lewis, consiste num conjunto constituído pela pessoa e seu ambiente efetivo, num dado momento”.

Considerando o significados do conceito de espaço analisados nos dicionários citados, percebe-se que **Itapina** constui-se um espaço que corresponde a extensão ideal, acumulação desigual no tempo, a soma e a síntese refeita a partir da intervenção humana sobre a paisagem; constitui-se um espaço que contém todas as extensões finitas, podendo ser analisada a partir das categorias, o território, a paisagem, a configuração territorial, o lugar, contendo todos os corpos e os objetos que interagem e alteram mutuamente em si.

Em relação à palavra **território**, Houaiss (2009, p. 1835) e Ferreira (1975, p. 1371) apresentam semelhança no significado do verbete, “grande extensão de terra, área de uma jurisdição (município, distrito, estado, país)”, “base geográfica do Estado, sobre o qual ele exerce a sua soberania”.

O Dicionário de Economia do século XXI, Sandroni (2008, p. 838-839), traz o conceito de **território** econômico, mais abrangente, abarcando, não necessariamente as bases físicas delimitadas pelas fronteiras geopolíticas, mas englobando: o território aduaneiro, as zonas francas; o espaço aéreo e as águas territoriais do país; as jazidas e as explorações sobre os quais o país tem direitos exclusivos, sob concessão”, “os enclaves territoriais”, “os equipamentos móveis (barcos de pesca, navios, plataformas flutuantes)”. Quanto às palavras territorialidade e multiterritorialidade, não há ocorrência delas no dicionário de Economia.

No Dicionário de Filosofia (MORA, 1978, p. 216) a palavra **território** aparece no contexto de percepção, em relação ao fato das doutrinas modernas e contemporâneas situá-la sempre no mencionado território intermédio entre o puro pensar e o puro sentir, bem como o sujeito e o objeto.

De acordo com o conceito de território analisado nos dicionários citados, os modais de transporte se constituíram como territórios no espaço com a intensionalidade de atender as necessidades do mercado, do Estado e da população. A conectividade dos modais de transporte permitiram a mobilidade de pessoas e de mercadorias contribuindo para a dinamicidade da vida econômica, cultural e política de Itapina.

Quanto à palavra **territorialidade**, em Houaiss (2009, p. 1835), o autor refere-se ao “caráter, condição ou qualidade do que é territorial, limitação da força imperativa das leis ao território do Estado que as institui” e em Ferreira, (1975, p. 1371), à “condição do que faz parte do território de um Estado; limitação da força imperativa das leis ao território do Estado que as promulga”. O conceito apresentado em ambos dicionários apresentam semelhanças. Em relação à palavra **multiterritorialidade**, não há significados em ambos os dicionários.

A discussão em torno da **territorialidade**, no *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*, Sansone, Furtado, (2014, p. 445-453) abrange vários campos de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, especialmente em Antropologia, Geografia, Ciência Política, Sociologia, Economia e História. O referido Dicionário informa que o debate inicial de territorialidade se dá em Etologia, área do conhecimento referente aos estudos comparados do comportamento dos animais e sua acomodação às condições do ambiente. Os debates conceituais na Geografia são influenciados por estudos de territorialidade animal [...] e da espécie humana, de possuir e defender uma porção do espaço, chamando isso de “imperativo territorial”. Godoi (2014, p. 445) afirma que as teses sobre territorialidade animal e humana estão superadas, apesar dos ecos que voltam, e aponta a existência de um atributo da territorialidade que precisa ser enfatizado: ela é plural, uma vez que se reporta à construção de territórios, isto é, à apropriação, controle, usos atribuídos de significados sobre uma parcela do espaço, transformada em território.

A **territorialidade**, como processo de construção de um território, recobre, ao menos, dois conteúdos diferentes: ligação a lugares precisos, resultado de investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações e princípios de organização; distribuição e os arranjos dos lugares, de morada, de trabalho, de

celebrações, hierarquias sociais, as relações com grupos vizinhos. A territorialidade, como processo de construção de um território, remete a um caráter plástico, em permanente conformação. Godoi (2014, p. 446) enfatiza que a territorialidade só pode ser compreendida se contextualizada, em relação ao momento histórico, ao contexto físico onde ocorre e aos atores sociais envolvidos. Outro ponto é entender a territorialidade como aspecto componente da vida social de qualquer agrupamento humano, pensada no sentido de apropriação de uma porção do espaço e de atribuição de significação, que implica no *usus*, *fructus* e *abusus*, definido pela possibilidade de alienação através do mercado.

Contextualizando o conceito de territorialidade analisada nos dicionários citados, percebe-se que em Itapina o povoamento se deu pela presença dos grupos indígenas, munhageruns e Nac-Nuncs, pertencentes ao grupo Macro-Jê, pela ocupação de migrantes nacionais formados por fluminenses e mineiros interessados em terras para explorar a madeira e cultivar o café, posteriormente, os colonos estrangeiros, imigrantes de origem italiana e alemã, que se estabeleceram como agricultores, e, os de origem portuguesa e sirio-libanesa tornaram-se comerciantes e prestadores de serviços. Todos deixaram marcas na cultura, na arte, na arquitetura e na língua falada.

O dicionário traz a variação **múltiplas territorialidades** costumeiramente constituídas e incorporadoras de dimensões simbólicas e identitárias na memória coletiva, responsável por conferir profundidade temporal ao território. Godoi (2014, p. 446) traz a palavra territorialidade associada a outros termos, como **território**, **territorialização**, **desterritorialização** e **reterritorialização**, atribuindo, em grande medida, a importância do tema para diversas áreas disciplinares, com distintos enfoques e interesses de pesquisa.

## 1.2. Abordagem conceitual geográfica

A abordagem conceitual aplicada ao objeto de estudo será feita a partir dos estudos de Milton Santos (1997, 1988 e 2014) Doreen Massey (2009) Rogério Haesbaert (2007), que se utilizam de outros autores como Guattari, Rolnik, Michel Foucault e

Claude Raffestin para analisar os conceitos do espaço, do território, da territorialidade e da multiterritorialidade.

Em *Pensando o espaço do homem* (1997), Milton Santos faz uma analogia da aventura humana sob o espaço no tempo e o traz como presente:

[...] o passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como “tempo”, não, porém como espaço. (SANTOS, 1997, p. 10)

Nesse contexto, em que “o **espaço** é a acumulação desigual de tempos”, é difícil apreendê-lo nas fases em que a história se acelera, fato ocorrido nos últimos cinquenta anos, com o período técnico-científico-informacional e a universalização da sociedade, no qual o espaço se torna mundial, pode-se dizer que, atualmente, o espaço é global. Desse modo, o espaço humano compreende toda a área habitada da Terra, incluindo o espaço biológico, a rede de relações econômicas, políticas, efetivas e potenciais, o espaço universal, a totalidade.

O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a Terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído [...] não construído, susceptível em face ao avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas, políticas e militares – de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como os das mercadorias no mercado mundial”. (SANTOS, 1997, p. 19)

Nesta obra, o autor, ao propor um espaço para o homem, propõe desmistificar o espaço, considerando dois lados essenciais:

[...] de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura técnico-produtiva e lugar de fetichização; do outro a sociedade total, a formação social que anima o espaço. Por conseguinte, cabe-nos também desmistificar o homem. [...] Desfetichizar o homem e o espaço, é tornar signficante, é revalorizar o trabalho e o próprio homem, para que ele não seja mais tratado com valor de troca. (SANTOS, 1997, p. 25)

No contexto do espaço humano, somente o estudo da história, dos modos de produção e das formações sociais nos permite o reconhecimento do trabalho, revalorização do próprio homem e do real valor de cada coisa no interior da totalidade, o objeto de pesquisa de Milton Santos.

Em *Metamorfose do Espaço Habitado* (2014, p. 77-80), Santos destaca que o termo “espaço é utilizado em dezenas de acepções”, sendo frequentemente substituído por lugar, território, paisagem ou até mesmo utilizado com substantivo; espaço do homem, do migrante e do sedentário, etc. Com a finalidade de esclarecer o significado de espaço, o autor escreve:

O espaço seria o conjunto de objetos e de relações que realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado das ações dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 2014, p. 78)

Para evitar que o espaço seja confundido com a paisagem, Milton Santos, assim escreve:

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. [...] O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são par dialético. Complementam-se e se opõem. (SANTOS, 2014, p. 79)

Objetivando esclarecer o conceito de espaço, Milton Santos pede que o leitor imagine uma situação. Na imaginação solicitada, ele recorre à cidade de Salvador, em primeiro de junho de 1987, às 15 horas. Pode-se imaginar qualquer lugar. Então, para explicar esta ilustração, utiliza-se a Vila de Itapina, em quatro de julho de 1923. Teríamos uma determinada distribuição das pessoas, da produção sobre o território; três horas mais tarde, essa distribuição seria outra, demonstrando que o conjunto de trabalhos e atividades muda a visão do conjunto. As pessoas, naquele momento, em movimento correspondem à etapa de produção, sendo assim todos produtores, o operário da estação, o vendedor do comércio de secos e molhados, o intelectual, o artista, o maquinista, o comerciante de café, o produtor de café, a dona de casa, os tropeiros, etc, mesmo quem não esteve diretamente no processo de produção, mas foi consumidor. Nesse exercício de imaginação, percebe-se que a maneira como se dá a produção, e o intercâmbio entre as pessoas, confere um aspecto da paisagem. Assim, pode-se observar que o trabalho acumulado e a vida se dão juntos, mas de maneira diferentes. O espaço seria para Santos (2014, p. 79) “o conjunto do trabalho acumulado, denominado de morto, e nas formas geográficas e do trabalho vivo, o contexto social”.

Acrescenta-se a este trabalho, o conceito síntese de espaço no qual Milton Santos (2014, p. 80 - 81) estabelece que “o espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade”, sendo o “espaço estrutural”. “O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente, é a sociedade encaixada na paisagem, a vida palpita conjuntamente na materialidade”. E, para finalizar, o autor destaca, “é o valor atribuído a cada fração da paisagem pela vida, que metamorfoseia a paisagem em espaço, que permite a seletividade da espacialização”, que, também, não é apenas o “resultado do movimento da sociedade, porque depende do espaço”, pois o espaço constitui-se uma realidade relacional, entre a natureza e a sociedade mediada pelo trabalho, técnicas, tecnologias e pelo conhecimento. A energia gasta no trabalho consiste o grande mediador da relação sociedade-natureza, na qual há objetos naturais e objetos sociais em constante movimento na heterogeneidade do espaço.

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos (SANTOS, 2014, p. 85 - 86). Os “fixos nos dão o processo imediato do trabalho, são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, inclusive a massa dos homens”. [...] os “fluxos são o movimento, a circulação, e assim, eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e consumo”. Desse modo, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados por meio dos fixos e dos fluxos”.

O espaço produzido pela ação humana constitui a paisagem artificial. Desse modo, o trabalho e as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem constitui-se como sujeito, as técnicas como a mediação e o espaço como um produto histórico. Pode-se aí perceber, claramente, a relação espaço-tempo entre “Interno e Externo”, “Novo e Velho”, “Estado e Mercado”. Para Milton Santos, o interno é tudo o que, num dado momento, está presente num lugar determinado, já o externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem escala de ação maior do que lugar, muito embora incida sobre ele. O Novo e o Velho combinam tempos variáveis, elementos de idades diferentes, constituem-se de dados permanentes da história, provocam-se em todas as situações e se reproduzem de pares dialéticos. O Estado e o Mercado constituem um par dialético, dão a configuração de um lugar, são mediadores entre o externo e o interno, entre o novo e o velho. O mercado é um fator de controle, um dado de

unificação, um conjunto de elementos capazes de estabelecer equilíbrio; já o Estado tem um papel de constante intervenção, sendo essa mais forte nos momentos em que o mercado não consegue superar as crises. A intervenção do Estado se dá de maneira planejada, com preocupações a curto e médio prazos.

A relação espaço-tempo está aí, claramente descrita, através dos elementos da dialética que caracterizam o movimento do espaço como a relação entre interno e externo; novo e velho, estado e mercado. Para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc., interdependentes umas das outras. Essas variáveis constituem a configuração territorial.

Em *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade* (2009), Doreen Massey traz como argumento fundamental o modo como se pensa o espaço.

O espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias<sup>4</sup> estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos o sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio. (MASSEY, 2009, p. 9)

Doreen Massey (2009, p. 29-32) propõe reflexões sobre o espaço, concebendo três proposições para compreendê-lo. A primeira dessas proposições “é reconhecer o espaço como produto das inter-relações”, neste sentido, as relações são compreendidas como práticas encaixadas de entidades e sujeitos que dão existência ao espaço. A segunda proposição afirma que o “espaço é uma esfera de possibilidade da existência da multiplicidade”. Por essa acepção, a discussão se abre para a “heterogeneidade” e a “diferença”; e o espaço não pode ser lido, estudado e entendido somente pelo viés do Ocidente, relegando a segundo plano os outros tantos discursos existentes sobre o entendimento de espaço. A terceira consiste em “imaginar o espaço como um processo constante, e não um sistema fechado”. Para Massey, neste sentido, o espaço é aberto, num constante porvir, no qual há sempre conexões, a serem feitas, justaposições, há interação (ou não) e relações que podem ou não serem

---

<sup>4</sup> Ciência das leis que regem o universo. Minidicionário Antonio Soares Amora da Língua Portuguesa, 19º edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

realizadas. O espaço, então é, imprevisível e de ligações ausentes. Para que essas proposições sejam compreendidas, faz-se necessário interpretar o espaço como produto das inter-relações, como esfera das multiplicidades e aberto num constante processo.

Em *Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* (SANTOS, 2014, p. 22), estabelece que o espaço permanece como sua categoria analítica principal, e, mais ampla, formada pelas categorias internas: “paisagem, configuração territorial, [...] as categorias de análise formando um sistema de categorias que deve corresponder ao espaço ou ao conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. As ações geram produtos, isto é, objetos produzidos num processo social. Nessa obra, Milton Santos conceitua o espaço em um híbrido composto de formas-conteúdos, formas-funções, objetos-ações, processos e resultados, sendo a técnica um elemento de transformação do espaço, juntamente com outros processos econômicos, culturais, políticos e sociais. Existe nesse processamento, um amálgama entre espaço e tempo, estes se metamorfoseiam um no outro, sendo o sistema de objetos e o sistema de ações cada vez mais técnico, artificializado no processo da divisão territorial do trabalho, materializado na paisagem.

Em *Natureza do Espaço*, Milton Santos (2014, p. 62). traz a compreensão do conceito de território como

[...] uma configuração territorial definida historicamente, área/pedaço do espaço, Estado-nação e conjunto de lugares com uma constituição material. A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.

A configuração territorial ou a configuração geográfica se dá pelas relações sociais resultado da produção histórica sobre o espaço, ou seja, das obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, ferrovias, etc. A materialização do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social. Objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território.

Em o *Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*, Rogério Haesbaert (2007, p. 40), apresenta uma síntese das várias noções de território, agrupando-as, também, em três vertentes básicas. A primeira, política ou jurídica-política (refere-se às relações espaço poder geral e institucionalizadas) no qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, e que se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado. A segunda, cultural ou simbólico-cultural (muitas vezes culturalista), prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A terceira, econômica (muitas vezes economicista), menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado ao embate entre classes e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

Nesta obra, Rogério Haesbaert (2007, p. 43) apresenta a etimologia da palavra **território**, em latim, *territorium*, derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, sendo utilizado do sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi*, como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. A análise apresentada pelo autor, no primeiro ponto, determina a relação de poder como essência fundamental para a estruturação do território. Nessa linha, Rogério Haesbaert (2006, p. 83) busca dialogar com as proposições de Michel Foucault e Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder*, enfatizam sua ligação com relações de poder, uma relação, ainda, desigual. Assim, o poder não possui um centro único de onde emana de forma totalitária, como muitos o entendem, apenas na dimensão do poder do Estado (Ibidem. p. 84), devendo ser entendida para além da dimensão do Estado, buscando uma inserção do poder na organização social, na apropriação das relações econômicas, na convivência territorial de um ou mais grupos em sua apropriação simbólica que dotam um determinado espaço de significados.

No artigo ***Da desterritorialização a multiterritorialidade***<sup>5</sup>, Rogério Haesbaert (2005, p. 6776) afirma que todo território

---

<sup>5</sup> Publicado nos Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

[...] é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s).

Esta análise de Haesbaert permite compreender que o território funcional tem processo de dominação, caracterizando-se como território da desigualdade, princípio da exclusividade, território como valor de troca, como recurso. Em contrapartida, o território simbólico tem processo de apropriação, caracterizando-se como territórios da diferença, da multiplicidade, como símbolo e valor simbólico.

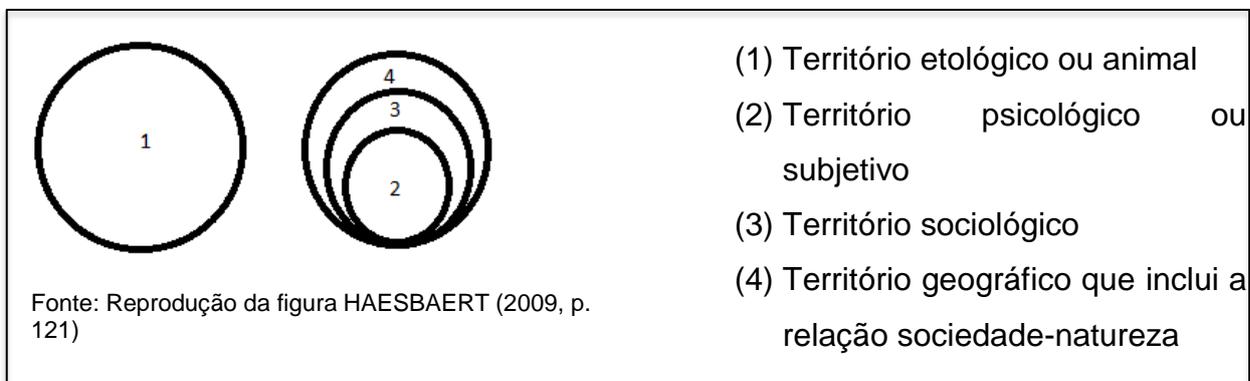
Mais do que caracterizar o território, genericamente, é fundamental perceber sua historicidade, sua variação no contexto histórico e geográfico. Para as sociedades tradicionais, o território funcional se constitui como abrigo, base de recursos e profunda identificação de pertencimento e manutenção da cultura. Na sociedade moderna, até por volta do século XIX, prevalece o apresamento ou aprisionamento disciplinar individual através do espaço, associado da construção da identidade. Mais recentemente, nas sociedades pós-modernas, vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes), das conexões, tornando um território mais de controle de áreas para um território de redes. Aí, a mobilidade, o movimento e as conexões passam a ser elementos essenciais na estruturação do território.

Ainda corroborando, Haesbaert (2005, p. 6778) propõe, simplificada, quatro objetivos da territorialização, acumulados e valorizados ao longo do tempo. Ao propor esses objetivos, o autor dialoga com a visão deleuze-guatariana de território, que se apresenta distinta e, às vezes, sobreposta a interpretações cuja relação pode ser vista da seguinte forma:

[...] **o primeiro, o território, como abrigo físico**, fonte de recursos materiais ou meio de produção; segundo, **o território como identificação ou simbolização** de grupos de referentes espaciais, começando pela fronteira, terceiro, **disciplinarização ou controle através do espaço**, fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços individualizados; e quarto, **construção e controle de conexões e redes** (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Quanto à teoria deleuze-guattariana, os territórios são distintos e, às vezes, sobrepostos de interpretações, cuja relação pode ser representada, na figura abaixo:

Fig. 2: representação da visão deleuze-guattariana de território



- (1) O território representado se constitui das espécies de fauna e flora da Mata Atlântica, o qual ocupa todo o Estado do Espírito Santo, e Itapina, o objeto de pesquisa;
- (2) Este território compreende o espaço de vida pessoal, que acaba adquirindo conotação a nível psicológico ou subjetivo;
- (3) Território culturalmente construído e representado pelo indígena, os escravos africanos, os colonos europeus, o Estado, o mercado, entre outros;
- (4) Território que reflete as transformações que a sociedade realiza na natureza.

Portanto, os objetivos da territorialização sintetizados por Rogério Haesbaert dialogam com a visão deleuze-guattariana cuja interpretação pode ser diferente ou justaposta no território. Porém, Haesbaert (2009, p. 121) aponta que, de acordo com Deleuze e Guattari, “é possível acrescentar a quinta esfera que, de certa forma, está sobre e ao mesmo tempo para além de todas as outras: o território é um conceito da Filosofia [...]”. Em *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, (1986, p. 323) primeira publicação, GUATTARI; ROLNIK afirmam que

A noção de território entendida num sentido muito amplo, ultrapassa o uso que fazem dele na etologia e na etnologia e, [também na geografia, acrescentado pelo autor]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que o delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechado em si mesma. Ele é um conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Os mesmos autores, (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.323), asseveram sobre a noção filisófica de território:

[...] o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.

Interpretando a afirmação de Guattari e Rolnik, Haesbaert (2009, p. 127) simplifica dizendo que "a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga", e a reterritorialização é o movimento da construção do território, num movimento, num ritmo que se repete e sobre o qual se exerce um controle".

O conceito de **territorialidade** proposto por Rogério Haesbaert (2007, p. 22) incorporada a dimensão política, as relações econômicas e culturais, pois essas relações estão intimamente ligadas ao modo como as pessoas utilizam a terra, com elas próprias se organizam no espaço e que significado elas dão ao lugar.

A territorialidade, muitas vezes, se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Constitui-se, também, na dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território seja concretamente manifestado.

Desse modo, na revisão teórica, Haesbaert (2007, p. 22) apresenta de forma sintética as diversas formas com que a concepção de territorialidade é proposta:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: "abstração", condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto)
- 2) Territorialidade num sentido mais ontológico: a. Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack) b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou "comunidade territorial imaginada") c. Como "espaço vivido" (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

As concepções de territorialidades devem estar sempre associadas a concepções de território. A partir disso, Haesbaert (HAESBAERT, (2007, p. 22) distingue, claramente, território de territorialidade:

- a) Territorialidade como concepção mais ampla que território, que o engloba (a todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente, um território), territorialidade tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como "condição" (teórica) para a sua existência (neste caso, reúnem-se as concepções 1 e 2 acima aludidas).
- b) Territorialidade praticamente como sinônimo de território: a territorialidade como qualidade inerente à existência, efetiva, do território, condição de sua existência.
- c) Territorialidade como concepção claramente distinta de território, em dois sentidos:
  - 1. territorialidade como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território, necessariamente material, concreto; a territorialidade definida na conjugação entre as concepções 1 e 2b, acima, ou seja, enquanto "abstração" analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade territorial.
  - 2. territorialidade como domínio do "vivido" (concepção 2c) ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado (implicando assim uma visão mais estrita de território, a partir de sua dimensão jurídico-política, formal)
- d) Territorialidade como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica (ou a "identidade territorial"), conforme utilizado algumas vezes no âmbito da Antropologia (neste caso a territorialidade seria tratada exclusivamente no sentido 2b, acima identificado).

Haesbaert, (2005, p. 6778), aponta que é necessário distinguir “múltiplos territórios” e “multiterritorialidades”. A multiplicidade de territórios constitui condição essencial, necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade. Para a constituição dos múltiplos territórios do capitalismo faz-se necessário romper com divisão entre fixidez e mobilidade, território e rede, para territórios zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade.

Assim, com base em propostas de Haesbaert (2005, p. 6780), identifica-se “múltiplos territórios” através das seguintes modalidades:

- a) Territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades.
- b) Territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado nação que, mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de uma mesma “nação” enquanto “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson, 1989), não admite a pluralidade de poderes.

c) Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas).

d) Territorializações efetivamente múltiplas – uma “multiterritorialidade” em sentido estrito, construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Para compreender a multiterritorialidade contemporânea, faz-se necessário reportar-se às suas origens. Especialmente considerando as concepções de território e de territórios múltiplos, discutidos anteriormente, por Rogério Haesbaert, (2005, p. 6783), afirma que sempre se vive uma multiterritorialidade:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”.

Distingue-se, então, pelo menos, duas grandes perspectivas de tratamento da multiterritorialidade, segundo (HAESBAERT, 2005, p. 6786):

(...) aquela que diz respeito a uma multiterritorialidade “moderna”, zonal ou de territórios de redes, embrionária, e a que se refere à multiterritorialidade “pós-moderna”, reticular ou de territórios-rede propriamente ditos, ou seja, a multiterritorialidade em sentido estrito.

Na mesma obra, Rogério Haesbaert, 2005, p. 6786) diz que a chamada condição pós-moderna inclui, assim, uma multiterritorialidade

[...] resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito [...]. Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis. [...]

Alem disso, aponta para a importância de se distinguir a multiterritorialidade potencial (possível de ser construída ou acionada) e a multiterritorialidade efetiva, realizada. Sabe-se que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial, ou de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios é estrategicamente muito relevante na atualidade, e encontra-se acessível, apenas a uma minoria. Assim, desse modo, enquanto (HAESBAERT, 2005, p. 6789), “uma elite globalizada tem a opção de

escolher entre territórios, que melhor lhe agradar, vivendo a multiterritorialidade, outros, não tem sequer a opção do primeiro território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana”.

O território, com espaço apropriado/dominado, manifesta-se de forma multi-escalar e multidimensional sendo somente capturado dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. Para Rogério Haesbaert (2005, p. 6791), “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhedora das diferenças humanas”.

Contextualizando a análise de Rogério Haesbaert para o objeto de estudo que constitui-se em reconhecer a multiterritorialidade estabelecida com a evolução do povoamento, da economia cafeeira, da infraestrutura de transporte e suas inter-relações com a construção da paisagem de Itapina, destacando como ocorre, através dessa evolução, a ocupação, o auge e a decadência da dinamicidade comercial, cultural e econômica do sítio histórico, utilizaremos a abordagem proposta por Rogério Haesbaert que aponta para as *“territorializações efetivamente múltiplas, uma multiterritorialidade, em sentido estrito, construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários”*. Essa abordagem indica a existência da *“multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla sobre o espaço geográfico de Itapina.*

## Capítulo 2

Fig. 3 - Antigo Armazém de Mercadorias, Itapina, ES



Fonte: Grupo de Pesquisa da FCB, 2013

*“A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer.”*  
(Italo Calvino, 1972, *As Cidades Invisíveis – As cidades e o desejo 2*)

## **2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS A FORMAÇÃO DE ITAPINA**

A história da origem de Itapina se confunde com a de outros pequenos e próximos lugares que surgiram da necessidade da ocupação de um território do ponto de vista político, econômico e cultural (HAESBAERT, 2007, p. 40). Porém, antes de falar da origem de Itapina, far-se-á uma breve síntese do início da colonização da Capitania do Espírito Santo. Esse breve relato se torna importante, pois a área do recorte espacial esteve, praticamente, pouco alterada em sua configuração territorial até o início do século XX, sendo ocupada até meados do século XIX, por nativos. Desse modo o povoamento das terras do Espírito Santo deu-se, inicialmente, com a chegada da caravela de Vasco Fernandes Coutinho com uma tripulação composta de 60 pessoas, em 1535, para a tomada de posse da capitania, defesa do território e a busca de alternativas para aumentar seus lucros no comércio. Vasco Fernandes Coutinho e sua tripulação encontraram resistência da população nativa ao aportar na prainha. Nesse período inicial, as terras do Espírito Santo eram habitadas por diversos povos indígenas<sup>6</sup>, pertencentes ao tronco Tupi e Macro-jê, que ocupavam toda a extensão do território da Capitania do Espírito Santo. A colonização do Espírito Santo, até o início do século XIX, restringiu-se a núcleos populacionais localizados no litoral com a implantação de engenhos de açúcar, para a produção do açúcar, incipiente no contexto nacional, mas foi o principal e importante produto da economia que reinou absoluto até ser substituído pelo cultivo do café.

A partir de 1621, teve início a importação de escravizados, vindos diretamente da África, para trabalhar no plantio da cana-de-açúcar (MACIEL, 2016, p. 64). O pagamento dos escravos era feito com o açúcar e outros gêneros alimentícios, sendo que muitos escravos foram comprados com a renda futura (RIBEIRO, 2011, p. 190). RIBEIRO, 2011, p 191, constata que essa prática ou mecanismo de pagamento do

---

<sup>6</sup> Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986, compreende as comunidades, os povos e as nações indígenas como aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (Citado por LUCIANO, 2006, p. 27)

escravizado com a renda futura permaneceu até no período do ciclo econômico do café no século XIX, e que se chamou de renda capitalizada.

Além do cultivo da cana-de açúcar e de outros gêneros alimentícios, a partir do século XVII o interesse se voltava para a busca do ouro, prata e pedras preciosas. As entradas, no sertão, foram intensificadas, tanto com a presença de jesuítas com os índios aldeados em busca de novos descimentos (expedições realizadas por missionários), como por expedições comandadas por capitães-mores e ou “bandeirantes que encontraram o ouro de aluvião na área entre os rios das Mortes e Doce, entre os anos de 1693 e 1695” (COTRIM, 2005, p 244).

A notícia da descoberta do ouro se espalhou rapidamente e atraiu um grande número de pessoas para Minas Gerais. Em 1720, o governo português lançou um decreto, restringindo a imigração para o Brasil, a qual passou a ser consentida somente mediante passaporte especial. Ainda, neste mesmo ano, o rei de Portugal D. João V criou a Capitania de Minas Gerais e passou a exercer um rígido controle econômico das minas e a bloquear a ocupação do Vale do Rio Doce e a navegação no rio. Assim, escreve COELHO (2011, p. 19), as terras do “Sertões do leste” de Minas Gerais e do Oeste do Espírito Santo foram classificadas como “áreas proibidas”, interdidas aos luso-brasileiros. Algumas razões determinaram essa interdição, dentre elas pode-se destacar:

- 1) Impedir o estabelecimento de mais uma ligação das minas com o litoral, a fim de não facilitar o descaminho de ouro e diamantes;
- 2) As autoridades de Lisboa temiam uma possível invasão estrangeira;
- 3) A efetivação dessa medida pela coroa se deu pela presença da mata atlântica, da dificuldade de navegar o rio Doce para penetrar no interior e a resistência das comunidades indígenas. COELHO (2011, p. 19)

O Espírito Santo teve permissão da Coroa para explorar e colonizar suas terras somente com o esgotamento do ouro, nas áreas auríferas de Minas Gerais, e, com a vinda da família real portuguesa, à província do Espírito Santo. Havia muito o que fazer na província, que possuía poucos recursos para promover seu desenvolvimento. Como estratégia de ocupação e colonização o governo Imperial incentivou a entrada de imigrantes provenientes da Europa, e, também, migrantes nacionais de estados vizinhos, procedentes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A partir do século XIX, o governo da província do Espírito Santo se empenhou em criar Núcleos Coloniais para receber e assentar as famílias estrangeiras. “Entre os anos 1812/13 e 1928, em aproximadamente 120 anos, entraram no Espírito Santo aproximadamente 49.663 colonos estrangeiros” (FRANCISCHETTO, 2014, p. 71), especialmente da “Europa, dos grupos étnico-lingüísticos, itálicos, ibéricos, germânicos, eslavos, ingleses, franceses, e, também colonos estrangeiros da Ásia, dos grupos étnico-lingüísticos, do Oriente Médio e chineses” (FRANCISCHETTO, 2014, p. 113, 1143, 1163). Os imigrantes estrangeiros e nacionais vieram em busca de novos territórios para a expansão da agricultura, especialmente para o cultivo do café, bem como garantir a posse de terras para os filhos, fato que constituiu uma das principais características dos colonos, que em seu país de origem eram denominados de camponeses.

Os imigrantes assentados nos Núcleos Coloniais podiam se estabelecer em um lote de 25 hectares, porém as primeiras glebas de terras tinham uma superfície de 50 hectares, depois a base da gleba passou a ter 30 hectares, e finalmente foi fixado em 25 hectares. Aos poucos os imigrantes estrangeiros e seus descendentes iniciaram a um processo de deslocação no território espírito-santense, facilitado pela construção das ferrovias, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, os caminhos abertos por tropeiros e suas tropas, bem como a navegação fluvial nos rios. Desse modo a história da formação de Itapina, segundo os registros de Manuel Milagres Ferreira (1985, p. 66) em seu livro *História e flagrantes de Baixo Guandu*, publicado pela primeira vez em 1976, se dá a partir dos anos de 1920-21 por deslocamento de habitantes de Itaguaçu, Itarana e arredores para as margens do rio Doce e da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e posteriormente, outros colonos procedentes de outros núcleos se deslocaram para Itapina, que em sua origem se chamava Laje, ali se estabeleceram, deram origem ao importante entreposto comercial de café do noroeste do Estado do Espírito Santo nas três décadas seguintes de sua origem na primeira metade do século XX.

Itapina encontra-se localizada às margens do Rio Doce, no alvéolo<sup>7</sup> da confluência do Ribeirão do Lage e da Estrada de Ferro Vitória-Minas. O Rio Doce tem grande importância regional e local, encontra-se situado entre os paralelos 17°45' e 21°15' de latitude sul e os meridianos 39°55' e 43°45' de longitude oeste, possuindo uma extensão total de 853 km, sendo que 86% pertence a Minas Gerais e os demais 14% pertence ao Estado do Espírito Santo. *Compõe o canal principal da bacia hidrográfica do mesmo nome, correspondendo a uma área de drenagem com cerca de 83.465 km<sup>2</sup>* (COELHO, 2009, p.133), localizada na região Sudeste do Brasil, sendo, portanto, uma bacia de domínio federal. A bacia hidrográfica do rio Doce encontra-se dividida em três recortes: o alto, o médio e baixo trecho da bacia. Composta por nascentes, canal principal, afluentes da margem esquerda e afluentes da margem direita e a foz.

A organização da configuração territorial do recorte espacial do objeto de pesquisa se constitui, a partir da dialética entre o interno e o externo, o novo e o velho, o Estado e o mercado. Um espaço híbrido, conforme Milton Santos (2014, p 100-110) composto de formas-conteúdos, formas-funções, objetos-ações, processos e resultados, sendo a técnica um elemento de transformação do espaço, juntamente com outros processos econômicos, culturais, políticos e sociais.

## 2.1. A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DE LINHARES/COLATINA

A configuração territorial constitui o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele, formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, morros, vales, florestas e também de “recursos artificiais ou criados, picadas, estradas de ferro, de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades”, o que for. (SANTOS, 2014, p. 84). Inclusive essa configuração territorial em (SANTOS, 2014) ou sistema territorial (RAFFESTIN, 1993, p. 150) que estabelecem uma representação do todo, no qual os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes sobre território, instituindo as imagens territoriais que revelam as relações de produção e de poder.

---

<sup>7</sup> Segundo Ferreira (1975, p. 78), alvéolo no contexto geográfico, significa “larga porção de um vale fluvial onde se acumulam sedimentos, e que costuma aparecer a jusante de uma garganta”. Foi nesse alargamento de terraços fluviais que surgiu o povoado de Itapina, a cidade de Colatina, se assentou a ferrovia e as estradas de rodagem nas margens do rio Doce, em Colatina. (TEIXEIRA, 1974, p. 29).

O território passa a ter uma estrutura constituída de tessitura, nós e redes produzidos por atores que estabelecem uma relação de interdependência, como, por exemplo, o Estado e o cidadão e o Estado e o mercado. De certo, o Estado ou o indivíduo, as grandes, médias ou pequenas organizações sistematizam o território por meio de novos recortes, de novas implantações e novas ligações. No sentido mais geral toda tessitura implica a noção de limite, de contextura e de organização da superfície. Os nós que constituem pontos de representação de um ou mais atores e as redes se estabelecem em linhas que conectam os pontos formando uma rede ou malha no sentido de divisão do território.

A origem de Linhares se deu pela existência do rio Doce<sup>8</sup>. A vila constitui um nó na contextura do que viria a ser, a partir de então, estabelecendo vários pontos que formam a uma rede na tessitura da bacia do Rio Doce. Ao longo das margens esquerda e direita do Rio Doce, entre a foz e o limite com o Estado de Minas Gerais, foram instalados pela Divisão Militar do Rio Doce - DMRD - dez quartéis subordinados à Junta de Colonização e Civilização dos Índios. Estes quartéis, através dos militares, deveriam defender os colonos dos silvícolas, priorizando sua fixação e colonização na região. Paralelamente, a criação dos quartéis, na primeira metade dos anos Oitocentistas foram criadas às sedes da Diretoria do Rio Doce (DRD), tais como: 1ª sede – Aldeamento de São Pedro de Alcântara (1824-1826); 2ª sede – Linhares (1826-1840); 3ª sede – Ilha das Palmas – década de 1840, e os aldeamentos localizados próximos aos quartéis: Povoado dos Índios da Lagoa do Aguiar, próximo ao Quartel do Aguiar; o Aldeamento de São Pedro de Alcântara, próximo ao Quartel de Regência; o Aldeamento Triunfo ou Porto de Souza, próximo ao Quartel do Porto de Souza.

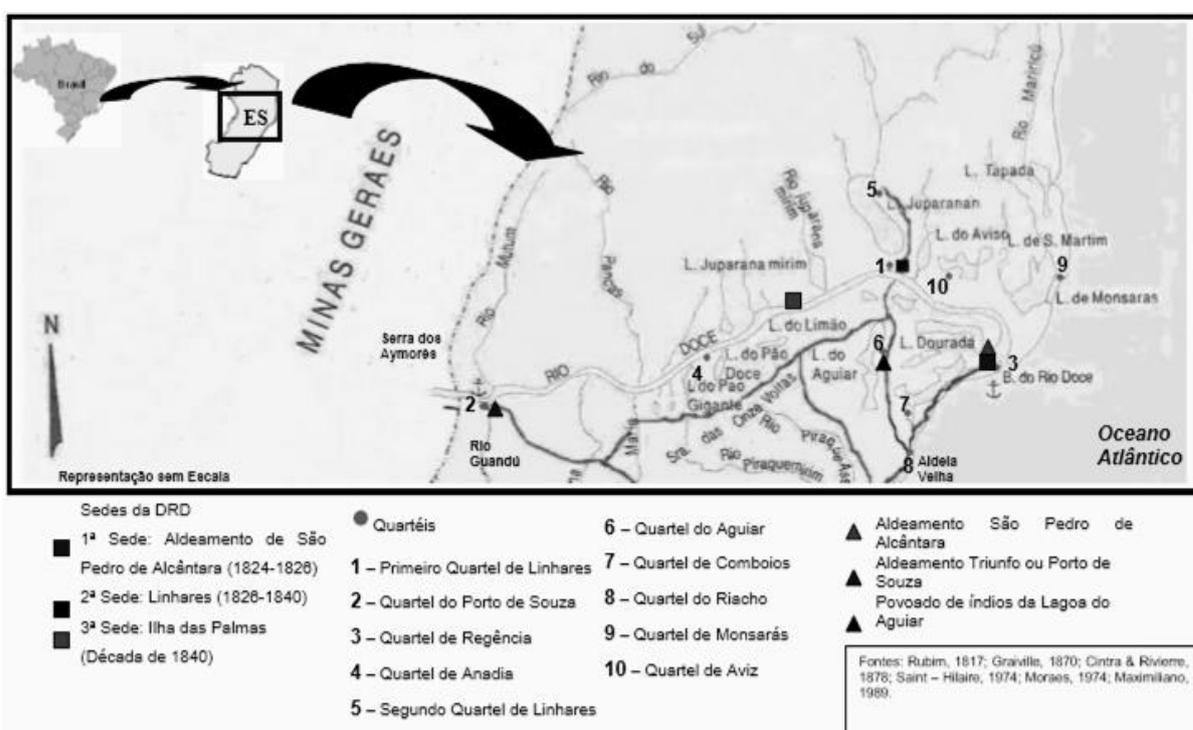
Segundo Teixeira, (1974, p. 12) o Quartel do Porto de Sousa constituía um destacamento defensivo, mais bem aparelhado, por ser o posto mais avançado do rio Doce. Ele era comandado por um alferes de linha, e contava com um cadete, um cabo e dez soldados de linha, um cabo de pedestres e vinte soldados; tinha uma peça de artilharia montada em uma carreta de ferro, municada de pólvora. Enquanto que os

---

<sup>8</sup> Seu primeiro nome teria sido Vatu, assim chamado pelos índios botocudos. Na língua dos índios mutuns (nak-ne-nuk), botocudos aldeados nas proximidades do rio Mutum, era Nhau-uatu, sendo que "uatu" significava "rio". (ZUNTI, 1982, p. 25)

demais quartéis contavam apenas com 3 ou 4 soldados, mal aparelhados e vivendo isolados entre o caudaloso rio e a mata densa. Observe no mapa 3, a localização dos quartéis e dos aldeamentos nos anos Oitocentistas, no Rio Doce, no Espírito Santo. A representação das sedes dos aldeamentos se dá pela figura de um quadrado que localizam-se respectivamente do litoral para o interior às margens do Rio Doce. Já a representação dos aldeamentos se dá pela figura do triângulo e a sua localização, também se verifica no sentido leste-oeste.

Mapa 3: Espírito Santo - localização dos quartéis e aldeamentos no Rio Doce



FONTE: MARINATO, Francieli Aparecida. Índios Imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845). Dissertação (mestrado), UFES, 2007, p. 2

Na análise de Marinato, (2007, p. 34), as ações conjuntas da Diretoria do Rio Doce (DRD) e da Divisão Militar do Rio Doce (DMRD), marcaram um estreitamento com as questões indígenas e com o discurso pacificador inaugurado pelo Império. [...] “os diferentes subgrupos Botocudos, foram alvos da política de aldeamento”. O Império e os indivíduos representados por atores se estabeleceram “entre conflitos e negociações, entre apropriações e transmutações de elementos provenientes da inevitável trama colonial” (MARINATO, 2007, p. 34), costurando, a partir de suas ações, uma malha de relações de poder sobre o território delimitado ou demarcado.

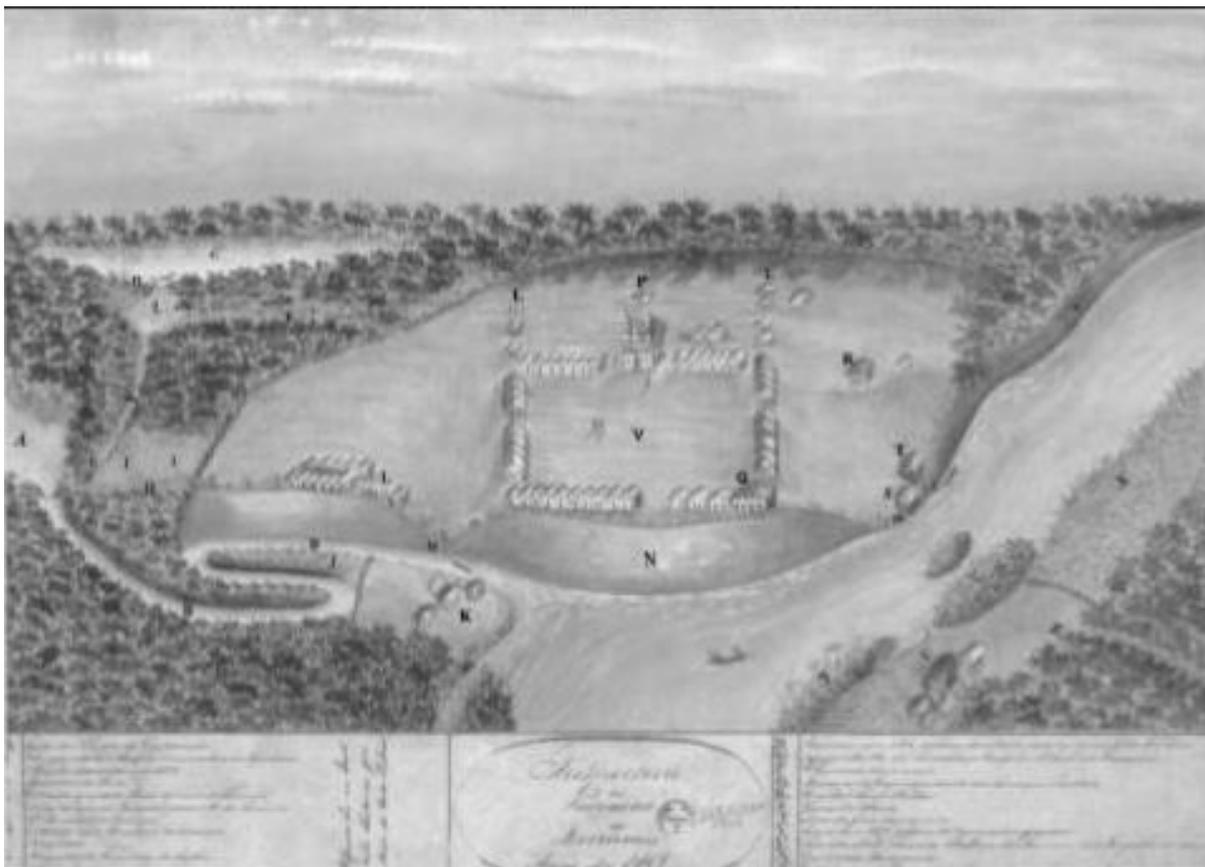
Portanto, a delimitação oficial de fronteira e de limite entre o Espírito Santo e Minas Gerais aconteceu somente no início do século XIX, quando Minas Gerais tinha interesse em utilizar o Rio Doce como meio de comunicação com o mar. Foi lavrado o Auto da Demarcação que definia o limite entre Minas Gerais e Espírito Santo como o divisor de águas entre os rios Guandu e Manhuaçu, ao sul, e, na região norte, a divisão se daria na Serra dos Aimorés. (PIMENTEL, apud CAMPOS, 2013, p. 1014). Inclui-se, nesse contexto da configuração do território, a criação do município de Linhares/Colatina, as Divisões militares do Rio Doce, os aldeamentos, os núcleos coloniais, as propriedades de terras demarcadas em sesmarias ou colônias. A origem dos distritos e de suas colônias a vilas, que se transformaram em cidades, constituíram os diversos pontos ou nós que se organizaram em redes, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos que se traduz numa produção territorial da configuração do território.

### **2.1.1. Origem do município de Linhares e depois Colatina**

No período Imperial denominava-se de freguesia a menor porção administrativa, correspondendo a uma paróquia civil. A freguesia de Linhares foi criada por decreto de 26 de agosto de 1818, recebendo este nome em homenagem a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares. Em 2 de abril de 1833, pela Resolução do Conselho do Governo, a freguesia de Linhares foi elevada a categoria de vila, tornou-se sede do distrito em 21 de agosto de 1833.

O povoado de Linhares localizava-se num platô em forma de meia-lua, às margens do Rio Doce (IBGE, Cidades). Ao redor da vila foram instalados pela Divisão Militar do Rio Doce – DMRD - dois quartéis em posições estratégicas que visavam formar uma linha defensiva para evitar os ataques dos nativos à povoação e populações estabelecidas (MARINATO, 2007, p. 39).

Fig. 4: Povoação de Linhares - 1819



Fonte: MARINATO, Francieli Aparecida. Índios imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do rio doce (espírito santo, 1824-1845). Dissertação (Mestrado), UFES, 2007, p. 61

Legenda (original): i- lavouras s- casa da olaria a- parte da alagôa de gyparaná k- fazenda de francisco salles t- dita do forno da mesma b- rio que desta alagoa vem sahir no rio doce l- novas ruas v- praça com 622 palmos de largura em quadra c- alagôa descoberta em 1816 m- portos u- fazenda de d. Florença balbina de amorim, com engenho de açúcar d- quartel de aviz n- barreira de 126 palmos de altura acima do nível do rio doce x- canaviais da mesma e- estrada que deste quartel vem á povoação o- igreja matriz da povoação cujo orago hé n. Senra. Da conceição z- estrada que do quartel de aguiar vem sahir a esta fazenda f- dita do mesmo quartel para o 2o. De linhares p- cemitério da mesma y- ilhas com lavouras dos moradores da povoação g- 2o. Quartel de linhares q- quartel do commandante da povoação e destricto h- estrada que deste vem á povoação r- hospital real militar.

De acordo com DAEMON (2010, p. 539), no sentido da organização político administrativa do território da Província do Espírito Santo, em 1870, a província era dividida em

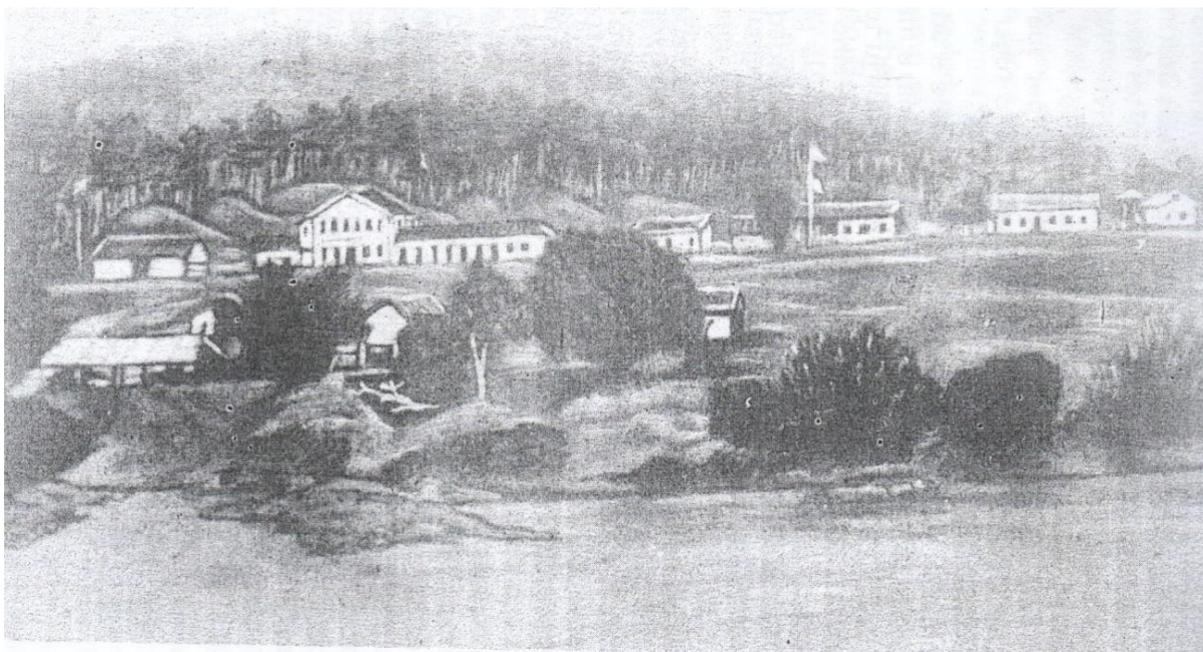
**sete comarcas**, as quais são: Vitória, Conceição da Serra, Santa Cruz, São Mateus, Iriritiba, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro; **onze termos**, os quais são: Vitória, Conceição da Serra, Santa Cruz, Nova Almeida, **Linhares**, Barra de São Mateus, Cidade de São Mateus, Guarapari, Benevente, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro. **treze Municípios**, que são: Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, Barra de São Mateus, Viana, Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro.

Ainda, publicado por DAEMON (2010, p. 539), a Província do Espírito Santo continha, em 1870, constituía-se por

*três cidades, que são: a da Vitória, Serra e São Mateus. Dez vilas, as quais são: São Pedro do Cachoeiro, Itapemirim, Benevente, Guarapari, Espírito Santo, Viana, Nova Almeida, Santa Cruz, **Linhares** e Barra de São Mateus. 26 paróquias, as quais são: Nossa Senhora da Vitória, São José do Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina, Santa Leopoldina, Nossa Senhora da Conceição de Viana, Santa Isabel, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição da Serra, Santos Reis Magos de Nova Almeida, Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz, São Benedito do Riacho, **Nossa Senhora da Conceição de Linhares**, Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus, São Sebastião de Itaúnas, São Mateus, Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, Nossa Senhora da Assunção de Benevente, São Pedro do Cachoeiro, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Miguel do Veado, São Pedro de Itabapoana, São José do Calçado, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino, Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.*

De acordo com os registros de FERREIRA (1985, p. 68-69), em 1879 surge o Porto de Mascarenhas, (Figura 5), um importante empório comercial, com a implantação da navegação a vapor no Rio Doce, que se converteu num próspero centro de convergência obrigatória. Recebia a produção agrícola procedente de Minas, das margens do Rio Santa Joana, trazida por tropeiros, para ser transportado por barcos de maior calado até a vila de Linhares

Fig. 5: Porto Final (Antes denominado Porto Mascarenhas)



Fonte: FERREIRA, 1985, p. 70

Segundo os registros feitos por FERREIRA (1985, p. 69), no livro “História e Flagrantes de Baixo Guandu”, o Porto de Mascarenhas, que passou a ser chamado de Porto Final, desempenhou no Rio Doce, de maneira idêntica, o progresso que o Porto Cachoeiro de Santa Leopoldina representou no Rio Santa Maria da Vitória, antes da chegada da Estrada de Ferro em 1907, no vale do Rio Doce e da rodovia que chegou a Santa Teresa em 1917. Ainda, sob o ponto de vista de FERREIRA, (1985, p. 69 - 70), o “Porto Final” foi a “vida” econômica de um território em formação, que necessitava de um ponto ou nó convergente para o atendimento das necessidades de comercialização dessa região. Os povoados que tinham uma estreita relação com o “Porto Final” foram as povoações de Guandu, de Figueira e de Boa Família, atuais cidades de Itarana e Itaguaçu. De Minas Gerais, toda a área do Alto Manhuaçu e circunvizinhanças, no afluente do Rio José Pedro e os povoados de Joanésia, Guanhões, Santa Maria de São Felix, Capelinha das Graças e principalmente de Figueira, atual Governador Valadares.

Embora, aparentemente, a ocupação inicial tenha ocorrido a partir da Vila de Linhares, foi Antonio Pires da Silva Pontes Paes Leme e Camargo<sup>9</sup>, o matemático e geógrafo, que tomou posse da administração da Capitania do Espírito Santo e teve como tarefa fundamental viabilizar os projetos de expansão colonial nessa porção do Doce. As primeiras responsabilidades de Silva Pontes foram fixar limites entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo<sup>10</sup> e analisar as condições de colonização do vale e navegação do Rio Doce, quando realizou um levantamento topográfico do seu curso (OLIVEIRA, 2008, p. 260-261). Com a finalidade de estabelecer a via de comunicação para poder policiar o tráfico de pedras e metais preciosos, Silva Pontes instalou, no Espírito Santo, os quartéis de Lorena, de Regência e do Sousa, na divisa com Minas e na foz e implantou os destacamentos militares<sup>11</sup> ao longo do rio.

---

<sup>9</sup>Foi indicado, em 1800, pelo ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, a tomar posse da Capitania do ES. (MARINATO, 2007, p. 36)

<sup>10</sup> O traçado de limites objetivava estabelecer as jurisdições fiscais das duas capitanias para a conseqüente cobrança de impostos. O Auto a oito de outubro de 1800, foi assinado juntamente com o representante do governo mineiro João Batista dos Santos e Araújo, tenente-coronel do 3º Regimento de Cavalaria de Milícias da comarca de Vila Rica. O governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais era Bernardo José de Lorena. (OLIVEIRA, 2008, P. 260)

<sup>11</sup>Duas finalidades eram atribuídas aos destacamentos militares: apoiar as exigências do fisco e assegurar um ambiente de garantia para o comércio direto entre Minas Gerais e Europa, ideia generosa que Silva Pontes acalentava com otimismo, conforme tão eloquentemente o atesta o auto de demarcação. (OLIVEIRA, 2008, p. 260)

A partir de meados do século XIX, as terras dos sertões do Espírito Santo foram ocupadas por famílias fluminenses e mineiras, e, também, por famílias italianas recém-imigradas de Santa Teresa que se estabeleceram na região. Porém, Ferreira (1985, p. 70) destaca que o povoado de Linhares continuava apenas como espectadora do movimento que se fazia do outro lado, na fronteira, entre Natividade, Porto de Souza e Porto Final por conta do escoamento da produção de café, de cereais e de cana-de-açúcar. A partir dessa análise, pode-se levantar a hipótese de que houve outras frentes de colonização das terras dos sertões do Vale do Rio Doce espiritossantense, na divisa com Minas Gerais.

Em consequência disso, novos povoados foram surgindo, à medida que as famílias migrantes foram ocupando suas colônias. Na última década dos anos Oitocentistas, Guandu tornou-se distrito em 1891, e pela Lei Municipal de 26 de dezembro de 1895, foi criado o distrito de Mutum, sede inicial do Núcleo Antônio Prado, e anexado à Vila de Linhares. Posterior a essa data, surge o Barracão de Baunilha, às margens do Rio Baunilha. Na foz, denominada de Barra do Rio Santa Maria, no Rio Doce, constituiu-se o ponto final da zona pioneira, que se deu com a expansão da Colônia de Santa Leopoldina em direção ao norte no sentido do Núcleo Antônio Prado<sup>12</sup> que se iniciou na região serrana do Canaã e se estendeu ao longo das margens do Rio Santa Maria. Na barra (Figura 5), ou seja, na foz desse rio, surgiram alguns casebres dando origem ao Arraial da Barra de Santa Maria, onde hoje se localiza o bairro Colatina Velha. Em 1889, o arraial foi elevado a sede do distrito, e recebeu o nome de Colatina pelo engenheiro Gabriel Emilio da Costa, em homenagem a Dona Colatina, esposa do governador José de Mello Muniz Freire.

---

<sup>12</sup> A inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província, dirigida na época pelo engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Pacca, cuidava da demarcação e distribuição dos lotes devolutos, com área padrão de 30 hectares. (IBGE- Cidades - Colatina)

Fig. 6: Confluência do Rio Santa Maria com o Rio Doce – 1918 – Colatina/ES



Fonte: Gilvani SILVA, publicada em 04/12/2017 – grupo do facebook/ Fotos antigas do Espírito Santo.

Na primeira metade do século XX, foram criados os distritos de Acioli de Vasconcelos, pela Lei Municipal de 27 de janeiro de 1905 e, Colatina, pela Lei Estadual nº 488, de 22 de novembro de 1907 e a sede da povoação de Linhares foi transferida para a povoação de Colatina. Em 1911, Linhares aparecia constituído por seis distritos: Linhares, Acioli de Vasconcelos, Regência, Colatina, Mascarenhas e Mutum. Em 1915, pela Lei Estadual nº 1.045, de 09 de dezembro de 1915, foi criado o distrito de Baixo Guandu e anexado a Linhares. Em 05 de janeiro de 1917 o distrito de Baunilha foi criado pela Lei Estadual nº 1.093.

Em 30 de dezembro de 1921, pela Lei Estadual de nº 1.307, Colatina tornou-se município e Linhares foi elevada à condição de cidade pela Lei Estadual de nº 1.217, de 30 de dezembro de 1921. Colatina foi elevada à categoria de sede de município em 30 de dezembro de 1921. A partir desta data toda a extensão territorial que anteriormente computava o território de Linhares passou a pertencer a Colatina.

O Distrito de Lage<sup>13</sup> foi criado em 04 de julho de 1923, pela Lei Estadual nº 1.381 e, no ano seguinte foi criado o Distrito de Nossa Senhora da Penha, em 05 de setembro de 1924, pela Lei Estadual de nº 1.486, ambos os distritos foram anexados ao município de Colatina.

Na década de 1930, o município de Colatina começou a perder área territorial. A primeira perda foi a transferência do Distrito de Acioli de Vasconcelos para o município de Pau Gigante, em 1933. O Distrito de Baixo Guandu se desmembrou de Colatina em 10 de abril de 1935, pela Lei Estadual nº 6.152, sendo elevado à categoria de município. Nesta década, até 1933, Colatina era constituído de nove distritos: Colatina, Baunilha, Baixo Guandu, Lage, Linhares, Mascarenhas, Mutum, Nossa Senhora da Penha e Regência. A partir de 1937, passaram a ser oito distritos, Baixo Guandu se emancipou e tornou um município e o Distrito de Nossa Senhora da Penha passou a se chamar Santa Luzia pelo Decreto-lei Estadual nº 9.222, de 31 de março de 1938. E sob o mesmo decreto o Distrito de Mascarenhas foi transferido para o município de Baixo Guandu. Em 1938, pelo Lei Estadual de nº 9.941, de 11 de novembro de 1938 foi criado o Distrito de Alto Rio Novo e anexado ao município de Colatina.

Em 31 de dezembro de 1943, pela Lei Estadual nº 15.177 foram desmembrados do município de Colatina os distritos de Linhares e Regência que se constituíram no município de Linhares. Esta mesma Lei alterou os nomes dos distritos de Lage, Santa Luzia e Mutum, respectivamente para Itapina, Pancas e Boapaba. Com essas alterações legais, o município de Colatina, no período de 1944 a 1948, passou a ser constituído de seis distritos: Colatina, Alto Rio Novo, Baunilha (ex-Mutum), Itapina (ex-Lage) e Pancas (ex-Santa Luzia). Em 1949, foram criados os distritos de Águia Branca, Lajinha, São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha pela Lei Estadual nº

---

<sup>13</sup> Ceciliano Abel de Almeida (1978, p. 52), fez o registro no capítulo IV do livro O povoamento das selvas do Rio Doce, marcando o início da ocupação / povoamento das terras na margem do Ribeirão do Laje, atual Itapina. "Um desmatamento, uma tapera e um rio chama atenção dos viajantes. É o modesto desaguar do Ribeirão do Laje". Em 1905, Ceciliano Abel de Almeida fez uma expedição de reconhecimento do território e desbravamento do rio Doce com a finalidade da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. E provavelmente o que ele viu e descreve constitui o aldeamento de Lage.

265, em 22 de outubro daquele ano. Desse modo, a divisão territorial, em 1950, do município de Colatina passou a ser constituído de 10 distritos.

Pela Lei Estadual nº 777, de 29 de dezembro de 1953, os distritos de Pancas e Alto Rio Novo são desmembrados do município de Colatina e se constituíram o município de Pancas, e o distrito de São Domingos foi elevado à categoria de município. Neste mesmo dia, mês e ano foram criados os distritos de Governador Lindenberg, Novo Brasil e Marilândia pela Lei Estadual nº 779. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, acórdão de 4 de maio de 1955, foi anulada a criação dos municípios de Pancas e São Domingos que voltaram a ser distritos de Colatina. Desse modo em 1955, Colatina passou a ser constituído por 13 distritos: Colatina, Águia Branca, Alto Rio Novo, Baunilha, Boapaba, Governador Lindenberg, Itapina, Lajinha, Marilândia, Novo Brasil, Pancas, São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha, permanecendo essa divisão territorial até 1962.

Em 21 de fevereiro de 1963, pela Lei Estadual nº 1.837, os distritos de Pancas, Alto Rio Novo e Lajinha, se desmembraram para dar origem ao município de Pancas. Os distritos de São Gabriel da Palha e Águia Branca deram origem, sob a mesma lei, ao município de São Gabriel da Palha. Ao final de 1963, o município de Colatina passou a ser constituído por sete distritos: Colatina, Baunilha, Boapaba, Itapina, Marilândia, Novo Brasil e São Domingos do Norte.

Em 31 de dezembro de 1963, foram criados pela Lei Estadual nº 1.919 os distritos de Angelo Frechiami, Governador Lindenberg, Graça Aranha e Sapucaia e anexados ao município de Colatina. Ao final da década, em 1979, o município era constituído de 11 distritos: Colatina, Angelo Frechiami, Baunilha, Boapaba, Governador Lindenberg, Graça Aranha, Itapina, Marilândia, Novo Brasil, São Domingos do Norte e Sapucaia.

Pela Lei Estadual nº 3.345 de 14 de maio de 1980, os distritos de Marilândia e Sapucaia foram desmembrados de Colatina e se constituíram o município de Marilândia. Em 1988, o município de Colatina era constituído de nove distritos: Colatina, Angelo Frechiami, Baunilha, Boapaba, Governador Lindenberg, Graça Aranha, Itapina, Novo Brasil e São Domingos do Norte. O distrito de São Domingos do Norte foi desmembrado de Colatina e, 30 de março de 1990, pela Lei Estadual nº

4.347 e elevado à categoria de município. Em 1995, Colatina se constituía de oito distritos. Em 1998, pela Lei Estadual de nº 5.638, foram desmembrados de Colatina dos distritos de Governador Lindenberg e Novo Brasil e formaram o município de Governador Lindenberg.

Em divisão territorial de 2005, o município era constituído de seis distritos: Colatina, Angelo Frechiami, Baunilha, Boapaba, Graça Aranha e Itapina. De acordo com os dados do IBGE esta divisão regional permaneceu até 2014.

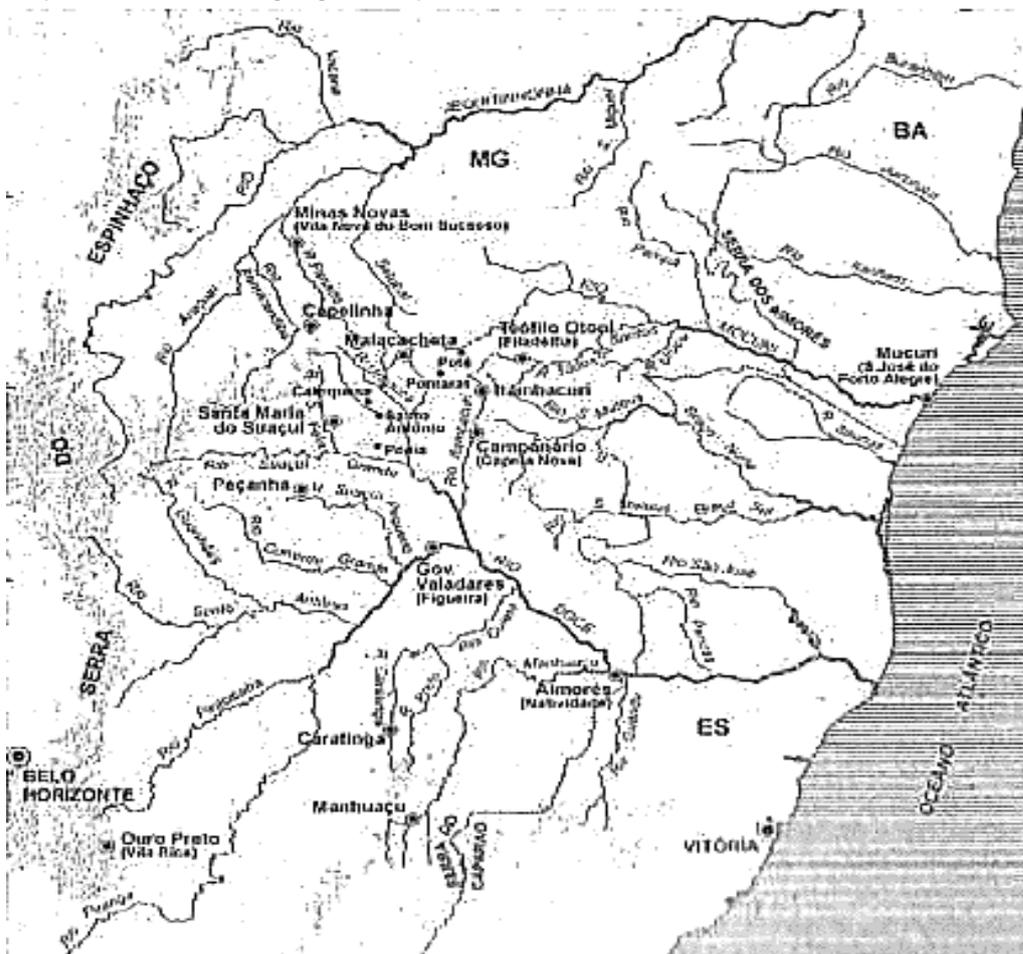
Por essa exposição, pode-se perceber que, a partir do registro oficial da formação das vilas, povoações, distritos, cidades e recortes que foram se configurando, ordenando e organizando o território, segundo a importância, a relação de poder e o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo, ainda, impor e manter uma ou várias ordens e realizar a integração e coesão dos territórios, constituindo as tessituras, nós e redes, um axioma para Raffestin, (1993, p.149) ou um rizoma para Deleuze e Gattari, apud, Haesbaert, (2007, p. 113) que funciona através de encontros e agenciamentos de uma cartografia das multiplicidades, objetivando atender aos interesses e políticos e econômicos.

### **2.1.2.A territorialidade indígena: Munhageruns e Nac-Nuncs**

No início do século XX, o sul da Bahia, o norte do Espírito Santo e a região do Rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo foi transformado na principal área de atuação do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), devido à construção das estradas de ferro Bahia-Minas e Vitória-Minas, que penetraram os últimos territórios dos Botocudos. É nesse contexto, temporal e espacial, que identificaremos a territorialidade dos índios Munhageruns e Nac-Nuncs, pertencentes à nação dos Botocudos, na região do Doce Espírito Santense, mais especificamente no Aldeamento Laje, localizado às margens do ribeirão do mesmo nome, e que com a chegada da estrada de ferro Vitória-Minas deu origem a um importante entreposto comercial, chamado de Itapina, mas seu primeiro nome foi Laje, o mesmo do aldeamento.

Os Botocudos, também chamados de Tapuias ou Aimorés, ocupavam território que compreendia faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, cujos limites prováveis seriam o vale do Salitre, na Bahia, e o Doce, no Espírito Santo (mapa 4). Essas populações indígenas, encontravam-se distribuídas entre o vale do Salitre, na Bahia, o vale dos Rios Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, entre o vale do Doce até Itapemirim. Os índios Botocudo pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, podem ser classificados como pertencentes às famílias: Botocudo, Maxacali, Puri, Malali e Pataxó. (ESPÍNDOLA, 2006, p. 153). De acordo com Paraíso (apud Cunha, 1998, p. 423) os Botocudos eram caçadores e coletores seminômades, com uma organização social que se caracterizava pelo constante fracionamento do grupo, pela divisão natural do trabalho e por um sistema religioso centrado na figura dos espíritos encantados dos mortos.

Mapa 4 - Referências geográficas para a história dos Botocudos, século XIX



Fonte: EHRENREICH, Paul. 1855-1919. **Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX.** Tradução de Sara Baldus; organização e notas por Julio Bentivoglio. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. p. 16

O território do Vale Rio Doce Espírito Santense permaneceu por muito tempo coberto por uma mata densa que dificultou a fixação humana, por ter sido uma área insalubre, atribuída por aventureiros que realizaram expedições, devido ao transbordamento de seus afluentes em período de chuvas, formação de poços e infecção do ar com vapores perigosos (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 86) e, também, pela presença indígena, a família Botocudos, considerada pelo colonizador como hostil, bravo e feroz.

A denominação “*Botocudo*”, nome dado pelos portugueses é fruto da visão externa e preconceituosa, que se tornou comum para se referir aos grupos tribais da região analisada, que tinham a tradição de utilizar no lábio e nas orelhas uma grande rodela de madeira (feita da madeira da árvore barriguda – *Chorisia glaziovii*). Para o colonizador, que difundiu a imagem do botocudo como feroz, considerado uma ameaça, capazes de cometer todo tipo de atrocidade e antropófagos, não tem confirmação nos documentos das divisões militares de que esse grupo indígena tenha sido antropófago, conforme, divulgado na literatura existente.

A partir da Carta Régia de 13 de maio de 1808, de D. João VI, declarou-se uma guerra ofensiva ao inimigo, conforme descrito no artigo “Os índios botocudos no Espírito Santo e o estudo de Paul Ehrenreich” de Júlio Bentivoglio, (2014, p. 16):

... os botocudos antropófagos (...) particularmente sobre as margens do Rio Doce e rios que no mesmo deságuam e onde não só devastam todas as fazendas (...) e passam a praticar as mais horríveis e atrozes cenas da mais bárbara antropofagia, ora assassinando os portugueses e os índios mansos (...) ora dilacerando os corpos e comendo os tristes restos (...). Desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos assenhorar de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitem-se ao doce jugo das leis, prometendo viver em sociedade, possando vir a ser vassallos úteis como já o são as imensas variedades de índios que nestes meus vastos Estados do Brasil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social.

A declaração feita, a partir da Carta Régia, construiu no imaginário do colonizador de que os “*botocudo*” eram o terror das florestas do rio Doce, antropófagos e que precisavam ser destruídos, sem quartel e sem perdão (COELHO, 2011, p. 27), no entanto, resistiram e não se curvaram ante a força e a prepotência dos que desejavam exterminá-los.

No período posterior à Carta Régia, entre 1824 e 1845, foram criados dez quartéis, dois aldeamentos e um povoado de índios às margens do rio Doce Espírito Santense (Mapa 3). Em 1859, foi criado o Aldeamento do Mutum, próximo ao quartel Porto de Souza, no período esse território pertencia a Comarca de Linhares, hoje pertencente ao município de Baixo Guandu. De acordo com Ferreira (1985, p. 36), o aldeamento foi considerado o mais próspero, de maior duração e acredita-se que fora assessorado pelo frade capuchinho Bento de Bubbio. Porém, muitos desentendimentos com os índios, mal atendimento oficial, divergência e má interpretação dos fatos narrados pela imprensa da capital e de relatórios de seus diretores, fez com que a vida no aldeamento se tornasse um lugar de escassez, com falta de alimentos, vestuário e ferramentas e ataques de índios não aldeados. Diante desses fatos o Governador Antonio Joaquim Rodrigues (1885-1887) nomeou uma comissão de guanduenses *para estudar as suas necessidades e propor os meios de fazer prosperar aquele estabelecimento* ou aldeamento. A comissão opinou pela extinção do aldeamento e propôs *“uma colônia agrícola no mesmo lugar”*. As autoridades decidiram manter o aldeamento e garantir as necessidades dos aldeados.

Garantidas ou não as necessidades dos aldeados do Mutum, a história registra que em 1888, o Aldeamento recebeu a visita da princesa Teresa Carlota, da Baviera (hoje a Alemanha), que chegou até o aldeamento conduzida através de caminhos utilizados por tropeiros, saindo de Porto Cachoeiro, passando por Santa Teresa, Santa Joana e o Porto Tatu. Do Porto Tatu, seguiu para o Aldeamento do Mutum, e o encontrou em más condições, e registrou em seu diário, *“aquela tentativa de civilização dos índios, criada pelo Governo em 1859, devia ter um missionário, um interprete e alguns soldados para manter a ordem”*. Provavelmente isso estava no Decreto, mas não na realidade. De acordo com o artigo *“Viajantes estrangeiros ao Espírito Santo, princesa da Baviera”* (acesso em 14 de dezembro de 2017) destaca que havia deficiência de padres, ausência do diretor nomeado do aldeamento, o intérprete aparentava-se doente, o carpinteiro despreocupado em melhorar a casa de dois cômodos e o número de soldados era insuficiente não passava de três caboclos.



*cabeceiras dos rios São João e cabeceira a oeste do Pancas, estendendo até a Serra dos Aimorés. O Rio Mutum foi o limite entre os **Nac-Nanucs** e os **Guteracs**, mas estes lançaram fora os **Nac-Nanucs** e estenderam seus limites até a serra João Leopoldino.*

Esses índios são todos Aymores<sup>15</sup>, como atestam sua língua e seus costumes. Há, no entanto, entre eles uma certa diferença: os **Nac-Nanucs** e os **Nac-Hêrêhê** são um pouco mais escuros e altos, um tanto sedentários, fazem plantações e habitam ranchos de palha de certa duração, não usam botoque e se utilizam de canoas. Os **Guteracs** são nômades, não fazem plantações, nem constroem habitações duráveis, usam botoque, e quanto ao tipo físico, são mais claros, simpáticos e de estatura regular. E os **Munhageruns** assemelham-se ao físico dos **Guteracs**, mas não usam botoque, e não são, talvez, nômades no mesmo grau porque falam de seus aldeamentos.

Estigarribia relata, ainda, que, ao chegar a Colatina, começaria a por em execução os planos do SPI sobre os índios dessa inspeção, quase todos nômades. Os planos do inspetor era organizar em lugar apropriado, os postos, próximo aos aldeamentos ou aos lugares de paragens que serviria de base à ação pacífica, amigável e protetora. Por intermédio desses postos, se manteriam as relações com as tribos, se velaria pela segurança e tranquilidade, impedindo, o quanto possível as guerras, e restabelecendo a paz. Despertar-lhes a atenção para os meios de construção de suas casas, ensinando-lhes o plantio de árvores frutíferas e cereais, provando-lhes com o tempo as vantagens desse sistema de vida. Dos postos propagarão expedições por toda a mata para atrair por meios brandos as tribos nômades e verificar o estado de civilização dos índios aldeados dispostos a se juntar a outros índios civilizados e a sociedade.

O inspetor Estigarribia, destaca a importância da ação fiscalizadora sobre os civilizados na área de abrangência no oeste do Espírito Santo entre o Rio Doce e o Rio São Mateus, área que constitui a territorialidade dos povos indígenas, denominados de botocudos. Para a execução desse plano de ação, o inspetor recebeu a ajuda dos cidadãos José Cardoso e Saturnino Cosme da Motta, esses

---

<sup>15</sup> Nome dado em referência a Serra dos Aimorés, localização na figura 4.

nomes foram aprovados pela Diretoria do SPI, e lideraram expedições de reconhecimento e identificação de tribos, número de componentes, sua localização e configuração do terreno, bem como do caminho percorrido.

A área de inspeção de Antonio Estigarribia compreendia o leste do vale do Rio Doce até o Rio São Mateus em especial no Espírito Santo. Era comum as visitas nos aldeamentos sob sua inspeção. Há uma descrição de Antonio Estigarribia de uma visita que fez ao Aldeamento de Lage, o trecho do relatório foi publicado em *O Diário* de 30 de outubro de 1912, que diz “em 4 de dezembro fui em uma canoa ao Aldeamento de Lage, em que os índios munhageruns e nac-nunucs têm sua aldeia à margem do Rio Doce, a cerca de 4 léguas acima de Colatina.” Ainda descreve que, a caminho do aldeamento fez uma visita a um lugar chamado Catita<sup>16</sup>, uma tentativa de aldeamento feito pelo padre Gruber, do Verbo Divino, após a chegada de Estigarribia ao Estado. A localização desse aldeamento em Catita, encontrava-se a uma légua e meia acima do aldeamento Lage, um lugar magnificamente escolhido. Lá se encontravam dois irmãos munhageruns que eram bem tratados pelo padre, provavelmente eram os líderes da aldeia. Entre os membros da comitiva na canoa, estavam o inspetor, sua esposa e mais duas mulheres, que aportaram na margem do Rio Doce, próximo ao aldeamento. A comitiva foi recebida por um casal e uma criança, e aos poucos outros moradores do aldeamento foram chegando e acolhendo a comitiva do inspetor Estigarribia. Esse aldeamento deveria ter entre vinte e trinta indivíduos, que não eram considerados fixos. Havia uma relação de proximidade entre as tribos do aldeamento de Catita e de Lage, esta proximidade além de física, utilização do mesmo território, também relacional, com a realização de casamentos de indivíduos entre indivíduos das aldeias.

No aldeamento Lage, existiam seis ranchos de palha e pau a pique, sendo um deles, o paiol, onde estava depositada uma grande quantidade de milho. Existia, também, muita roça, cujo plantio era dirigido pela índia, ainda moça, chamada Benedicta. Foram também, moradores dessa aldeia, em Lage, dois capitães Lucas e Nazaré que conquistaram grande influência entre os índios. Os índios da tribo, também, criavam

---

<sup>16</sup> Provavelmente o Aldeamento Catita ficava próximo a Vila de Mascarenhas, de acordo com a informação fornecida por Leontina Vicentino à Revista Nossa, nº 25, Ano IV, set de 1986, p. 45.

galinhas e porcos. A medicação utilizada nas feridas consistia em encher as cavidades das feridas com terra.

O papel do inspetor do SPI consistia em minimizar os conflitos que ocorriam entre os índios e os colonos. Geralmente, o serviço de inspeção tinha o apoio de um indígena, mais manso, ou seja, civilizado para convencer os demais a colaborarem para que não houvessem roubos de ferramentas ou saques nas propriedades dos colonos.

De acordo com o artigo "*Política indigenista: Serviço de Proteção ao Índio*"<sup>17</sup>, o Serviço de Proteção ao Índio<sup>18</sup>, SPI, foi criado em 1910, e em 1918, também foi criada a Localização dos Trabalhadores Nacionais pelo Decreto nº 8.072, tendo como objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. De acordo com a proposta de Rondon, a partir de 1908, a ação de uma agência indigenista do Estado brasileiro teria por finalidades: a) estabelecer uma convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) estimular os índios a adotarem gradualmente hábitos civilizados; d) influir "amistosamente" na vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) possibilitar o acesso e a produção de bens econômicos nas terras dos índios; h) empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola; i) fortalecer as iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira.

Ainda, de acordo com o artigo "*Política indigenista: Serviço de Proteção ao Índio*", os indigenistas do SPI trabalhavam em diferentes tipos de postos indígenas: de atração, de criação, de nacionalização, etc. A pedagogia empregada por esses agentes controlava as demandas indígenas, o que resultava em situações de fome, doenças e despovoação. A ação do SPI foi marcada por contradições identificadas como "paradoxos indigenistas", pois tinha por objetivo respeitar as terras e a cultura indígena, mas agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para colonização, impondo uma pedagogia que alterava todo o sistema produtivo indígena. As principais iniciativas estavam voltadas para a pacificação e sedentarização de

---

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?start=1>. Acesso em 14/12/2017.

<sup>18</sup> O Serviço de Proteção ao Índio – SPI foi extinto em 1967, dando origem à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

grupos indígenas, sendo uma das principais táticas em um cerco pacífico de povos indígenas, era a de identificar-se como amigo, isto é, como um interlocutor de confiança.

O SPI teve muita dificuldade em controlar, estabilizar e melhorar a condição sanitária de povos indígenas que enfrentavam surtos epidêmicos. De acordo com o artigo “*Política indigenista: Serviço de Proteção ao Índio*”, nas primeiras décadas do século XX, aldeias inteiras foram destruídas por doenças pulmonares, causando alta mortalidade de um povo que enfrentava doenças endêmicas como verminoses e malárias, passando a conviver com a desnutrição, a dificuldade de produzir alimentos e a falta de cuidados sanitários (POLÍTICA Indigenista, acesso 14 dez. 2017)

A alfabetização de crianças e adultos indígenas era uma prática desde o tempo dos aldeamentos missionários do Brasil Colônia e se estendeu aos postos indígenas do SPI objetivando consolidar a sedentarização do grupo. Essa pedagogia envolvia cultos cívicos, aprendizados de trabalhos manuais, técnicas da pecuária e de novas práticas agrícolas. Também eram orientados para os cuidados corporais, como o uso de vestimentas e o ensino de práticas de higiene. Em quase todos os postos do SPI esteve presente a “política de nacionalização” dos índios, onde a professora das crianças indígenas era quase sempre a esposa do encarregado ou do inspetor, que, também, ensinava os filhos dos colonos, dos empregados do posto e de fazendas vizinhas. O ensino dessas escolas consistia para a formação de produção de alimentos e também produtos voltados para o mercado regional.

De acordo com Paraíso apud Cunha, (1998, p. 420), a tática usada pelo SPI foi a de, aos poucos, extinguir os postos, alegando a drástica redução da população em decorrência do contato estabelecido pelo órgão, que não foi capaz de evitar a grande quantidade de doenças infecto-contagiosas que atingiram de forma violenta os grupos aldeados. Restou apenas o posto do Rio Eme<sup>19</sup>, destinado aos Krenak, e para onde foram transferidos os sobreviventes dos demais aldeamentos, passando a chamar-se Guido Marlière.

---

<sup>19</sup> O rio Eme é um afluente do Rio Doce. Nasce no município de Cuparaque – MG e deságua no município de Resplendor – MG, pela margem esquerda. O Rio Eme atravessa toda a extensão do atual Reserva Indígena Krenak (REIS, 2013, p. 96)

Paraíso (apud Cunha, 1998, p. 420), destaca que, a partir da divisão dentro do grupo dos Gutkrak, o capitão Krenak refugiou-se na aldeia de Quijeme Brek, às margens do Rio Eme, recusou-se a fazer qualquer contato com os agentes do SPI. Este contato só foi restabelecido com a atração do filho de Krenak, Muhin, que determinou a localização do posto do Eme. A manutenção do posto do Eme não fazia parte do programa do SPI, que tinha a intenção transferir os Krenak para o Posto Indígena do Pancas, no Espírito Santo. Esta transferência nunca ocorreu, pois, todas as tentativas eram seguidas de sessões de "cólicas intestinais dantescas", que faziam com que os índios rolassem pelo chão aos gritos. Essas atitudes de resistência fizeram com que o SPI, negociasse com o governo de Minas Gerais para a demarcação e doação definitiva da área para os Krenak.

Além disso, Teixeira, (1974, p. 10) evidencia que

[...] a corrente pioneira que invadiu o baixo Rio Doce, a partir do final do século XIX, plantando propriedades ao sul e ao norte do grande rio, dando o nascimento de povoações, vilas e cidades, bem como a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, assinalaram o desaparecimento, por miscigenação, morte ou mudança dos Botocudos da região.

Da mesma forma, o prof. Ermelando Serafini apud Teixeira, (1974, p. 10), destaca “de verdade foi *constrangedor verificar que a civilização trouxe a quase destruição total do índio. Tirado de seu habitat natural, a selva, viu-se entregue ao imoderado uso do alcool e as moléstias da civilização que dizimou até o quase total extermínio.*

Hoje, os últimos Botocudos do Sertão do Rio Doce de Minas e Espírito Santo, os Krenak ou Borun, vivem numa reserva de quatro mil hectares criada pelo SPI – Sistema de Proteção ao Índio, no início do século XX, em 1918 à margem do Rio Doce, em Minas Gerais, entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena. Desse modo, segundo Raffestin, (1993, p. 151) “os botocudos eram um obstáculo a ser removido, pois atrapalhavam articulação de uma trama de relações de diversidade étnica composta por diferentes sujeitos que se constituíram num território concreto, e também simbólico no qual se estabelecia as relações de poder”.

Assim, pode-se destacar que, nas margens do Ribeirão Lage, existiu um aldeamento ocupado por índios **Munhageruns** e **Nac-Nanucs** que ali se estabeleceram, na segunda metade do século XIX, e permaneceram nas primeiras décadas do século

XX. Estas tribos eram monitoradas pelo SPI, e mais tarde, seus remanescentes foram para o Aldeamento de Pancas<sup>20</sup>, e posteriormente, em 1940, transferidos para a reserva Krenak em Minas Gerais.

### **2.1.3. A desterritorialização dos migrantes para a reterritorialização nas terras da margem sul do Rio Doce.**

A **desterritorialização** e a **reterritorialização**, sob o olhar de Deleuze e Gattari, e, interpretada de forma simplificada por Haesbaert, (2009, p. 127), constitui, respectivamente, o movimento pelo qual se abandona o território, “que é a operação da linha de fuga” (desterritorialização), e, o movimento da construção do território, num movimento, num ritmo que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (reterritorialização). Estes conceitos serão a base, daqui por diante, para compreender o movimento de abandono do território estrangeiro ou nacional e para a construção de um novo território, num contínuo movimento de repetição controlada.

De acordo com Selau (2010, p.21), ao longo do século XIX, a Europa passa por inúmeras transformações decorrentes da expansão da revolução industrial, do avanço de novas tecnologias associadas a uma política de concentração de terras, colocando uma quantidade expressiva de trabalhadores urbanos e camponeses na miséria, suscitando em muitos o desejo de migrar para outros lugares em busca de reprodução de seu modo de vida. Nesse contexto, as transformações ocorridas na Europa, nos permitem analisar a periodização, o regime e a ruptura propostos por (SANTOS, 2014, p. 91-92). Segundo depoimento de Aurélia Castiglioni (2018) o crescimento populacional que ocorre nas fases iniciais da transição encontra-se na base de grande parte das migrações de massa, associado à condição de miséria do excedente demográfico. Isto ocorreu na emigração europeia, no êxodo rural, na migração atual de países pobres em direção aos países mais desenvolvidos. O crescimento demográfico produz pressão sobre as terras, sobre a disponibilidade de trabalhos pouco qualificados. A fecundidade elevada das famílias do meado do século produzia um crescimento que as pequenas propriedades não podiam absorver produtivamente.

---

<sup>20</sup> De acordo com os registros de Fausto Teixeira, (1974, p. 10), em 1910, o SPI, instalou um “Posto Indígena”, de curta duração, mas que garantiu o fornecimento de alimentos, ferramentas, utensílios e roupas aos índios ali concentrados.

O regime constituiu-se num conjunto de variáveis que permitem a organização de regras ao um sistema de ação, e a ruptura constituiu o sinal de crise e de passagem para outro período. Foi o que ocorreu na Europa, o capitalismo impôs, no Ocidente, um novo modelo de produção que trouxe como consequência um excedente de mão de obra.

Aurélia Castiglioni (in CASTIGLIONI, 1998, p.101), afirma que durante o séc. XIX e XX, especialmente entre 1824 e 1924, deixaram a Europa 52 milhões de indivíduos, que *atravessaram o Atlântico em busca de terra, trabalho e fortuna. Desse total, 93% dirigiram-se para as Américas. Cerca de 11 milhões imigraram para os países da América Latina, majoritariamente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai. A decisão de imigrar, deixar sua pátria, suas tradições culturais e, até mesmo, os familiares para iniciar uma viagem, sem retorno, tem como principal causa a insatisfação do indivíduo com sua situação econômica e social, mas não é suficiente para provocar a partida, pois dependia em escolher um destino com perspectivas promissoras* (CASTIGLIONI, 1998, p. 105).

No caso da Itália, segundo Franco in Castiglioni (1998, p. 29) a emigração se deu, também, em consequência da expansão do capitalismo na área rural: concentração de terras em grandes propriedades, mecanização da lavoura levou a baratear a produção e a eliminar a concorrência pelo pequeno agricultor, os elevados impostos sobre a terra que obrigaram os pequenos agricultores a contrair empréstimos e, por consequência, o crescente endividamento e o desemprego. Outro fator ligado à emigração consistiu na unificação de pequenos reinos, principados e cidades em um único país, a fim de que a produção capitalista encontrasse um mercado consumidor com a derrubada de fronteiras e alfândegas. Essas mudanças atingiram, a fundo, a estrutura agrária, promovendo uma deteriorização da vida rural, com o aumento da subnutrição e aparecimento de inúmeras doenças como a malária, que já estava extinta em anos anteriores; a pelagra, uma forma de avitaminose, que alastrava no norte da Itália, pelo consumo exclusivo de alimentos à base de milho.

A combinação desses diversos fatores fez com que uma massa de italianos deixasse seu país em busca de um lugar para começar uma nova vida que atendesse aos seus anseios, livre da miséria, reconhecida, honrada e lembrada”. Para a população

italiana, migrar era algo comum, pois eles praticavam a migração sazonal para as nações vizinhas para trabalhar no plantio e colheita, ou na construção de estrada de ferro, retornando para casa no inverno. Nesse sentido, partir para a América, no Brasil, em especial, para o Espírito Santo, parecia algo já experimentado no psíquico dos italianos, pela sua história e experiência em migrar em busca de trabalho nos países vizinhos.

No estudo realizado por Dadalto e Vilaça (2008, p. 16), em “Coração de Imigrante”, os autores destacam que a oportunidade de emigrar parecia um desafio verdadeiramente salvador para o contexto em que viviam, aliada à propaganda feita pelos agenciadores contratados pelo governo brasileiro, *que andavam pelas vilas, lugarejos e aldeias oferecendo terras, ferramentas* de trabalho, emprego, passagem e a esperança de sólida realização de um mundo novo.<sup>21</sup>.

Com esta encenação promissora, os primeiros navios atracados nos portos europeus se preparavam para navegar até a América. As falas de oportunidades correm aldeias, dos que há tempos foram e dos que estão prontos a partir; sonhos comuns são planejados entre amigos e parentes, cartas e mensagens transitavam estimulando a travessia. Aldeias inteiras partiam, produzindo ruídos que expressavam a verdadeira libertação. O contexto permitiu a formação de uma rede de informações, coletivas e complexas, baseadas no relacionamento familiar, de aldeias, regiões, de afinidade profissional e política, que sustentava a estratégia emigratória, pois preferiam permanecer juntos para as regiões de destino, porque, para esses italianos, o projeto era emigrar para não voltar.

Segundo CASTIGLIONI (1998, p. 105) os fatores que intervêm na decisão de migrar consistem em nível pessoal, de aspiração, desejo de mudança, gosto pelo risco, atração pelo desconhecido, pela transição demográfica, e, também, pela pobreza e pelas guerras que ocorreram na Europa. Os fluxos migratórios apresentam

---

<sup>21</sup> De acordo com Dadalto, Vilaça, (2008, p. 16) por volta de 1870, começa a emigração em vários países da Europa constituindo um movimento coletivo que atinge cerca de 60 milhões de pessoas e provocado por quatro grandes forças, o aumento da população; a abolição de terra comum; a revolução industrial e crise camponesa.

predominância de indivíduos com determinados atributos relativos à idade, ao sexo, ao grau de instrução, a profissão, ao nível de aspiração, à região de procedência.

Assim, o perfil da maioria dos imigrantes que se dirigiram para o Espírito Santo era de casais com filhos pequenos, no qual o chefe da família apresentava idade média de cerca de 38 anos no momento da migração CASTIGLIONI (1998 p. 109) sendo majoritariamente pobres, e sem terra. Esses chefes de família eram, geralmente, pouco instruídos, agricultores e vinham com toda a família CASTIGLIONI (1998 p. 109). Além disso, grande parte dos migrantes que se dirigiram para o Espírito Santo era procedente do Norte da Itália.

No início do século XIX, a coroa portuguesa monta um projeto de busca de colonos europeus para transformar a colônia monocultora em um país moderno. Para isso, era necessário criar uma lavoura policultora, pois havia necessidade de preencher o espaço geográfico de enormes áreas desabitadas<sup>22</sup>, e, também, em regiões de litígio em fronteiras com outros países.

Em 1834, por Ato Adicional da Regência, os encargos de promoção da vinda de imigrantes foram transferidos para as províncias, que contavam com pouco recurso e não possuíam terras para a colonização, pois as terras devolutas pertenciam ao império. Somente em outubro de 1848, o império concedia a cada província, 36 léguas quadradas de terras devolutas<sup>23</sup> destinadas à colonização, complementando o Ato da década anterior.

A extinção a tráfico de escravizados, a partir a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e a lei do Ventre-Livre, em 1871, trouxeram, conseqüentemente, queda do número de braços na lavoura, o que levou a necessidade de promover, de forma mais eficaz, a entrada de europeus que fomentassem a agricultura, suprimindo a carência de gêneros alimentícios diversos e trabalho nas lavouras de café.

---

<sup>22</sup> Essas áreas consideradas desabitadas pela metrópole portuguesa, eram coabitadas pela sociedade indígena. (grifo nosso)

<sup>23</sup> As terras do território brasileiro eram de domínio português, com a independência do Brasil essas terras pertenciam ao império e posteriormente ao governo republicano, por esse motivo são consideradas devolutas. (grifo nosso)

O Espírito Santo, por exemplo, tinha muitas terras inexploradas, afinal, a ocupação capixaba era litorânea. Assim, os governos brasileiro e capixaba deram início a uma série de medidas para atrair imigrantes, criando possibilidades consideráveis para milhares de italianos (SCALZER, 2015, p. 57) e alemães. SCALZER, (2015, p. 194), destaca que o objetivo do governo do Espírito Santo era promover a ocupação e o desenvolvimento de terras devolutas, no interior da província, através da venda de lotes a imigrantes europeus, bem como a disseminação do cultivo de café. MACIEL (2016, p. 257) complementa que o projeto de imigração dos brasileiro e capixaba constituía, também, a potencialização de uma política de branqueamento da população brasileira e capixaba, denominada de eugenia, a ideologia da miscigenação e a imigração, em consonância com as ideias racialistas europeias do século XIX, permitiram a exacerbação da desconstrução da identidade negra, o alijamento dos negros do trabalho e, evidentemente, a não-consideração dos negros enquanto detentores de direitos.

Para promover essas medidas visadas pelo governo, de acordo com Sebastião Pimentel Franco (CASTIGLIONI, 1998, p. 31):

A solução encontrada foi a organização de colônias de povoamento e o incentivo à imigração. Depois de ter sido feita uma cuidadosa análise das áreas disponíveis na província, foram delimitados os espaços a serem organizados para futuros assentamentos. Organizaram-se os núcleos coloniais, com a divisão de lotes (prazos) que tiveram no início 50 hectares, mais tarde reduzidos para 30,25 hectares. Essas colônias foram criadas inicialmente nas regiões de montanha, que pelas suas características climáticas ofereciam melhores condições de aclimatação para o colono europeu.

Desta maneira, o Serviço de Colonização mandava para a Europa, especialmente para a Itália e Alemanha, emissários para aliciar imigrantes, os quais faziam propaganda das vantagens que teriam se emigrassem para o Brasil. Segundo Rölke, (2016, p. 145), alguns conseguiam custear a sua travessia por meios próprios. Porém, grande parcela, não. [...] estes caíam nas mãos de pessoas sem escrúpulos, tanto na Europa, países como a Alemanha e a Itália, como no Brasil.

FRANCESCHETTO (2014, p. 133) corrobora que a partida dos italianos para o Brasil, geralmente, ocorria do Porto de Gênova com destino para o Porto de Vitória ou Rio de Janeiro. O tempo médio por um navio em viagem de Gênova até Vitória variava de

28 a 45 dias, na década de 1870. Para a década de 1890, a média de viagem era de 24 a 26 dias. Constatou-se que vieram, diretamente da Itália para o Espírito Santo, 62% dos imigrantes. Outros 34% fizeram escala no Rio de Janeiro. De Buenos Aires, na Argentina, partiram 397 italianos (1%), para 3% do total de imigrantes não se tem referência sobre as escalas

De acordo com Helmar Rölke (2016, p. 22), na obra “*Raízes da Imigração Alemã*”, descreve que o embarque dos alemães se verificava nos portos de Hamburgo e Bremen, na Alemanha; de Antuérpia, na Bélgica; ou de Dunquerque, na França, onde os migrantes passageiros eram obrigados a pagar diversas taxas, antes do embarque nos navios. Ainda, consta nos relatos de Rölke (2016, p. 22) que os migrantes alemães estavam entregues aos desmandos de comerciantes gananciosos, das agências e companhias de navegação e depois aos receptores, igualmente inescrupulosos, nos portos onde eram desembarcados.

Ainda, na mesma obra Helmar Rölke (2016, p. 26-27), destaca

[...] que a partir do assentamento inicial de imigrantes (na região montanhosa central do Estado) e da migração interna até meados do século XX (majoritariamente rumo ao norte do estado), em maior ou menor proporção, os colonos germânicos marcam presença nos atuais municípios capixabas de Domingos Martins, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Afonso Cláudio, Laranja da Terra, Brejetuba, Baixo Guandu, Itarana, Itaguaçu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Vila Valério, Vila Pavão e Nova Venécia.

Nesse movimento migratório realizado pelos germânicos Rölke (2016, p. 27) evidencia que os alemães, ajudaram a colonizar as terras do Espírito Santo, *com seu espírito trabalhador, senso de comunidade e disposição para construir vida renovada e próspera, mesmo que na simplicidade*. Muitas famílias alemãs se estabeleceram em Itapina, em suas colônias, praticando a agricultura, em especial, a cultura do café.

Segundo Franceschetto (2014, p. 806), os hispânicos embarcavam na Europa, nos portos de Gibraltar, de onde partiram 1.875 imigrantes; Málaga (383) e Almería (188). De Barcelona, partiram 126 espanhóis, e outros 368 embarcaram em outros portos. As maiores entradas de espanhóis se verificou a partir da assinatura da Lei Áurea. Em 1889, foram 448 imigrantes. O ano de 1896 é o mais representativo, com 1.493

hispanicos e coincide com a proibição da imigração de italianos para o Espírito Santo, decretada pelo governo da Itália no ano 1895.

Em relação aos sírios-libaneses Franceschetto (2014, p. 112) afirma que estes territórios estavam sob o domínio do Império Otomano, e estas etnias emigraram pela Turquia e, depois, pela França, em direção ao Brasil e o Espírito Santo, sendo indexados de acordo com as suas respectivas nacionalidades. Vale ressaltar que a imigração sirio-libanesa foi espontânea, ou seja, não houve acordos entre os países para custear a transferência das pessoas. Os estudos demonstram que a imigração dos sírios-libaneses para o Espírito Santo ocorreu, entre os anos de 1910 e 1940, e o destino destes foram os municípios de Vitória, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Mimoso do Sul, Castelo, Muqui, Rio Novo do Sul, São José do Calçado, Vila Velha, Iconha, Lúna, Muniz Freire. As famílias sírios-libaneses que se estabeleceram no município de Colatina, e especial em Itapina, desenvolveram atividades comerciais.

De acordo com FRANCESCETTO (2014, p. 804) basicamente, todos os migrantes entravam no Espírito Santo pelo Porto de Vitória (Mapa 6). Lá permaneciam um período até serem encaminhados para as colônias, sendo que a maioria dos italianos e alemães foram enviados para as colônias imperiais do Espírito Santo, enquanto que os espanhóis tiveram como principal destino as antigas fazendas escravocratas, principalmente aquelas localizadas na região sul do Estado.

No litoral Sul, os migrantes entravam pelos portos: Benevente, na foz do Rio Benevente; Piúma e Itapemirim, na foz do Rio Itapemirim; Itabapoana, na foz do Rio Itabapoana. Ao norte, pelos portos: Santa Cruz, do Rio Doce, e São Mateus. Muitos imigrantes entraram no Vale do Rio Doce pelo porto do Rio Doce. O mapa 6, também, apresenta a localização de alguns dos principais núcleos coloniais, lugar inicial da reterritorialização dos migrantes nas terras capixabas. Localiza, também, as principais cidades, como Colatina e o núcleo urbano de Itapina, que se originaram, a partir dos núcleos de povoamento criados pelo governo imperial e, depois, república. O mapa localiza a duas ferrovias, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Estrada de Ferro Vitória-Minas. As setas indicam o movimento migratório nacional entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo e, Minas Gerais e Espírito Santo. Há, também, uma seta



uma caravana, composta, também, por dois escravos, responsáveis em reabrir a estrada, cuidar das montarias e preparar as refeições. Saíram de Cantagalo (RJ) em direção a Caratinga (MG), depois para Santo Antônio do Manhuaçu, margeando o rio Manhuaçu até chegar a Natividade (Aimorés). Da foz do Rio Natividade, margearam o Rio Doce, cerca de 3 léguas<sup>24</sup>, chegaram ao antigo “Quartel do Porto de Souza”<sup>25</sup>. Retornaram aproximadamente meia légua, encontraram a foz do rio Guandu, onde decidiram permanecer e montar uma base para prosseguir o reconhecimento e a escolha do local que seria suas terras. Francisco Vieira de Carvalho Milagres, fazendeiro e filho do Major, decidiu se estabelecer à margem direita do Rio Guandu, onde cultivou cereais e cana-de-açúcar. Desse modo, retornou à Província do Rio de Janeiro para buscar sua esposa, os cinco filhos e os escravos. A jornada durou 30 dias no mesmo percurso que fez anteriormente por Minas Gerais (FERREIRA, 1985, p. 54).

Pai e filho continuaram a busca por terras altas, frescas e próprias para o cultivo do café. A expedição se deu a partir da nascente do córrego Desengano (Baixo Guandu), seguindo o Rio Laje até sua foz no Rio Doce, com o objetivo de encontrar o Rio Santa Joana. Subiram esse rio em direção ao Rio Sobreiro (Itaguaçu). O major Carvalho escolheu o lugar onde fundou a fazenda Portela. Nas imediações, reservou para seus parentes as propriedades que denominou de “Boa Sorte”, “Sossego”, “Sobreiro” e “Laranjal”. A propriedade de Boa Sorte foi cedida a José Teodoro de Andrade, fundador da povoação de Boa Família, atual Itaguaçu.

Conforme descrito em Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXII, citado por Ferreira, (1985, p. 73), Francisco Vieira de Carvalho Milagres requereu as terras até Ribeirão do Laje, ou Rio Laje onde plantou uma grande área de cereais e de cana de açúcar. Em 1877, recebeu o título definitivo da Sesmaria de terras denominada “Sesmaria do Porto do Souza”, um total de 11.385.000 m<sup>2</sup>.

---

<sup>24</sup> Medida itinerária equivalente a 6.000 metros. AMORA, Antônio Soares. Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>25</sup> Encontraram o quartel do Porto de Souza abandonado com uma densa capoeira.

Fig. 7 - Fazenda Serra – município de Baixo Guandu



Fonte: FERREIRA, Manoel Milagres. Histórias e flagrantes de Baixo Guandu. 2ª ed. Vitória: UFES – ES, 1985, p. 59

A sede da fazenda “Serra” de Francisco Vieira de Carvalho Milagres foi montada na cabeceira do córrego Desengano, a primeira fazenda de café dessa região, que inicialmente utilizou o trabalho dos escravos e, também, de mineiros que vinham de Minas Gerais. O fazendeiro Carvalho Milagres empreendeu-se antes de 1886, numa viagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul para conhecer a produção das fazendas de café pelos colonos europeus. Mediante a realidade observada na viagem ao sul do Brasil, e, também, em substituir o trabalho dos escravizados de Cantagalo e dos assalariados inconstantes vindos de Minas Gerais e de Linhares, decidiu ir a Gênova, na Itália, contratar imigrantes italianos para trabalhar na lavoura de café. Assim, em junho de 1886 chegaram os primeiros imigrantes italianos para a fazenda Serra, em Baixo Guandu que, na época pertencia ao município de Linhares.

O jornal *Província do Espírito Santo*, de 15 de junho de 1886, assim descreve o fato: *Chegam do Rio de Janeiro e escalas, no “Maria Pia, Francisco Vieira de Carvalho Milagres, Luiz Lopoés de Siqueira (e outros passageiros) e 41 passageiros. Os parenteses são para evitar a transcrição de tantos nomes.* Entre os imigrantes italianos

que migraram para a fazenda Serra, segundo a lista fornecida pela senhora Pavan<sup>26</sup>, em Ferreira, (1985, p.67) não confere com o dia, mês, ano, navio e destino com a *Base de Dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX* organizado por Cilmar Franceschetto, sendo que da lista, apenas o nome de Antônio Pinetti confere com os registros de entrada, os demais têm ano de entrada posterior ao da lista fornecida.

Em 1894, ocorreu a segunda viagem de Carvalho Milagres à Europa em busca de mais colonos para a fazenda “Serra” e, sem compromisso formal com os parentes, traria colonos para as fazendas Portela e Palmeira, no Sobreiro do Rio Santa Joana. Sobre esses imigrantes, o jornal “Estado do Espírito Santo, de 08 e 10 de 1894 escreve: *Chegaram no paquete Matteu Bruzzo, do Rio, entre outros, Francisco Vieira e 30 passageiros de 3ª classe, vindos de Gênova; 1.330 imigrantes*, (Estado do Espírito Santo, 08 e 10/12/1894). Da mesma forma que a lista de imigrantes fornecida pela Senhora Pavan<sup>27</sup>, confere apenas os nomes de Angelo Binda, Giusepe (José) Milani, Pietro (Pedro) Rognoni e Francesco Pirola com ano de entrada em 1894, os demais nomes têm datas de entrada anterior ou posterior.

Carvalho Milagres atraía gente para o trabalho, tanto na fazenda quanto no povoado de Guandu. Além dos colonos italianos que foi buscar em Gênova, na Itália, também contratou membros de famílias italianas que estavam alojados em barrações em Vitória e Santa Cruz, levando-os para o Guandu. Assim, chegavam nas imediações agricultores, oleiros, intérpretes de índios, juiz de paz, regedor da 1ª filarmônica fundada por Francisco Ferreira da Silva Junior, genro de Carvalho Milagres.

De acordo com os registros, a *Base de Dados da imigração estrangeira no Espírito Santo*, nos séculos XIX e XX, organizado por Cilmar Franceschetto, muitos imigrantes

---

<sup>26</sup> De acordo com a lista fornecida pela senhora Pavan, chegaram para a fazenda “Serra” em 1886, Angelo Canali (1893), Antônio Pinetti (1886), Aurelio Pavan (1909), Carlos Sala (1893), Constantino Maggioni, Domingos Venturotti, Francisco Dala Capitani, este identificado como Francesco De Capitani (1893), José Morati (1893), José Garioli, Jerônimo Zala, Luiz e Lichie Venturoti, o sobrenome Venturoti, entrou em 1888 com o destino para Santa Leopoldina. Os demais identificados com os anos de entrada, o destino foi o Rio Doce, ou seja, a fazenda Serra.

<sup>27</sup> De acordo com a lista fornecida pela senhora Pavan, chegaram para a fazenda “Serra” em 1894, Angelo Binda (1894), Angelo Castiglioni, (1895), José Milani (1894), Francisco Minequini, João Marcos Dal Col (1886) com destino Vitória, Joaquim Vicentini, João Sala, Pedro Rognoni, (1894) e Francisco Pirola (1894) com o nome Francesco.

italianos vieram diretamente para o Rio Doce, no período de 1893 a 1895, possivelmente para Baixo Guandu, através do Rio Doce, e depois eram encaminhados para as fazendas de café da região, dentre elas, a fazenda Serra, onde trabalhavam como assalariados, para posteriormente comprar um lote de terras nas imediações. Em 30 de julho de 1895, o governo italiano proibiu a imigração para o Espírito Santo, em função da desorganização do sistema de distribuição de terras; a escolha de terras em zonas insalubres e da falta de assistência de toda a ordem por parte do Estado.

Nesse contexto, o sistema de ocupação e povoamento implantados nessa região que abrange Itapina e suas imediações, pode ser classificado segundo (BUSATTO, 2002, cap. II), como segunda fase da ocupação do território capixaba por italianos, chamada de Fase Imperial e Republicana (formas de governo que ocorreram durante seu período), compreendendo o período de 1885 a 1895. Este segundo momento é marcado pela proliferação de núcleos coloniais que consolidaram a ocupação das áreas da Província do Espírito Santo, por meio de um surto migratório para regiões mais afastadas e interioranas.

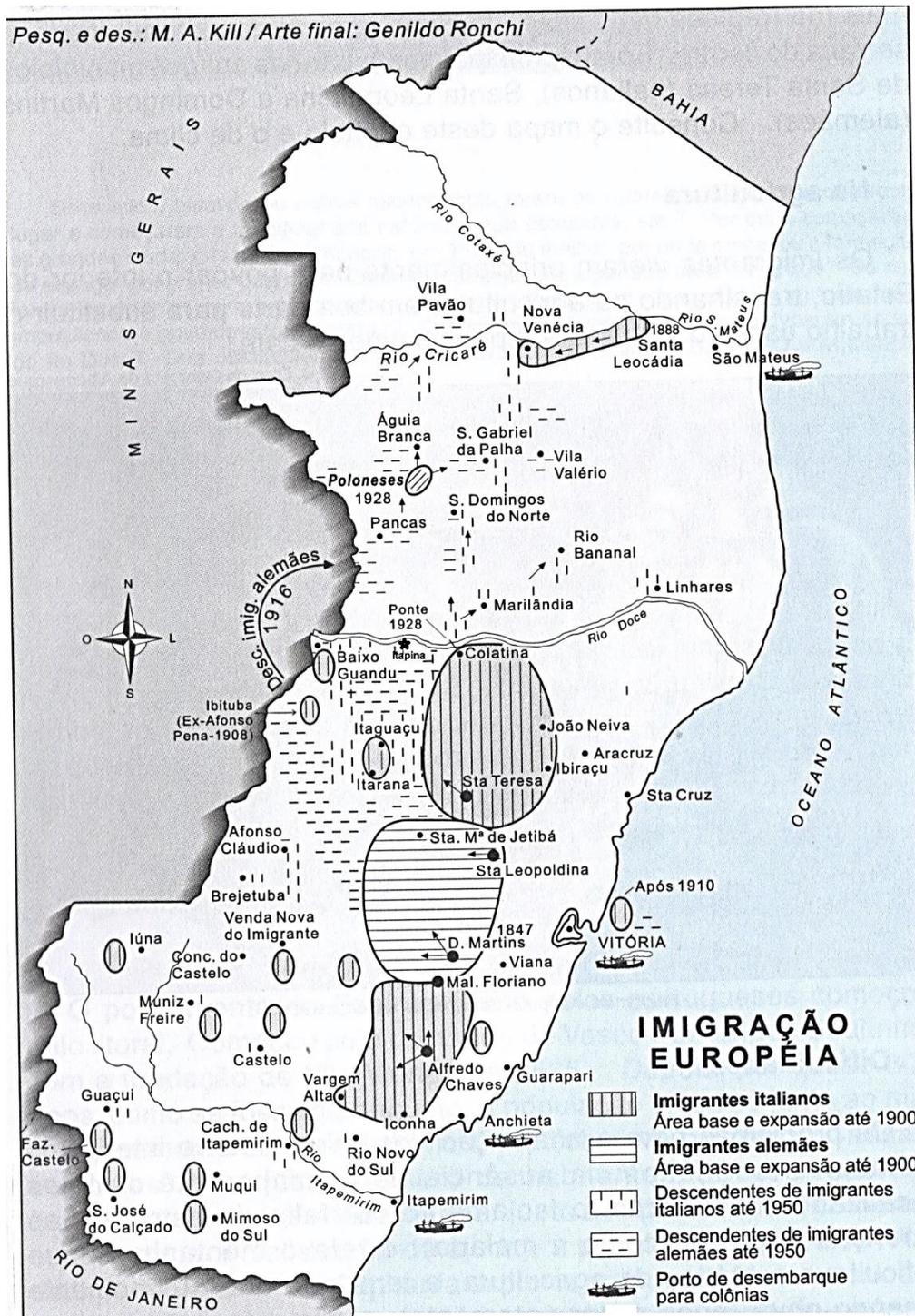
Essa expansão da ocupação populacional, também, se deu devido ao fato de que os filhos de imigrantes maiores de dezoito anos tinham direito a receber um lote de terra, nas mesmas condições de seus pais. Diante desses fatores, foram sendo criados novos núcleos coloniais, como o núcleo Acioli de Vasconcelos (1887), Antônio Prado (1887), Santa Leocádia (1887), Costa Pereira (1889), Afonso Cláudio (1890), Demétrio Ribeiro (1891), Nova Venécia (1892) e Muniz Freire (1894).

Para que se possa ter um melhor entendimento quanto à localização desses núcleos destaca-se: no vale do Rio Doce estavam os núcleos: Antônio Prado, Acioli de Vasconcelos e Muniz Freire - no vale dos rios Clotário e Piraqueaçu; Demétrio Ribeiro; Santa Leocádia e Nova Venécia - no vale do Rio São Mateus; e os Núcleos Costa Pereira e Afonso Cláudio ao sul do Espírito Santo.

Conforme registra Rölke, (2016, p. 313), apenas no início do século XX, os imigrantes alemães começaram a chegar aos afluentes do Rio Doce, indo em direção à “terra quente”, mais rica e produtiva. Foram se fixando nos vales dos rios Santa Joana,

Santa Júlia, Santa Maria e Guandu, e seus afluentes. O desbravamento dos afluentes do Rio Doce aconteceu através de imigrantes das colônias de Santa Isabel e, principalmente, de Santa Leopoldina.

Mapa 7 – Espírito Santo: Áreas de assentamento dos imigrantes



Fonte: KILL, 2005

Podemos observar que o processo de migração interna ocorreu no sentido sul-norte, primeiro para as terras quentes ao sul do Rio Doce, iniciando a territorialização das terras que margeavam os rios Santa Joana, Ribeirão do Laje e Guandu, depois as terras quentes ao norte do Rio Doce. A busca por novas terras, por terras férteis, que representavam a possibilidade de continuidade das práticas de produção e reprodução social do colono dava ao território usado, num primeiro momento, um significado físico e um sentido de fonte de recursos.

Entretanto, para Haesbaert (2007, p. 72), depois que a necessidade de encontrar um território como princípio material de apropriação e sobrevivência, a reprodução social, a sociedade ou o grupo começa a tecer relações simbólicas a partir do princípio de identificação ou pertencimento ao território, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

A configuração territorial de Itapina começou a ser desenhada com a chegada dos imigrantes fluminenses de Cantagalo, nas proximidades do Ribeirão do Laje, com a demarcação de uma sesmaria que se estende até o Córrego Desengano, na qual se estabeleceu a fazenda Serra, principal produtora de café na região e recebeu muitos colonos. Posteriormente, esses colonos adquiriam terras à margem direita do Ribeirão do Laje, se estabelecendo e produzindo café e produtos de subsistência. Nas terras quentes, ao sul do rio Doce, as vias terrestres interligavam as propriedades dos imigrantes, pois pela geografia menos íngreme e com vales mais abertos, tornava-se mais fácil a abertura de picadas usadas pelas tropas mulas para o transporte de cargas.

De acordo com Teixeira (1974, p. 20) e com os dados obtidos na Maratona do Saber, (1990, p.4), Itapina, localizada na barra do Ribeirão ou Rio Laje, ao sul do Rio Doce, recebeu colonos italianos, alemães, sírios libaneses, portugueses e, também, desbravadores mineiros. Em 1907 já contava com uma estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória<sup>28</sup> – Minas, mas, o desenvolvimento do povoado somente aconteceu por volta de 1915, com a chegada de famílias italianas, tais como, Binda, Castiglioni,

---

<sup>28</sup> Em 1919 foi inaugurada a Estação Ferroviária de Itá, anteriormente a vila era denominada de Laje, e posteriormente de Itapina.

Louretti<sup>29</sup>, Pavan e Becalli. Segundo Maduro, (1986, p. 44) Antônio Moratti, nasceu na Itália em 12 de março de 1892, veio para o Brasil com sua família, desembarcaram no Porto de Vitória em 20 de março de 1893. O primeiro lugar de moradia foi Baixo Guandu, depois a família foi para uma fazenda, provavelmente a fazenda Serra, de propriedade de Francisco Vieira de Carvalho Milagres. Chegou a Itapina em 1913, e depois sempre morou na localidade, casou-se com Maria Múrgia Moratti, em 27 de junho de 1917, e tiveram 12 filhos. Nessa mesma publicação consta o nome de uma mulher, Leontina Leopoldina Vicentino, filha de José Vieira Milagres, fundador de Baixo Guandu, nasceu em 6 de setembro de 1893, em Baixo Guandu, casou-se, em Mascarenhas, em 1911 com Antonio Vicentino e foi para Itapina em 1922.

Itapina atraiu muitos imigrantes italianos, alemães, portugueses e sírio-libaneses que, pela sua localização geográfica, às margens do Rio Doce, pelo um sistema de navegação de vapores para o transporte de mercadorias, existentes pela estrada de ferro margeando o Rio Doce, oportunizava a implantação de uma estrutura comercial para uma nova demanda de comercialização, especialmente o café, que chegava até Itapina em lombo de mulas, trazido pelos tropeiros, e, depois de beneficiado e comercializado, era transportada (de Itapina) até a capital. Nesse contexto, Itapina se tornou um importante entreposto comercial, com a presença de comerciantes que possuíam armazéns, como Lourenço Tamanini, com o comércio de café e cereais, e o Mafra e Irmãos, também comércio de café. Posteriormente, outros armazéns chegaram até Itapina dando-a dinamicidade.

Somente na primeira metade do século XX, Itapina recebeu os migrantes italianos, alemães, sírio libaneses, portugueses, mineiros para promover o desenvolvimento do povoado como um importante entreposto comercial de café. Oficialmente, Itapina tornou-se distrito em 04 de julho de 1923, pela Lei Estadual nº 1.381, com o nome de Distrito de Laje, nome do rio que deságua na porção oeste. O distrito pertence ao município de Colatina.

---

<sup>29</sup> Nos registros da *Base de Dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX* organizado por Cilmar Franceschetto, consta o sobrenome **Lauret**, família de origem da Holanda, que entrou na Província do Espírito Santo, em 1860, e foi para a Colônia de Santa Leopoldina. Seus descendentes migraram para Itapina, posteriormente e passaram a ser conhecidos pelo sobrenome em destaque.

## 2.1. O CAFÉ – BASE DA ECONOMIA E DA DINAMICIDADE DO NÚCLEO.

*“Itapina foi o lugar que mais exportou café do mundo. As sacas de café eram empilhadas na estação até a cumieira”, que era levado para Vitória nos vagões de trem”.*

Assim começa o depoimento de Jaime Ferro Véio, em 2011, morador de Itapina, no documentário “O começo sem fim” de MCA Etnográfica sobre a produção do café em Itapina.

A cafeicultura começou a ser implantada nos arredores de Itapina, com a vinda do “major” José Vieira de Carvalho e de seu filho, Francisco Vieira de Carvalho Milagres, fazendeiro de Cantagalo no Rio de Janeiro. O major fundou as propriedades Portela, Boa Sorte”, “Sossego”, “Sobreiro” e “Laranjal”. Francisco Vieira de Carvalho Milagres fundou a fazenda Serra”<sup>30</sup>, no Córrego Desengano, afluente do rio ou Ribeirão Laje. Essa propriedade recebeu colonos europeus, especialmente italianos, mas também, alemães e outras nacionalidades para trabalhar nas lavouras cafeeiras. Posteriormente, estes colonos compraram seus lotes de terra e continuaram cultivando o café e culturas de subsistência.

Itapina encontra-se localizada na zona pioneira<sup>31</sup>, que compreende as terras quentes das margens sul e norte do Rio Doce, (Estado do Espírito Santo). Teve dificuldade na implantação do café, uma vez que faltava mão de obra. Entretanto, de 1892 a 1896, o cultivo do café e a possibilidade de obter lote de terras atraíram imigrantes estrangeiros e nacionais para a região de Itapina e imediações, solucionando a carência de mão de obra.

De acordo com Teixeira (1974, p. 20), Itapina foi beneficiada pela construção da Estrada de Ferro Vitória – Minas, cujos trilhos chegaram na localidade em 1907,

---

<sup>30</sup> Inicialmente a economia cafeeira se implantou e se desenvolveu dentro dos moldes escravistas, herança trazida pelo fazendeiro de Cantagalo, mas, paralelamente, vinha se formando o que, afinal, viria a se tornar a grande causa da expansão do café no Espírito Santo: a colonização por pequenos lotes doados pelo governo. Para a área de estudo os lotes de terra foram adquiridos por meio de compra. Celin, (1984, p 69-70)

<sup>31</sup> Compreende a área que fez parte do expansionismo da cafeicultura no Estado do Espírito Santo, em especial no Vale do Rio Doce, onde se localiza Itapina.

possibilitando a ligação com Colatina e Vitória. O povoamento se deu a partir de 1915 e, nas décadas seguintes, entre os anos de 1920 e 1960, o núcleo urbano de Itapina viveu um apogeu econômico e cultural, o auge desse apogeu foi a década de 1940. O núcleo urbano passou a usufruir e a oferecer serviços à população local e de arredores, em função da produção de café nos arredores de Itapina, como Afonso Cláudio, Itarana, Itaguaçu, Baixo Guandu.

A configuração da estrutura produtiva da cafeicultura, baseada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos nos cultivos constituem como características predominantes no processo de formação espacial da zona pioneira do Rio Doce e em especial nos arredores de Itapina. De acordo com Bergamin, (2006, p. 7), a produção agrícola na unidade produtiva, que possuía 25 hectares, destinava-se à subsistência, com o cultivo de milho, feijão, criação de animais, o cultivo do pomar e também o cultivo do café, representando quase o único produto com valor comercial, voltado para o mercado externo. O potencial de produção de cada propriedade estava relacionado com a capacidade de trabalho dos membros da família.

Por conseguinte, Bergamin, (2006, p. 7) destaca que a produção por unidade produtiva só poderia ser reduzida, e que o lucro obtido pela produção de café por unidade produtiva, não permitiu a acumulação de excedentes, apenas o suficiente para garantir a reprodução simples da unidade produtiva. Bergamin (2006, p. 7) complementa que a a acumulação de capital não se realizava na esfera da produção, mas da circulação, de forma que emergiu uma estrutura comercial adequada à estrutura produtiva familiar, conforme descrita por (Ferreira apud BERGAMIN, 2006, p.7), como

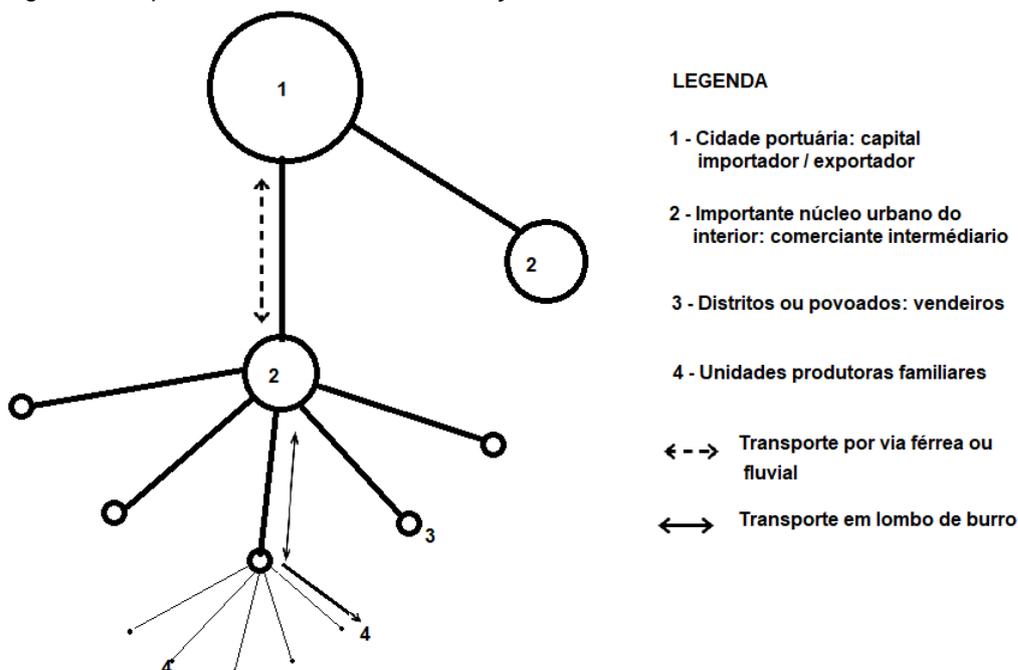
[...] uma rede de pequenas casas de comércio que comprava o café diretamente dos produtores, em geral em troca de crédito que lhes era concedido para a aquisição de mercadorias essenciais à sua sobrevivência. Esses pequenos armazéns vendiam, por sua vez, o café a casas maiores que lhes forneciam os produtos que comercializavam com os produtores agrícolas, e essas repassavam, por fim, para as grandes casas comerciais que se foram instalando em Vitória, responsáveis pela exportação do café e a importação dos produtos necessários à reprodução daquela economia.

Ainda, sobre a estrutura comercial adequada a estrutura produtiva familiar, Campos Junior (2004, p. 13) descreve que os produtores

dependiam do armazém (comércio de secos e molhados) para a aquisição dos produtos que não tiravam da propriedade. Os vendeiros e os comerciantes tinham muita influência sobre os colonos, sendo comum recorrerem aos comerciantes para obterem recursos, e igualmente comum estes colonos venderem o café colhidos a estes comerciantes, como forma de retribuição. Isso porque a venda do café poderia ser feita tanto maduro ou no pé, dependia do endividamento do colono.

Verifica-se uma verdadeira cadeia de subordinação da produção ao comércio ocorrida, no Espírito Santo (CAMPOS JUNIOR, 2004, 15). Adiciona-se a esse quadro, em conformidade com a estrutura comercial descrita, que os principais atores que a constituíam estavam personificados na pessoa do “colono, vendeiro ou pequeno comerciante local, negociante ambulante, comerciante médio ou de segunda classe e as grandes casas comerciais exportadoras ou importadoras” (ROCHA; COSSETTI, apud BERGAMIN, 2006, p. 7), conforme a figura, demonstra a cadeia de comercialização e de subordinação da produção ao comércio de café. Pode-se propor que Itapina representava, nessa cadeia, o núcleo de nº 2 (dois), localizada no interior, com uma estrutura de transporte por vias férrea e fluvial, as casas comerciais, os armazéns, a estocagem e o comércio que dinamizava a vida econômica, e por consequência a vida política e cultural do núcleo urbano.

Fig. 8 – Croqui da cadeia de comercialização



Fonte: Adaptado de BUFFON, (1992, p. 129)

Conforme descrito anteriormente, Itapina, a partir da década de 1920 até 1960, tornou-se um importante entreposto comercial que continha uma estrutura comercial adequada à estrutura produtiva familiar que vivia nos arredores da vila. As casas de comércio (Figuras 8 e 9) representam a estrutura comercial implantada (em Itapina), compravam o café e vendiam produtos essenciais a sobrevivência. As unidades produtivas nos arredores Itapina, também, desenvolviam produtos para o consumo da própria família. Em geral, as casas comerciais estavam vinculadas a grandes casas de comércio, sediadas em Vitória, que exportavam o café e importavam produtos necessários ao desenvolvimento da economia local, sendo que estes produtos chegavam a Itapina por trem.

Fig. 9 – Comércio de Café Maffra & Irmãos em Itapina – década de 1920



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Fig. 10 - Comércio de café e cereais de Lourenço Tamanini – década de 1920



Fonte: Acervo Arquivo Público do Espírito Santo

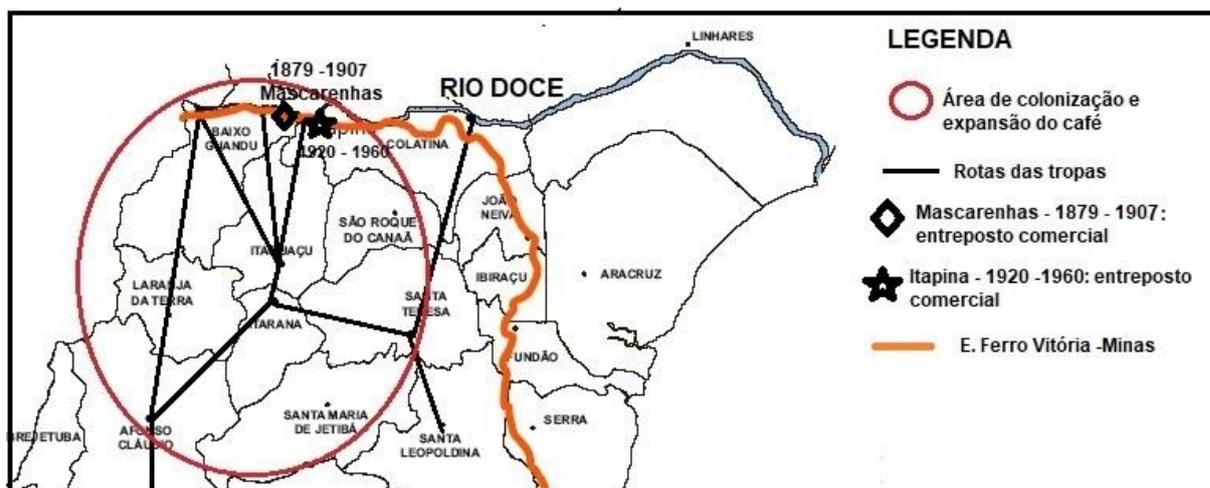
Podemos ainda observar, segundo (CAMPOS JUNIOR, apud, BUFFON, 1992, p. 111) que, apesar Espírito Santo transparecer a prática da monocultura, isso não era exato, pois havia um leque de produtos não exportáveis, mediante os quais era garantida em última instância a reprodução da unidade produtiva.

Além do café, os colonos cultivavam para autoconsumo o milho, abóbora, mandioca (consumida cozida e sob a forma de farinha), feijão preto, chuchu, banana (consumida crua, assada ou cozida e também na produção e vinagre), cana de açúcar (aguardente e alimentação de animais) e frutas, tais como, laranja, tangerina, mamão, pêssago, ameixa, amora, melancia, goiaba, manga e cocos. Havia ainda a criação de animais, como o gado bovino, estimável em 10 cabeças a quantidade possuída em médio por cada colono. (produzia-se leite quase que exclusivamente para o consumo); os porcos que cada colono tinha em média de 20 a 40; e aves (galinhas gansos, patos, etc.), também para o autoconsumo

Na análise de Campos Junior, considerava-se apenas os produtos mercantilizáveis, como o café, os demais cultivos existentes na unidade produtiva e a criação de animais para o autoconsumo não eram incluídos na lista de comercialização. Porém, os produtos cultivados ou criados garantiam a reprodução da unidade produtiva familiar em períodos de crise do preço do café.

De acordo com os estudos realizados, há relatos de que as sacas de café seriam também embarcadas nos barcos a vapor até Colatina, sendo beneficiado e embarcado no trem até Vitória. A diferença de beneficiar e comercializar estava apenas na casa comercial. Itapina era responsável pela estocagem e escoamento do café advindo de seus arredores. A condição de entreposto comercial atraiu vários comerciantes, de automóveis, de artigos importados, como tecidos de seda, artigos finos, porcelanas, e, também, produtos de primeira necessidade não produzidos nas propriedades rurais. A dinâmica econômica de Itapina teve ligação direta com a estocagem e a comercialização do café produzido nas propriedades ao entorno, a extração da madeira, a navegação do Rio Doce, e os trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Fig.11 – Croqui da área colonização e expansão e produção do café



Fonte: Produzido por TESCH, 2018

O processo de colonização e expansão da cafeicultura na zona pioneira do vale do Rio Doce, este intimamente ligado à ocupação das terras localizadas à sul do rio, pelos fluminenses de Cantagalo, à formação do Porto de Mascarenhas, também denominado de Porto Final e à construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. O surgimento de povoados ao longo da rota dos tropeiros, como, Afonso Cláudio, Figueira (atual Itarana), Boa Família (atual Itaguaçu), Guandu, Mascarenhas, Lage (atual Itapina). Entre 1879 e 1907, aproximadamente, toda a produção do café era escoada em lombo de burros até o entreposto comercial de Porto Final, (atual Mascarenhas) no Rio Doce. Do Porto Final, o café era embarcado em barcos a vapor e, também, em canoas e levado até Linhares. Os barcos voltavam carregados de

mercadorias até o Porto Final. A partir da chegada dos trilhos (1906) começa a surgir uma nova configuração territorial, com destaque para o povoado de Lage (atual Itapina), e, a partir da década de 1920, assume a posição de um importante entreposto comercial de café da região. O café continuava chegando até a vila em lombo de burros, guiado por tropeiros, o que revela a importância dessa integração entre os modais de transporte.

Dentre os serviços oferecidos em Itapina tem-se o primeiro farmacêutico Jacy Fontes, que chegou a Itapina em 1922. Teve dois filhos médicos, Dr. Jacymar Dalla Fontes, e Dr. José Dalla Fontes, ambos especialistas em cirurgia geral, clínica médica e partos, inscritos no Conselho Regional de Medicina e também credenciados pelo INPS – Instituto Nacional de Previdência Social. Atuavam em Itapina, na Casa de Saúde Santa Marta Ltda, fundada em 1952, e na Unidade Sanitária de Itapina (Posto de Saúde do Governo do Estado), fundado em 1965. A Casa de Saúde Santa Marta Ltda foi fundada pelo próprio Dr. Jacymar Dalla Fontes que atendia, em média, 30 pessoas e possuía 20 leitos. Realizavam a medicina em geral, cirurgia geral, exceto cardiológicas e outras especialidades. Maduro, (1986, p. 42) destaca como foi difícil o início da atividade da medicina em Itapina, pois não havia energia pública, e a Casa de Saúde precisava de ter energia elétrica própria para o raio X.

Fig. 12 - Farmácia Jacy Fontes em Lage – 1927 (antigo nome de Itapina)



Fonte: Acervo Arquivo Público do Espírito Santo

Itapina também viveu o apogeu cultural, com a presença da escritora Virgínia Tamanini (1897-1990). De acordo com o jornal *A Tribuna*, AT2, de 27 de julho de 2013, Virgínia Tamanini, nascida em Santa Teresa, era uma mulher de muitos talentos. Casada com Lourenço Tamanini, comerciante de café e cereais, estabeleceu-se em Itapina na década de 1920. Dentre muitos livros e peças teatrais, escreveu *Karina*, sua obra mais famosa. Além disso, pintava e fazia esculturas. Segundo depoimento de uma moradora, Dona Izaltina, que fez teatro com a Virgínia durante 5 anos, Virgínia criava peças teatrais, escrevia marchinhas de carnaval e montou um bloco de carnaval. Com todo esse talento, realizava eventos com apresentações de teatro e o dinheiro arrecadado era utilizado para a construção da matriz de Itapina, denominada de “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”. De acordo com o depoimento de João Canoa (2014), Dona Virgínia começou em Itapina a promover a educação e a cultura, não pensando nela, mas na comunidade. Ela deixou um legado para a vila”. A escritora Virgínia Tamanini e sua família viveram em Itapina no imóvel localizado ao lado da estação ferroviária. A mudança para a localidade ocorreu devido ao trabalho do marido de Virgínia, Lourenço Tamanini, (Fig. 12) que lidava com comércio de café e necessitava da proximidade com a linha férrea por onde realizava o escoamento do produto.

Muitas foram as crises que, desde o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, afetaram as exportações de café. Para Celin, (1994, p. 68), o “café de Vitória” era, já no início do século XX, um produto de cotação internacional, com significativa participação no total da produção brasileira. Assim, segundo Bergamin, (2006, p, 10) o desempenho econômico da cafeicultura alternava períodos de prosperidade com outros de dificuldade, decorrentes das oscilações nos preços internacionais do café, mesmo que essa cultura representasse praticamente o único produto comercial.

BUFFON (1992, p. 157), assegura que, a crise ocorrida em 1929, não desestabilizou a estrutura produtiva assentada em base familiar, enquanto a reprodução dessa estrutura continuasse ocorrendo na zona pioneira ao norte. Num contexto de crise, os colonos, podiam renunciar aos produtos comprados sem comprometer sua reprodução socioeconômica, pois sua produção de base familiar eram auto suficientes.

BUFFON (1992, p.159), em relação aos reflexos da crise de 1929, sobre a produção cafeeira, (pode-se) afirma que foram reduzidos, se comparados a outros estados produtores de café, pois não se verificou grande destruição dos cafezais. Provavelmente, segundo o autor (citado anteriormente), foram arrancados os cafezais velhos e improdutivos, sendo substituídos por novas lavouras, no período entre 1932 e 1935, voltando a crescer a área produzida, a partir de 1936. Superada a crise de 29<sup>32</sup>, os preços do produto voltam a crescer a partir de 1940, fato que estimulou o plantio de novas áreas, que alcançando um crescimento de 74% entre os anos de 1940 e 1960 no Estado (ROCHA, MORANDI, 2012, p. 74). Em relação ao contexto pós-crise, mostrou-se favorável ao Espírito Santo, tanto pela política cafeeira nacional, pois o estado sofreu poucos rigores da retenção e destruição do café se comparado a outros estados, fato que beneficiou o Espírito Santo sendo menor a queda dos preços, quanto pelo comportamento do mercado em relação ao tipo do café produzido no estado, de menor qualidade, mas que continuou a sendo procurado para a formação de “blends europeus e norte-americanos”.

No entanto, a partir de 1955 inicia-se uma nova crise nos preços internacionais do café, decorrente da sequência de supersafra verificadas na segunda metade da década de 1950, teve seu momento mais crítico em 1962/63, quando os preços alcançaram o menor nível do período, sendo que nos anos seguintes houve oscilação os preços, contudo se mantiveram em baixa até 1975 (ROCHA, MORANDI, 2012, p. 72).

A consequência dessa constante oscilação nos preços do produto resultara na transformação da agricultura capixaba com a diversificação de algumas atividades produtivas. A partir desse período a exploração madeireira e a pecuária passam a apresentar elevadas taxas de crescimento, em contradição com a lenta velocidade da produção familiar tendo a cafeicultura como única fonte de renda, mas por outro lado, (ROCHA, MORANDI, 2012, p. 76), a unidade produtora dependia muito pouco do café para a sua subsistência, pois produzia os produtos básicos da alimentação podendo substituir os produtos comprados por outros de sua própria produção.

---

<sup>32</sup> Quebra da Bolsa de Valores em Nova Iorque.

Segundo Buffon (1992, p 162), a exportação de madeira (serrada e bruta) foi uma das principais atividades econômicas entre as que foram dinamizadas pela integração do mercado nacional. No Espírito Santo, a extração e a exportação da madeira ganharam impulso a partir da década de 1920. Colatina passa a ser centro da principal região madeireira do norte do Estado, cuja produção estava voltada para os estados do Rio de Janeiro e o Distrito Federal bem como Estados Unidos e a Europa.

ROCHA; MORANDI (2012, p. 77), esclarece que, embora a economia capixaba encontrava-se resistente à crise e à desestruturação de sua base produtiva, de base familiar, os setores capitalistas, representados pelos serviços de beneficiamento e comercialização, dependiam do excedente cafeeiro para alimentar seu processo de acumulação, pois, enfrentariam sérios obstáculos, dada a redução substancial da renda gerada pela cafeicultura e o não surgimento de atividades substitutas capazes de compensá-las

Diante da enorme repercussão da crise cafeeira sobre o balanço de pagamentos e a economia nacional, o Espírito Santo não poderia manter-se distante do setor cafeeiro em termos de política econômica. O Governo Federal adotou nova orientação para a política cafeeira. No contexto dessa nova política, *em outubro de 1961*, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA), que tinha como objetivo planejar a produção cafeeira do país e evitar as supersafras (DARÉ, 2010, p.43). Em 1962, foi elaborado o Plano Diretor do Gerca, com três diretrizes básicas: promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, (com produtividade inferior a 6 sacas beneficiados / 1000 pés); diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais. O GERCA implementou uma política de erradicação dos cafezais que foi efetuada em duas fases: a primeira, no período de julho/62 a julho/66, durante o qual foram erradicados 723.546 milhões de pés, e a segunda, entre agosto/66 e maio/67, atingindo 655.797 milhões de pés (ROCHA; MORANDI 2012, p. 77).

No Espírito Santo foram erradicados na 1ª fase 67.903 milhões de pés e na 2ª fase 235.272 milhões de pés um total de 303.175 milhões de pés de café.

Tabela 1 – Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais

Estados	Cafeeiros erradicados (1 000 pés)			Área liberada (ha)			Valor pago aos cafeicultores (Cr\$ 1 000 de Ago. 1966) Estados		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
<b>São Paulo</b>	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897	17.729	21.420	39.149
<b>Minas Gerais</b>	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134	11.609	35.671	47.280
<b>Paraná</b>	125.712	124.185	249.957	161.062	146.000	304.062	7.429	52.538	59.967
<b>Espírito Santo</b>	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429	3.707	66.547	70.254
<b>Outros</b>	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726	2.198	31.980	34.178
<b>Total</b>	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.731	1.492.248	42.672	208.156	250.828

Fonte: IBC, Relatório do IBC-GERCA (1968), organizado por ROCHA; MORANDI (2012, p. 78)

Tabela 2 – Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais.

Estados	Cafeeiros erradicados (1 000 pés)			Área liberada (ha)			Valor pago aos cafeicultores (Cr\$ 1 000 de Ago. 1966) Estados		
	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total	1ª Fase	2ª Fase	Total
São Paulo	33,8	8,4	21,7	37,2	9,1	24,5	41,6	10,3	15,6
Minas Gerais	31,9	20,3	26,4	37,2	16,6	23,7	27,2	17,1	18,9
Paraná	17,4	18,9	18,1	19,7	21,7	20,6	17,4	25,8	23,9
Espírito Santo	9,4	35,9	22,0	7,4	35,5	20,1	8,7	32,0	28,0
Outros	7,5	16,5	11,8	6,2	17,1	11,1	5,1	15,4	13,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBC, Relatório do IBC-GERCA (1968), organizado por ROCHA; MORANDI (2012, p. 78)

O programa implantado pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA) atingiu todas as áreas produtoras do país, mas algumas tiveram, proporcionalmente, um número maior de pés erradicados, como foi o caso do Espírito Santo. De acordo com Daré (2010, p. 51) e Rocha, Morandi (2012, p 79), no Estado do Espírito Santo foram erradicados 53,8% do cafezal, que ocupava 71,0% da área total cultivada com café. Nos demais estados cafeeiros, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, essas proporções foram, respectivamente, de 33,0, 26,0 e 28,4% dos cafeeiros e 41,2, 26,5 e 19,8% das áreas cultivadas. Conforme análise feita por Rocha, Morandi (2012, p 79) quanto a cafeicultura capixaba, em 1961, com apenas 13% do número total de cafeeiros no Brasil, a erradicação realizada no Espírito Santo representou 22,0% do total de cafeeiros e 20,1 % da área cultivada (tabelas 1 e 2).

Contextualizando essa situação com a realidade em Itapina, um entreposto comercial que se estruturou na produtiva familiar das propriedades rurais localizadas ao seu entorno, foi inevitável o processo de decadência econômica; afinal, pelas políticas de erradicação dos cafeeiros promovidas pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA) foram atingidas todas as áreas produtoras que escoavam o produto até Itapina. As oscilações dos preços (alto e baixo) do café, o superpovoamento do sul do Rio Doce, ocorresse a demanda do mercado interno em madeira<sup>33</sup> fizeram com que, a partir dos anos de 1938, um intenso movimento em direção à zona pioneira ao norte do Rio Doce (DADALTO, 2009, 66). Esse movimento se intensificou, a partir das décadas de 1950 e 1960, contribuindo para o êxodo de muitos moradores e famílias, em direção aos centros urbanos como Colatina, Vitória e as cidades sede dos municípios da região de estudo, provocando uma profunda crise social, devido ao desemprego no setor agrícola. Mesmo que se tenha investido em atividades como a pecuária, o montante da mão-de-obra empregada era bem menor do que nas lavouras cafeeiras. Nesse momento, começa uma nova desterritorialização da população de Itapina em busca de trabalho e formação profissional. A estrutura comercial, atrelada à estrutura produtiva familiar, também se desterritorializa em busca novas zonas pioneiras com a finalidade de acumulação do capital, mas essa estrutura comercial deixou um grande legado registrado na paisagem do núcleo urbano, conforme veremos no Capítulo III, com os territórios de valores na Área de Proteção do Ambiente Cultural, APAC de Itapina.

A partir dos anos de 1970, o Instituto Brasileiro do Café, IBC voltou a estimular o cultivo de cafezais, porém só obtinham crédito para o plantio as áreas acima 450 metros de altitude, as áreas abaixo dessa altitude apresentavam impedimento para o cultivo da espécie arábica. De acordo com a *Revista Cafeicultura*, de 27, de dezembro de 2005, a introdução do café robusta, no Espírito Santo, ocorreu, na realidade, no final da década de 1920, porém houve um forte preconceito com relação ao robusta, pois o café competia com o brasileiro no mercado, estruturado por três tipos: suaves, brasileiro e robusta. Os países consumidores produziam misturas com cafés suaves

---

<sup>33</sup> Segundo Maria Cristina Dadalto, destacou na banca de defesa que antes do ciclo do café, teve o da madeira, e a madeira do Espírito Santo contribuiu para a industrialização da Europa no século XVIII e XIX, e no início do século XX, na industrialização de São Paulo e do Rio de Janeiro, desse modo a autora destaca que o desbravamento das matas implementou a cultura do café.

e robustas, substituindo o café brasileiro, gerando uma resistência interna ao café robusta. Essa situação somente foi alterada com a política de investimento pelo Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura que, após a política de erradicação dos cafezais, trabalhou para soerguer o setor investindo no produtor, com a campanha “*Plante café*” (*A Gazeta*, O café no ES. 07/05/1985, p. 2). Mesmo com todas as políticas de incentivo a produção de café, Itapina não conseguiu retomar o seu posto de entreposto comercial, mas se constituiu numa nova territorialidade, a Área de Proteção do Ambiente Cultural, através da Resolução CEC nº003/2013 que será discutida no capítulo III.

## 2.2. A TERRITORIALIDADE DOS MODAIS DE TRANSPORTE

O implemento da cultura do café no Espírito Santo ajudou a promover o desbravamento das matas, a construção de estradas, a navegação a vapor, a construção da estrada de ferro e a estimulação da imigração (DADALTO, 2009, p. 71). De acordo com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, (apud *Revista da Cafeicultura*, de 27 de dezembro de 2005), a geração de excedentes econômicos, ou seja, a acumulação do capital proveniente da cultura do café possibilitou os investimentos na infraestrutura dos modais de transporte. Nesse item, vamos analisar os modais como uma territorialidade que se estabeleceu sobre o espaço. No artigo “o transporte de imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo”, Maria Inês Faé aborda a questão do transporte existente no Espírito Santo, a partir da imigração até o aparecimento do automóvel com meio de locomoção. Apresenta uma retrospectiva dos deslocamentos dos imigrantes através da navegação fluvial, por meio de tropas percorrendo as picadas abertas nas matas e a abertura de estradas.

O Espírito Santo, de acordo com (PETRONE, apud FAÉ, in: CASTIGLIONI, 1998, p. 209) possui área de 45.597 km<sup>2</sup>, é tipicamente litorâneo com 350 km de costa atlântica e tem cerca de 130 km de profundidade interior. As diferenças altimétricas, a orientação dos vales e das vertentes determinam dois tipos regionais: um próximo a orla litorânea, com altitude que vai do nível do mar a 300-400 m, onde se observam perfis suaves ou terraços dos baixos vales, cujas temperaturas oscilam entre 23° C e 26° C. O outro tipo regional é situado no interior, formado por planaltos e serras, vales profundos e escavados, no nível acima de 700 m e pontos elevados do maciço do

Caparaó que chegam a atingir 1500m, cujo ponto culminante é o Pico da Bandeira, com 2.897 m de altitude. Aí as temperaturas giram em torno de 21° C, podendo atingir mínimos de 2° C

Originalmente, o Espírito Santo, segundo Simonelli, (2010, p 10 e 12), era, praticamente, todo recoberto por florestas ou ecossistemas associados à Mata Atlântica, como restingas, brejos, manguezais, campos rupestres e campos de altitude. Desde o início do processo de colonização do solo espírito-santense, a floresta ombrófila densa de terras baixas sofreu muitos impactos, como a retirada de madeiras nobres (como o jacarandá); a agricultura desordenada (cana-de-açúcar, mamão, café, maracujá, etc.); atualmente, a silvicultura (plantio de eucalipto) e principalmente a pecuária. Com a chegada dos imigrantes europeus, as florestas montanhosas do Espírito Santo passaram por um processo de alteração, principalmente devido à prática de plantio de café. Posteriormente, o processo de alteração da floresta se deu ao norte do Rio Doce, com a exploração das madeiras, a implantação do cultivo do café, do plantio de pastagens e da pecuária.

Havia também uma rica fauna presente na Mata Atlântica. Segundo Prochnow, (2010, p. 7) estima-se que existam 1,6 milhão de espécies de animais, incluindo os insetos. No caso dos mamíferos, por exemplo, estão catalogadas 270 espécies, das quais 73 são endêmicas. São 849 espécies de aves, das quais 181 são endêmicas, os anfíbios somam 370 espécies, sendo 253 endêmicas, enquanto os répteis somam 200 espécies, das quais 60 são endêmicas.

Conforme descrito, o Espírito Santo apresentado aos imigrantes configurou-se como uma terra rica em diversidade de flora e fauna, composto por diferentes altitudes. Estes elementos naturais foram imprescindíveis à sobrevivência, com a caça que servia de alimento e a madeira para a construção das casas, mas, ao mesmo tempo, ofereciam risco de vida e obstáculos para o processo de ocupação das terras no interior do território. O sol, as altas temperaturas, a falta de conhecimento da fauna e a vida isolada nas matas consistia numa experiência nova e desconhecida para os imigrantes. Os deslocamentos geralmente eram feitos por canoas e por picadas na mata até os loteamentos.

### 2.2.1. O território das tropas, dos tropeiros

De acordo com a história da colonização do Espírito Santo, o território, inicialmente, foi ocupado no litoral, não constava nenhuma via terrestre, além as picadas usadas por tropas de mulas para o transporte de mercadorias. Essas picadas atravessavam os alagados, rios, terrenos muito íngremes, e se estendiam a longas distâncias. Em lugares baixos, onde se formavam os pântanos, fazia-se necessário o descarregamento dos animais, e os tropeiros carregavam as mercadorias nas costas para depois carregar novamente a tropa. Geralmente, a manutenção das picadas era feita pelos tropeiros que reparavam pontes destruídas, removiam pedras que rolavam no caminho e tornavam mais firmes atoleiros.

A falta de vias de comunicação isolava os povoamentos restringindo as unidades produtivas apenas ao cultivo do café, como produto comercializável. As distâncias eram longas e cada mula suportava apenas dois sacos de café de 60 kg e se deslocava uma média de 10 quilômetros por dia. Essas condições inviabilizavam a comercialização dos produtos perecíveis.

Os tropeiros cruzaram o Espírito Santo, no sentido sul-norte, fazendo ligações entre importantes centros de distribuição na hinterlândia, dando origem a vários povoados gerando uma série de atividades econômicas, dentre elas hospedaria, selaria, funilaria e ferraria. Muitas trilhas mantidas pelos tropeiros serviram de traçado para posteriores estradas.

Na região da hinterlândia<sup>34</sup>, às margens do Rio Doce, surgiram importantes povoados que se interligavam e se tornaram entrepostos comerciais. De acordo com a (figura 15), podemos localizar, Baixo Guandu, Mascarenhas (Porto Final), Lage (atual Itapina), Colatina. Esses entrepostos recebiam sacas de café vindas em lombo de mulas ou burros guiados por tropeiros através das picadas. O núcleo de Itapina foi um importante entreposto comercial no período de 1920 a 1960, que recebia em média

---

<sup>34</sup> Segundo Dicionário Aulete Digital - Região ou conjunto de regiões afastadas das grandes áreas urbanas, metropolitanas; Conjunto de terras que se situa no interior. Disponível em <http://www.aulete.com.br/hinterndia> Acesso em 22/03/2018. Segundo Ferreira (1975, 725), hinterlândia tem significado de território situado por trás de uma costa marítima ou de um rio; situado no interior.



### 2.2.1. O território das estradas e as pontes.

As trilhas abertas nas matas pelos índios serviram de caminhos para adentrar as terras ocupadas, tanto pelos colonos portugueses quanto pelos imigrantes que chegavam em seus lotes nos núcleos coloniais. Com o tempo, novas trilhas ou picadas abertas por estes permitiram o escoamento de muitas sacas de café. Estas percorriam as margens dos rios facilitando a dinâmica de mobilidade necessária para que a vida dos colonos.

Os registros de (FRANCESCHETTO, 2014, p. 53) (CAMPOS JUNIOR, 2004, p. 21) destacam a construção de uma estrada no sentido leste-oeste, em 1913, para interligar a capital capixaba a Ouro Preto, em Minas Gerais: a Estrada São Pedro de Alcântara, também conhecida como Estrada do Rubim. Essa estrada criou condições para a ocupação do Sul por mineiros e fluminenses.

Em relação à ocupação do Vale do Rio Doce, Campos Junior, (2004, p. 22) destaca que os imigrantes italianos e alemães desceram margeando os rios Santa Maria do Doce, Santa Joana e Guandu para chegar aos núcleos coloniais ali estabelecidos. Há relatos de antigos moradores de Colatina, no distrito de Itapina, que a estrada que margeia o rio Lage foi utilizada para escoar as sacas de café procedentes de Afonso Cláudio, Itarana, Itaguaçu e demais localidades que convergiam ao distrito, tais como fazenda Fontineli, Casa Branca, Binda, Knack, São João Pequeno, São João Grande.

Essas estradas presentes, nos relatos de antigos moradores, eram utilizadas pelas tropas com os animais para o transporte de mercadorias passaram a ser ampliadas para estradas carroçáveis a partir de 1921, no governo de Nestor Gomes (1921-1924). Em seu relatório / mensagem apresentado ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo de 31 de outubro de 1921, contém o registro das estradas carroçáveis a serem construídas ou reformadas, e, também, da construção de pontes, por ação direta do Estado, conforme descrito.

Em ESPÍRITO SANTO, MENSAGEM, (1921, p.25 – 27), confirma-se o processo descrito:

Ao Município de Muquy para a reforma da Estrada de Conceição do Muquy;  
Ao da Serra—para a construção de uma ponte e para outras obras; Ao de Santa Thereza—para a construção de grande ponte sobre o rio Santa Maria

do Rio Doce ; Ao de Collatina — para a construção de grande ponte sobre o Baixo Guandu ; Ao de Nova Almeida —para a construção de uma ponte; Ao de Pau Gigante—para a construção de uma ponte sobre o rio Othelo; Ao de Itapemirim — para diversos serviços ; Ao de Cachoeiro de Itapemirim — para a construção de uma estrada de automóveis entre a cidade e a Fazenda do Ouvidor; Ao do Calçado—para a instalação de sua iluminação eléctrica; Ao de Affonso Cláudio—por intermédio do cel. José Cupertino, para a reforma da Estrada que liga o Município a Castello e pequenas outras; Ao de Piuma — para a construção de uma ponte, para desvio de um rio e para outras obras; Ao Director do Núcleo Aftonso Penna— de cinco contos de réis, para reforma de diversas pontes e ao Dr. Antonio Estigarribia<sup>35</sup>— de 6:000\$000 para a construção da Estrada do Panças. Constitue proposito deliberado do Governo, para inicio e proseguimento á medida que os nossos recursos forem permittindo, a construção de uma estrada carroçavel, ligando a sede do Município de Alfredo Chaves á Usina jabaquara. A construção de outra estrada carroçavel, ligando a séde do Município de Cuarapary ao Districto de Sagrada Familia; A construção de outra Estrada carroçavel, ligando a séde do Municipio de Itaguassú á Estação de Lage; outra Estrada carroçavel que, partindo da Estação de São Felipe, vá ao interior do Districto desse nome; outra Estrada carroçavel ligando Nova Almeida á Estação de Timbuhy ; outra Estrada carroçavel, com o destino que mais facilite o transito entre a séde do Municipio de Santa Cruz e a séde da Comarca respectiva ; Um pequeno trecho de estrada, ligando á séde do Município de Santa Izabel (Campinho) a Estação de Marechal Floriano ; outra Estrada carroçavel como for mais conveniente ás zonas de Lambary a São Simão, e outra Estrada carroçavel (reforma) entre as sédes dos Districtos da Estação e Conceição do Castello, no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

O mapa 9 apresenta o traçado atual das estradas e rodovias existentes no Espírito Santo, que contribuíram para o desenvolvimento das regiões do Estado. Os mapas 8 e 9 permitem a comparação entre as vias usadas pelas tropas e as atuais vias de transporte do Espírito Santo. Esta comparação nos permite perceber que os caminhos usados pelas tropas e tropeiros, serviram de base para a construção das estradas e rodovias que conhecemos atualmente no Estado. O mapa traz em destaque a localização de Itapina.

---

<sup>35</sup> Inspetor do SPI, Serviço de Proteção ao Índio, na Zona Pioneira Norte.



Durante os governos de Nestor Gomes, Florentino Avidos e Aristeu Borges Aguiar, da década de 1920, havia uma atenção em construir ou reformar as estradas. No início da década, as estradas eram ruins, sendo que, ao final da década, em muitas estradas já transitavam automóveis. Para o nosso estudo, é importante compreender a estrada de Lage, mais tarde, Ita a Itaguaçu, pois foi através dela que se escoava, via tropas, carroças e, mais tarde, caminhões o café produzido nos municípios de Itaguaçu, Itarana e Afonso Cláudio até Itapina, para o beneficiamento, comercialização e transporte do produto pela via férrea até o Porto de Vitória.

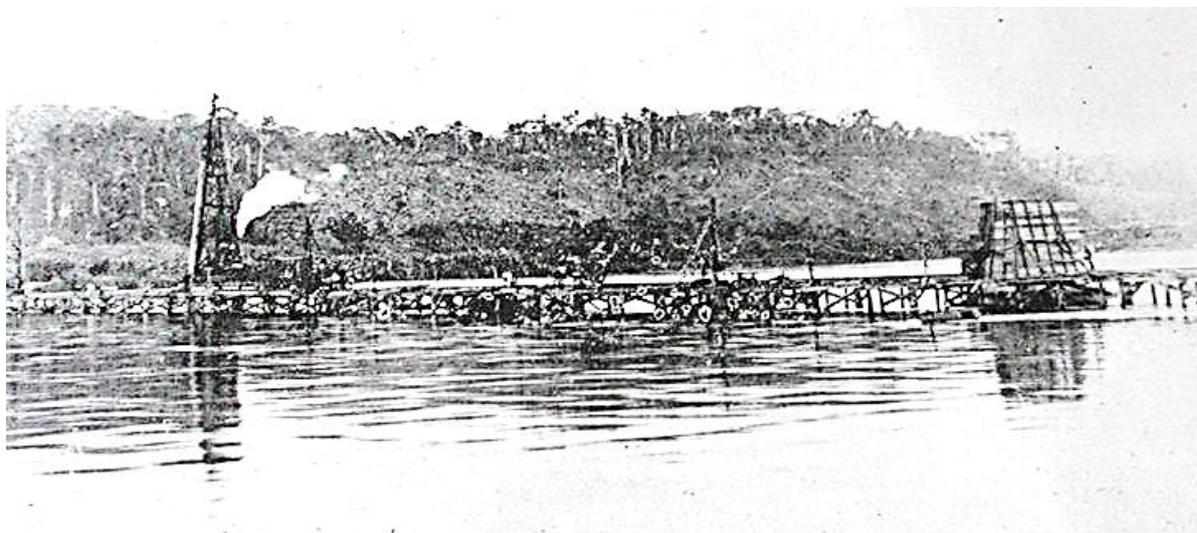
Outras estradas foram construídas nessa década, entre elas podemos destacar: Vitória a Afonso Cláudio, trecho Figueira a Afonso Cláudio, Estrada de Santa Teresa a Barração, Estrada Baixo Guandu a Afonso Cláudio, Estrada Colatina a Barração de Petrópolis. Também foram iniciadas as construções de estradas de Penetração ao norte do Rio Doce.

As picadas nas matas densas ao sul e ao norte do Rio Doce deram origem às rotas de tropas usadas pelos tropeiros, sendo abertas para estradas carroçáveis e posteriormente para estradas de rodagem. O objetivo delas consistia em ligar pontos ou nós, conectar-se lugares, permitir o escoamento do café, chegar até a ferrovia, Estrada de Ferro Vitória-Minas e ou ao Rio Doce, promovendo o desenvolvimento de uma região e dando origem a importantes núcleos urbanos no interior do Estado, ligados diretamente à capital, por meio desses modais de transporte. Foi o caso de Itapina, que durante 40 anos entre 1920 e 1960, foi beneficiada por uma convergência de estradas, primeiro as picadas, e foram ampliadas para rotas, carroçáveis, rodagem que se convergiam para a ferrovia e o rio, permitindo a navegação. Essa estrutura proporcionou a Itapina ser um importante entreposto comercial do Vale do Rio Doce.

Além de Itapina, havia outros núcleos que se despontavam como entrepostos comerciais, como o caso de Baixo Guandu, Colatina e Linhares. Com exceção de Linhares, os demais núcleos urbanos foram beneficiados pela ferrovia e também pela construção de pontes. Em Baixo Guandu, a ponte sobre o rio Guandu e, em Colatina, a ponte sobre o rio Doce (CAMPOS JUNIOR, 2004, p. 22) destaca, em seus estudos, de que a passagem dos trilhos da ferrovia pela cidade de Colatina gerou mudanças tornando-a um centro de circulação de serviços e mercadorias. A conclusão da ponte

Florentino Avidos em 1928, que atravessa o rio Doce, consolidou a supremacia dessa cidade sobre qualquer outra da região.

Fig. 13 - Construção da Ponte sobre o Rio Doce em Colatina



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Em 1930, no governo de Aristeu Borges de Aguiar, deu-se atenção ao serviço de construção e reforma de pontes, como também

de várias pontes do trecho de Vitória a Santa Leopoldina e o das construções de novas pontes; no trecho de Santa Thereza a Affonso Cláudio foram feitas algumas pontes com sobreestrutura de madeira sobre o rio Limoeiro e sobre o rio Santa Joanna. Em estrada nova, a única ponte com sobreestrutura de madeira é a que fica sobre o Rio Pancas, na estrada de Colatina a Nova Venécia; a Ponte de Tanguá, situada na estrada de Vitória a Affonso Cláudio, no trecho de Vitória a Cariacica; a ponte sobre o Una e Santa Maria, situada na estrada de Vitória a Affonso Cláudio no trecho entre Cariacica e Santa Leopoldina; a ponte sobre o rio Mangarahy, como a precedente fica no trecho de Cariacica a Santa Leopoldina, sobre a barra do rio Mangarahy. A Ponte de Conceição como as duas antecedentes, fica no trecho de Cariacica a Santa Leopoldina; a ponte sobre o rio Pau Gigante, situada também no trecho de Cariacica a Santa Leopoldina; a Ponte sobre o Rio Limoeiro, situada no trecho de Santa Thereza à Figueira; a Ponte sobre o Rio Santa Joanna, situada no trecho de Figueira a Affonso Cláudio, junto à povoação de Figueira, As pontes dos kilometros 84 e 89 da estrada Santa Thereza a Figueira; a Ponte sobre o Rio Pancas, situada na estrada de Collatina a Nova Venécia (kilometro 19º a partir de Colatina); a ponte sobre o Rio Guandu, situada na estrada que dirige para Baixo Guandu, que necessitava de reparos gerais e algumas reformas; o Viaduto sob a Estrada de Ferro Leopoldina, situada no 1º kilometro da estrada de Vitória a Vila Velha, a Ponte sobre o Rio Aribiry, situada na estrada de Vitória a Vila Velha; a ponte sobre o Rio da Costa, situada na estrada de Vila Velha à Praia da Costa; a ponte sobre o Rio Taquary, situada no 8º kilometro da estrada de Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, no trecho Vitória a Viana, a ponte sobre o rio Timbuby, situada na estrada de Serra a Linhares, no 1º. kilometro (partindo da ponte sobre o Rio Novo; a ponte sobre o Rio Novo, situada na estrada de Serra a Nova Almeida, distante 8 kilometros da Serra (km 35), a ponte sobre o Rio Fundão, na

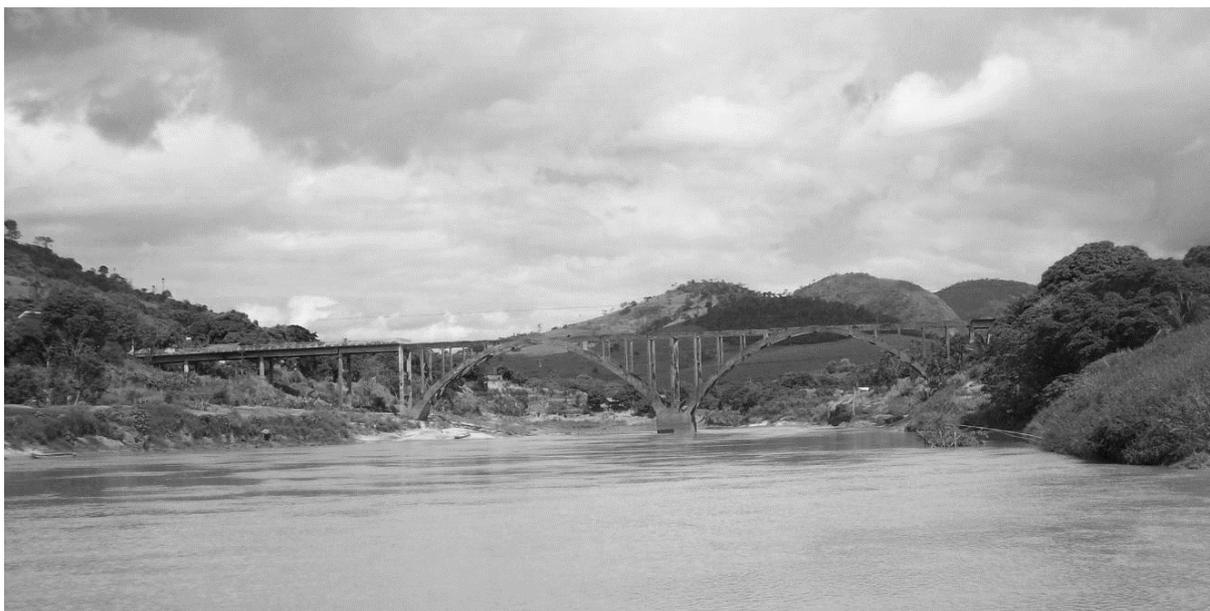
estrada de Serra a Linhares no 23º kilometro a partir do Rio Novo. (ESPÍRITO SANTO, MENSAGEM, 1930)

De acordo com Ribeiro, 2005 apud (Secult/Espírito Santo, 2010, p. 4-5), na década de 1940, a administração da Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas com a finalidade de atender os transportes dos produtos com mais rapidez, entre Afonso Claudio e Itapina e vice-versa, decidiu organizar um serviço de transporte rodoviário. O transporte de mercadorias feito entre a estação ferroviária e as fazendas de café, foi substituído por caminhões, adquiridos pela companhia. Esses caminhões transportavam café, cereais, madeira em tora ou serrada, animais, aves, ovos, verduras e frutas, transformando a Estação de Itapina uma das mais movimentadas da companhia. Porém, em 1947, o serviço de transporte rodoviário foi extinto.

Em Itapina, deu-se início a construção da ponte sobre o rio Doce, em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek. A ponte encurtaria o caminho entre o núcleo até o centro de Colatina, porém nunca foi concluída. De acordo com a reportagem publicada por Nilo Tardin em o Jornal *“A Tribuna*, de 16 de novembro de 2014, p. 15, a ponte inacabada e nunca usada, sobre o rio Doce, tinha um objetivo de encurtar caminho, unir as margens do rio e ampliar o desenvolvimento entre as áreas rurais e os núcleos urbanos que se encontravam no raio de influência de Itapina.

Na entrevista de Roberto Morati concedida a Nilo Tardin, ele destaca que *“Na época de ouro da riqueza do café e da madeira, Itapina era conhecida como a ‘Pérola do Rio Doce’*”, e que a não conclusão da ponte de Itapina *“prejudicou a expansão dos municípios de Baixo Guandu, Pancas, Itarana, Itaguaçu, Afonso Cláudio e Santa Maria do Jetibá.*” Roberto Morati, acrescenta, *“eram cidades que ficavam na Rota dos Tropeiros, responsáveis pelo comércio no começo do século XX. A ponte e a estrada deveriam seguir esse caminho, mas o traçado foi modificado, perdendo terreno para Colatina e Linhares”*.

Fig. 14 – Ponte inacabada de Itapina sobre o Rio Doce



Fonte: Arleida Lemke Tesch, 2014

Ainda, segundo Roberto Morati, *“o abandono da ponte foi em razão de erro de alinhamento da estrutura”*. Contam que, assim que a construtora foi embora, *“o material de construção foi pilhado e várias casas foram construídas com a ferragem que sobrou dela”*. Morati alega, em sua entrevista, que no abandono da conclusão da ponte, *“pesou mesmo foi um jogo político. Em Itapina havia um comércio avançado. Tinha uma rica sociedade, cinema, posto de combustível e lojas finas, até de Ford 29<sup>36</sup>. Ameaçava Colatina como sede do município e o traçado da estrada foi mudado da noite para o dia. Aí veio a decadência”*.

Ribeiro, 2005 apud (Secult/Espírito Santo, 2010, p. 5) aponta que o sistema viário, transporte urbano atual estão resumidos na rodovia BR 259, Colatina/Baixo Guandu, que margeia o lado Norte do Rio Doce; a ES 164, que margeia o lado Sul do Rio Doce e liga a ES 443, Itaguaçu/Baixo Guandu a Itapina, uma estrada de rodagem sem pavimentação e de manutenção restrita, e a balsa, que faz a travessia de uma margem a outra do Rio Doce.

O território das estradas e das pontes constituem elementos técnicos de concepção integradora entre as diferentes dimensões sociais que demonstram os fundamentos

---

<sup>36</sup> Automóvel moderno e de luxo da época.

da organização territorial da sociedade considerando o poder político, cultural e de base técnico-econômica Haesbaert, (2007, p. 74-75). Nesse contexto a malha de estradas e pontes sobre o território constituem elementos de conexão fundamentais para o desenvolvimento de uma região, em especial, a das terras ao sul e ao norte do rio Doce. Havia por parte do Governo do Estado do Espírito Santo uma atenção em ampliar a infraestrutura para que se pudesse escoar a produção agrícola de base produtiva familiar, tendo o café como principal produto. A presença ou ausência da malha de estradas ou de pontes pode alavancar ou travar uma localidade. Para a população do núcleo de Itapina, a ausência da ponte, foi um dos fatores que contribuíram para a decadência do entreposto comercial no Vale do Rio Doce, mas perceberemos que esse fator não é o único responsável pela decadência, houve outros, como os descritos nos itens: o café, base econômica e dinamicidade do núcleo e a territorialidade dos modais de transporte na área de estudo.

### **2.2.2. O território da navegação no Rio Doce**

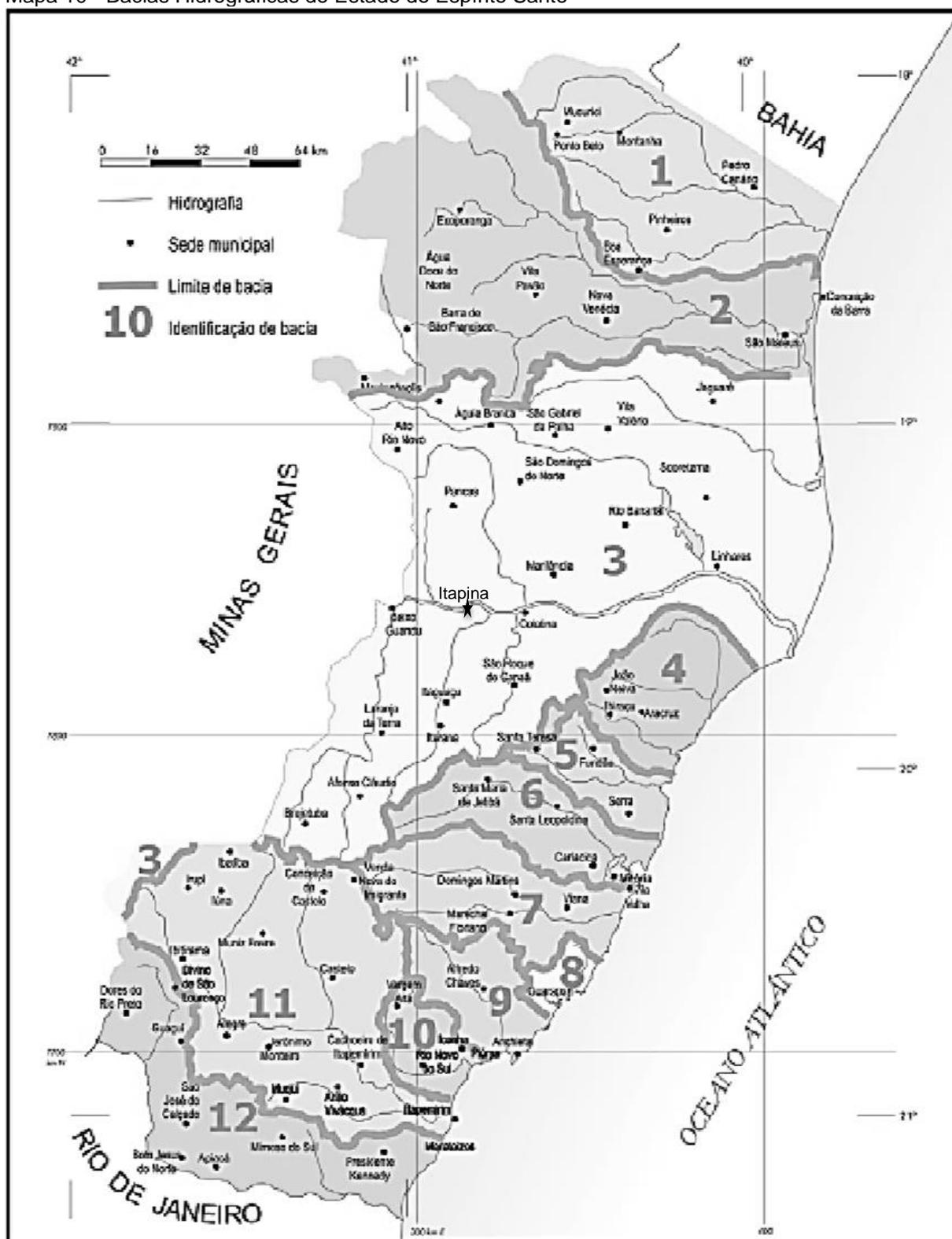
O Espírito Santo possui 12 bacias hidrográficas (Mapa 10) que apresentam variação altimétrica entre 300 e 500 metros do nível do mar. De acordo com (FAÉ, in: CASTIGLIONI, 1998, p. 213), no Norte, o Rio São Mateus era navegável em apenas 54 km utilizando embarcação pequena, enquanto o rio Mucurici, por um trecho de 200 km, tendo uma profundidade cerca de 2,5 m. O rio Santa Cruz era navegável por 50 km, e o rio Doce em quase todo o trecho de 210 km de águas profundidade de 2,64 a 3,85 m. Ao Sul, os rios Santa Maria da Vitória, Jucu, Benevente, Itapemirim e Itabapoana eram navegáveis por barcos de pequeno porte. A navegação fluvial no rio Doce era realizada pela companhia de navegação do Rio Doce que percorria o trecho entre Regência e Vila Mascarenhas, um total de 171, 6 km.

Os rios foram fundamentais para promover a colonização do Estado do Espírito Santo. Eles permitiram que os colonos chegassem aos núcleos coloniais para a prática da atividade para a qual foram designados, a agricultura e o cultivo do café. No período em que as estradas e ferrovias ainda não haviam sido abertas, os rios proporcionam o escoamento da produção cafeeira até os portos localizados no litoral. Muitos colonos que tiveram o destino para o rio Doce utilizaram os vapores que navegavam o rio com o nome do destino.

ESPINDOLA (2007, p. 5) reforça que as primeiras expedições utilizando o Rio Doce para as entradas e as saídas dos sertões de Minas Gerais foram realizadas por Sebastião Fernandes Tourinho, sobrinho do Governador da Capitania de Porto Seguro, por volta de 1572 ou 1573. Outras entradas, utilizando o rio, foram feitas em anos posteriores. Com o declínio da exploração do ouro, em 1786, o capitão-mor do Espírito Santo foi informado de que o vice-rei não via inconveniente em serem ocupadas as terras do Rio Doce, em virtude desse comunicado, foram autorizadas a concessão de sesmarias, permitindo a entrada de qualquer indivíduo que desejasse ocupar a região. Contudo, essa autorização não suspendeu a proibição sobre a navegação do Rio Doce para se evitar os extravios do ouro e diamantes.

O mapa 10, apresenta a distribuição das dez bacias hidrográficas do Espírito Santo. A bacia do Rio Doce é a de número 3, composta pelo rio principal e seus afluentes. Itapina localiza-se na margem do rio principal, próximo ao Ribeirão Laje.

Mapa 10 - Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo



Fonte: Adaptado de SEAMA (1980)

ESPÍNDULA (2007, p. 52) em seus comentários, contribui para, também, com informações sobre a navegação livre no Rio Doce esclarecendo que foi autorizada no

final do século XVIII, com a nomeação de Antonio Pires da Silva Pontes<sup>37</sup> para o governo da Capitania do Espírito Santo (1800-1804) que recebeu ordens<sup>38</sup> do franqueamento e da abertura da navegação nas águas do Rio Doce. Assim que assumiu o cargo de governador, Silva Pontes recebeu a ordem de:

[...] estabelecer um porto de canoas no Rio Doce, abaixo da cachoeira das Escadinhas, na barra do Rio Guandu, e instalou o Quartel de Souza. Também foram colocados mais dois quartéis: um na boca mais boreal da Lagoa de Juparanã, o Quartel de Coutins (Linhares), e outro na barra do Rio Doce, o Quartel de Regência Augusta (OLIVEIRA, 2008 p. 259).

Silva Pontes foi um entusiasta da navegação do Rio Doce, fez o levantamento topográfico da foz até a Cachoeira das Escadinhas. Também criou os primeiros quartéis (Mapa 3, p. 51) no curso do rio de Linhares, ou ainda, Arraial ou Aldeia dos Coutins ao Porto de Souza, em Guandu, dentro da capitania capixaba (TEIXEIRA, 1974 p 56).

Há registros na literatura de que, ao longo do Rio Doce e seus afluentes praticava-se o transporte fluvial de mercadorias. SAINT-HILAIRE, (1974, p. 85) descreve “*na época da minha viagem, alguns mulatos de Minas Gerais apenas ousavam descer o Rio Doce, em pirogas, a fim de comprar sal na vila de Linhares, deixando aí queijo, toucinho e outros gêneros de suas regiões*”. Também há registro das concessões de privilégios dados a companhias que desenvolvessem o comércio e a navegação do Rio Doce.

Em 1890, o governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 8 de 24 de janeiro de 1890, publicado em *O Estado do Espírito Santo*, de 28 de janeiro de 1890, p 2-3, concedeu a subvenção de doze contos de réis, pelo prazo de 10 anos, à empresa ou à companhia que estabelecesse o serviço de navegação a vapor do Rio

<sup>37</sup> Dr. Antônio Silva Pontes, mineiro de Mariana, geômetro e geógrafo experimentado, Capitão de fragata, lente da Academia de Marinha de Lisboa e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, trazia a especial recomendação da abertura e navegação do Rio Doce, segundo José Teixeira de Oliveira (2008 p. 259).

<sup>38</sup> OFÍCIO de 23 de abril de 1800, Espírito Santo, do [Governador da Capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [Governador da Capitania de Minas Gerais], Bernardo José da Silveira e Lorena, informando da franquia e abertura à navegação por águas até Minas Gerais, para assegurar o registro de ouro na Cachoeira das Escadinhas, no Rio Doce. AHU-Espírito Santo, cx. 06 doc. 15; cf. <http://www.ape.es.gov.br/catalogo/cat-i-401-450.htm> (ESPINDOLA, 2007, 51)

Doce, entre os Portos de Regência e Porto de Souza. Segundo Teixeira, (1974, p. 58), o governo do Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896) aumentou a subvenção para 30 contos de réis pela Lei Estadual nº 152, de 27 de novembro de 1895. Ainda, segundo Teixeira, (1974, 58) Regência Augusta era sede da empresa Viana & Cia, que mantinha navegando no Rio Doce o vapor Muniz. Também havia em funcionamento os vapores Milagre (Figura 18) e Santa Maria, da firma Mascarenhas Costa & Cia, subvencionada pelo Governo Estadual.

TEIXEIRA (1974, p. 59), aponta que, durante o governo do Dr. Florentino Avidos (1924-1928), responsável pela construção da ponte sobre o Rio Doce, que recebeu seu nome, foi também, criador do Serviço de Navegação do Rio Doce, com sede em Colatina. Em 1925, o engenheiro civil, Sr. Pedro Epichin, foi convidado a construir o vapor Juparanã, cuja maquinaria havia sido importada da Alemanha. Epichin dedicou tempo e trabalho na construção do Juparanã, e tornou-se o Chefe do Serviço de Navegação Fluvial do Estado. O Juparanã ficou pronto em 1927 e, imediatamente, iniciou suas viagens regulares entre Colatina e Regência, linha que foi mantida até 1955. Além deste, os navios Tamoyo e Tupi, também, serviram a linha Colatina e Regência com três viagens mensais.

Fig. 15 – Vapor Milagre em 1910 – ao fundo Colatina.



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Espírito Santo

Fig. 16 - Vapor Rio Doce navegando no Rio Doce



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Espírito Santo

Há registros na literatura que, além dos vapores citados, era comum o uso de canoas para transportar pessoas, e, também, mercadorias. Segundo Dadalto (2009, p. 88), e também, como pode-se ver em *Maratona do Saber* (1990, p. 6), o Juparanã era utilizado nos finais de semana pela população para viagens de lazer, em direção à Itapina ou à Lagoa Juparanã. Itapina atraía a população da cidade de Colatina para os eventos culturais e festivais promovidos na localidade. Segundo depoimento do marinheiro José Dias, muitas vezes o vapor viajava lotado para Itapina, com aproximadamente 500 pessoas, festejando e comemorando a viagem de lazer. Chegando ao destino, divertiam-se no Clube de Itapina. O Juparanã, também, foi utilizado pelo governo para o transporte de alimentos enviado regularmente para os índios do Aldeamento do Pancas, atual fazenda do Dr. Castelo Branco.

Fig. 17 – O Vapor Juparanã



Fonte: Acervo Américo Gava, [s.d.]

Várias tentativas foram feitas para recuperar o vapor Juparanã, sem sucesso. Encalhado, o tempo encarregou-se de destruí-lo. Depois de tantos anos de serviços prestados, terminou seus dias de glória preso nas barrancas e sepultado na lama, bem próximo da cadeia pública de Colatina (TEIXEIRA, 1974, p. 59).

Assim, podemos perceber que a navegação fluvial no Rio Doce foi extremamente desenvolvida entre os trechos Regência, em Linhares, e o Porto da Vila de Mascarenhas. Havia embarcações que faziam viagens regulares no trecho navegável. Faé (in: Castiglioni, 1998, p. 213) registra que havia linhas regulares semanais de navegação na costa do Espírito Santo, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, sendo que um navio vinha do Norte para o Rio de Janeiro e um do Sul para a Bahia e retornavam, posteriormente, parando em vários pontos da costa capixaba, em especial, no porto de Vitória.

Atualmente, a navegabilidade no Rio Doce só é permitida por embarcações de pequeno porte, como canoas, e, mesmo assim, em tempos de estiagem encalham nos bancos de areia. O fim da navegação fluvial no Rio Doce, descrito acima, constituiu-se como resultado da configuração territorial estabelecida na bacia do rio, quando a exploração da madeira, o plantio dos cafezais sem técnica adequada e a implantação

da pecuária extensiva alterou drasticamente a paisagem da bacia, em especial, em Itapina e seus arredores. Atualmente, em Itapina, há uma balsa que faz a travessia dos moradores de uma margem a outra, especialmente no período de cheia do rio. No período de vazante, às vezes, o serviço da balsa fica comprometido pelo assoreamento e baixo nível de água do Rio Doce.

#### **2.2.4.A ferrovia no território de Itapina - Vale do Rio Doce**

“Doce no nome, amargo para os que se aventuram a enfrentá-lo. Ele, o rio, continuará indomável. Mas permite que os trilhos do progresso sigam seus passos e a riqueza corra reverente ao seu lado. ” (Frase do livro O vale do Rio Doce, 2002.)

A história da estrada de ferro encontra-se registrada em estudos realizados por (GONÇALVES, DALESSIO, DUTRA, 2010), (RIBEIRO, 1986), (ROSA,1985). A Estrada de Ferro Vitória-Minas foi projetada pelo Engenheiro Pedro Augusto Nolasco Pereira Cunha, em 1890, porém, somente em 1903 o projeto ganhou forma e corpo. O Banco Constructor recebeu a concessão para construir o trecho que ligava a Bahia a Minas Gerais e a um outro trecho que permitiria a construção da estrada de ferro de Vitória a Natividade (Aimorés/MG). O banco faliu sem realizar a obra, então, Pedro Nolasco recebeu ações como forma de pagamento pelos serviços prestados. Foi a partir dessa situação que ele reestruturou todas as concessões anteriores dando uma nova forma ao projeto da estrada de ferro ligando Vitória a Diamantina, passando pela cidade mineira de Peçanha, dando origem a Estrada de Ferro Vitória Minas. A primeira concessão para a construção do trecho Vitória a Natividade, era de 23 de junho de 1875 sob decreto nº 5.951, este caducou por falta de execução (RIBEIRO, 1986, p. 22).

O Decreto 4.337, de 01 de fevereiro de 1902, confirmava a criação da Companhia da Estrada de Ferro Vitória Minas e pelo Decreto 1.082 autorizava a reformulação do traçado tendo como referência as concessões do trecho Vitória a Peçanha.

Para obtenção de recursos financeiros para a construção da ferrovia entre Vitória e Natividade, Pedro Nolasco emitiu ações para serem vendidas em Amsterdã e Paris. Diante do orçamento e dos recursos obtidos com a venda das ações decidiu construir

uma linha singela, simples e o uso da bitola métrica, ou seja, de um metro entre os trilhos, para facilitar a movimentação do leito ferroviário.

De acordo com o relatório da diretoria da Companhia da Estrada de Ferro Vitória a Minas apresentado a Assembleia Geral Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 1903, o traçado da ferrovia deveria passar pelo município de Pau Gigante, devido a região apresentar-se mais colonizada (80 mil almas), de maior produção (250 mil sacas de café) e por atender aos núcleos de Pau Gigante, Timbuhy, Accioli de Vasconcelos, Demétrio Ribeiro, Conde D' Eu, Baunilha, Antônio Prado, além dos municípios da Serra e Nova Almeida. Estes argumentos apresentados no relatório justificam o fato de que inicialmente a ferrovia passaria pelo Núcleo Timbuhy, atual Santa Tereza a 700 metros de altitude. (ESPÍRITO SANTO, Mensagem, 1903 p. 12, 13).

Pedro Nolasco apresenta, em seu relatório, páginas 12 e 13, os argumentos que justificam a construção da ferrovia. Destaca que, no cômputo de sacas de café, só as casas de Antonio Bonazzi e da viúva Guidetti exportavam mais de 130.000 arrobas de café. A linha trecho Vitória a Natividade exportaria o café mineiro, que procurava o Porto de Vitória, e o café produzido no vale do Rio Doce. Desse modo, seria transportado pela ferrovia aproximadamente 1 milhão de arrobas de café até o porto. O trem retornaria da capital do Estado carregado de mercadorias como querosene, sal, mariola e outros gêneros com peso superior a 200 mil arrobas. Essas mercadorias citadas acima tinham como destino os comerciantes de armazéns localizados nos núcleos que se desenvolveram às margens da ferrovia. Nolasco, ainda apresenta em seu relatório, os ensaios do cultivo do cacau e descreve que entre o estuário de Vitória e os vales do Timbuhy, conhecida com Lameirão, havia cultivos de café, cana, cereais, mandioca para o fabrico de farinha. De Colatina à Natividade existiam as conhecidas matas do Espírito Santo (ESPIRITO SANTO, Mensagem, 1903, p. 12, 13).

Em 1903 deu-se início à construção da estrada de ferro e rompeu-se a fronteira com Minas Gerais, em 1 de maio de 1908, com 244,74 km de ferrovia, construída com altitude de 92 metros. Esse primeiro trecho contava com 14 estações ferroviárias.

Entre as estações ferroviárias construídas ao longo do trajeto, destaco aquelas que estão localizadas em terras do município de Colatina. RIBEIRO, 1986, 54 cita que a estação ferroviária de Baunilha foi inaugurada em 01 de agosto de 1906 e a Estação Ferroviária de Colatina, inaugurada em 28 de dezembro de 1906. Em 08 de agosto de 1907 foram inauguradas as estações ferroviárias de Porto Belo, Mailasky (Mascarenhas), Baixo Guandu e Natividade.

O adentramento da ferrovia, no início do século XX, alterou a paisagem, oportunizando a apropriação por espaços já constituídos, mas também a formação de outros núcleos, contribuindo para a configuração de identidade local vinculada à atividade ferroviária (TEIXEIRA, 2013, p. 36).

Segundo Teixeira (2013, p. 51), o município de Colatina se tornou o pólo cafeeiro do Espírito Santo que representou a atividade sustentadora da ferrovia até o reconhecimento de jazidas de minério de ferro, cerca de uma década depois do início da construção da EFVM.

Nas palavras de ROSA, 1985, citado por (TEIXEIRA, 2013, p 51):

[...] as estações que iam sendo inauguradas, ao longo da via férrea, se transformavam, em curto prazo, de simples ponto de parada, com poucas casas dos funcionários da Companhia, em progressistas cidades. Exemplo disto era o antigo arraial de Santa Maria, depois Colatina, primitivamente distrito do município de Linhares. Com a chegada dos trilhos, ela se transformou, devido ao seu grande desenvolvimento, em Sede, em 1906, de um novo município. Linhares ressentiu-se com isto, por ser um porto fluvial, vivendo do transporte da produção do vale do Rio Doce.

Em 1919 foi inaugurada a estação ferroviária de Itá, anteriormente a vila era denominada de Laje, e posteriormente de Itapina. Entre Colatina e Itapina havia mais duas estações ferroviárias, a de Porto Belo (1907) e a de Santa Joana (1922). Todas as estações possuíam postos telegráficos.

O núcleo urbano de Itapina, município de Colatina, vivenciou essas mudanças ocorridas ao longo do século XX. Ascendeu, tornando-se um importante entreposto comercial com o comércio do café e madeira, também, sustentadora da ferrovia e depois decaiu pelas mudanças vividas na produção devido a redução dos cafezais, na circulação pela redução dos negócios se na comunicação com a ascensão de

Colatina, fatos estes que imprimiram na paisagem as alterações de relação entre a ferrovia, o rio, a economia e as pessoas.

GONÇALVES, DALESSIO, DUTRA ( 2010, p. 32) reverbera que, em 1908, um fato novo alterou a vocação da ferrovia. O governo brasileiro criou a Comissão Geológica do Brasil sob o comando de Orville Derby, fez um mapeamento em todo o território brasileiro, e encontraram no subsolo de Minas Gerais uma reserva de minério de ferro e manganês estimada em 3 bilhões de toneladas. Os estudos apontaram que a reserva se encontrava na região de Mariana, Conselheiro Lafaiete, Sabará e sobretudo em Itabira.

Essa informação e o decreto de Nilo Peçanha anunciando benefícios a grupos de brasileiros ou estrangeiros que quisessem desenvolver negócios de exploração do minério e manganês chamou a atenção dos engenheiros ingleses residentes no Brasil, Murray Gotto e Dawson Normartson, que compraram extensas terras na região de Itabira. Criaram a Brazilian Hematite Syndicate, em 1909, com o objetivo de organizar negócios voltados para a exploração do minério de ferro.

Os ingleses donos da Brazilian Hematite Syndicate procuraram Pedro Augusto Nolasco Pereira da Cunha e João Teixeira Soares demonstrando interesse em escoar o minério de ferro pela ferrovia. Foi, então, estabelecido um acordo entre a Companhia da Estrada de Ferro Vitória Minas e a Brazilian Hematite Syndicate, que comprou 42% das ações da ferrovia, com a autorização do governo federal pelo Decreto nº 7.773, de 20 de dezembro de 1909 com a finalidade de mudar o trajeto da ferrovia para Itabira. Emílio Schnoor foi responsável pelos primeiros estudos.

A Brazilian Hematite Syndicate criou a Itabira Iron Ore Company, em 1911, empresa responsável pela exploração do minério de ferro em Itabira. Ao final do processo a Brazilian Hematite Syndicate possuía 73,5% das ações da ferrovia, porém tendo a frente os engenheiros Pedro Augusto Nolasco Pereira da Cunha e João Teixeira Soares. A Companhia da Estrada de Ferro Vitória Minas ficou vinculada a Itabira Iron Ore Company.

Questões políticas, relativas à exploração e à exportação do minério, à instalação de uma indústria siderúrgica e ao cenário de guerras mundiais - Primeira (1914-1919) e Segunda (1939-1945) - dificultaram o processo de expansão e modernização da Vitória Minas. Por isso, o primeiro carregamento de minério no Porto de Vitória só ocorreu no ano de 1940 e os trilhos só chegaram em Itabira em 1942.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas ganhou impulso em 1943, ano de criação da Vale, então, Companhia Vale do Rio Doce, sendo formada a partir dos Acordos de Washington, entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Esses acordos políticos determinavam que a Inglaterra cederia ao Brasil o controle das minas de ferro, os Estados Unidos comprariam o minério e auxiliariam na questão da siderurgia e o Brasil ficaria responsável pela melhoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas, responsável pelo transporte do minério para exportação ([museuvale.com](http://museuvale.com)). O acordo, ainda, contemplava aos aliados a promoção do desenvolvimento e do saneamento da zona do rio Doce, desde o litoral até suas nascentes. A região do vale do Rio Doce deveria ter compensação dos aliados Estados Unidos e Grã-Bretanha, constando no Estatuto da CVRD, artigo 41, que os excessos dos lucros verificados após as deduções e dividendos e, de acordo com o artigo 9º, foi criado um fundo de melhoramento para promover o desenvolvimento do vale do Rio Doce.

O plano de saneamento da CVRD consistia em promover o saneamento na zona do Rio Doce, com o objetivo de proteger os trabalhadores a serem instalados ao longo da linha férrea a ser reconstruída em toda sua extensão, e melhorar as condições sanitárias das cidades ali existentes, dotando-as de água potável, de esgoto e de centro de saúde. Foi, então, criado o Serviço Especial de Saúde Pública como consequência do convênio firmado entre os governos brasileiro e norte-americano. As atribuições do órgão consistiam em sanear a região do Vale do Rio Doce, onde se produzia minério de ferro, matéria-prima estratégica para o esforço de guerra americano, tendo vistas os altos índices de malária e febre amarela que atingiam os trabalhadores desta região (PIMENTA, 1982, p. 122).

Este órgão de caráter cooperativo promoveu o saneamento dos acampamentos dos trabalhadores da companhia, das empreiteiras de remodelação, e instalou os serviços de água e esgoto nas cidades e povoações em colaboração com as municipalidades.

As instalações dos centros de saúde se efetivaram de acordo com os departamentos de saúde dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e dos serviços médicos da CVRD. As cidades de Colatina, Aimorés e Governador Valadares foram contempladas pelos serviços. Nos acampamentos dos operários efetuou-se os serviços de fossa, água, remoção do lixo e saneamento em geral.

TEIXEIRA (2013, p. 16), explica que

Com a aplicação das políticas públicas de saneamento, o estabelecimento da produção agrícola como base da economia, bem como os investimentos do governo federal para a fixação humana na região, a ocupação se firmou e marcou em algumas regiões - como Colatina e Governador Valadares - forte vínculo entre os construtos industriais de apoio à ferrovia, tais como edifícios, pontes, viadutos, oficinas, vilas, entre outros; e, a produção do espaço destinado à moradia e serviços públicos.

O trecho entre Vitória e Colatina/ ES recebeu as primeiras melhorias, com a remodelação da ferrovia em 1940. A introdução das primeiras locomotivas a diesel e de novas melhorias ao longo da ferrovia ocorreram na década de 1950. A continuidade da substituição das locomotivas a vapor pelas locomotivas diesel-elétricas ocorreu na década de 1960. Novos ramais no vale do Rio Piracicaba/MG foram construídos e a duplicação da linha férrea aconteceu entre os anos de 1971 e 1977. As décadas de 1980 e 1990 caracterizou-se pelo aumento da capacidade de transporte por meio da diversificação de produtos transportados. O controle automatizado do tráfego e seu desenvolvimento torna Vitória Minas uma das ferrovias mais modernas do mundo. Novas aquisições de locomotivas e vagões em função do aumento da produção de minério de ferro aconteceu após a privatização da Vale, em 1997. Além do transporte de cargas, a Estrada de Ferro Vitória a Minas é a única ferrovia brasileira que realiza o transporte diário de passageiros, ligando Vitória a Belo Horizonte.

Mapa 11 - Estrada de Ferro, ligando Minas Gerais ao Espírito Santo



Fonte: Disponível em <https://rodoferroviaria.com.br/ferroviaria/estrada-de-ferro-vitoria-minas-2/> acesso em 24/01/2018

Pode-se perceber que os trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas, ao longo do século XX, instaurou-se um processo de diferenciação espacial e social distinto, visto que a ferrovia à medida que chegava às localidades ganhava o significado de fio condutor de mudanças. Mudanças referentes, sobretudo, aos novos conteúdos nas relações de produção, de circulação e de comunicação (MATOS, 2012, p. 192).

TEIXEIRA (2013, p. 23) esclarece, sobre esse processo, que a Companhia da Estrada de Ferro Vitória a Minas impactou as cidades e vilas que originaram as suas margens, permitindo perceber que

no espaço urbano tipicamente ferroviário, a linha férrea estabelece signos e significados ao modo de vida das pessoas, na medida em que altera a malha morfológica, o sistema viário, a escala dos lotes, dos quarteirões ou ainda, das praças. De uma forma ou de outra, a análise do traçado da cidade em relação ao traçado da ferrovia pode revelar o nível de integração entre as modalidades, ou ainda, o nível de dependência econômica, social e cultural da cidade pela ferrovia.

Este fato pôde ser presenciado nas vilas e cidades por onde os trilhos da ferrovia se materializavam. Itapina, um exemplo dessa realidade estabeleceu uma relação de dependência econômica, social e cultural com a ferrovia. Atualmente, Itapina, ainda conta com uma estação ferroviária e com a paragem do trem duas vezes por dia, sentido Vitória a Minas, pela manhã, e sentido Minas Vitória no final da tarde. Mas, o café e a madeira, que foram produtos de exportação por via férrea até o Porto de Vitória, não estão mais presentes na dinâmica econômica do núcleo.

## Capítulo 3

Fig. 18 - Fachadas do casario que compõe a paisagem urbana em Itapina



Fonte: <http://www.folhavitoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/wp-content/uploads/2012/06/itapina-casarios-antigos.jpg>. Disponível em Acesso em 24/01/2018

## 2. MULTITERRITORIALIDADE EM ITAPINA

A ideia de espaço pensada por (MASSEY, 2009, p.29), (SANTOS, 1997, p.19), (SANTOS, 2014, p. 22) e (HAESBAERT, 2007, p. 343) permite-nos compreender a construção de Itapina, bem como das demais localidades ao seu entorno, mas daremos ênfase aos múltiplos territórios constituídos na centralidade de Itapina. Em primeiro lugar, tem-se o território etológico ou animal, no qual Itapina tem sua base física; em segundo, o território psicológico ou subjetivo, onde se constitui o espaço de vida pessoal; em terceiro, o território sociológico representado pela população indígena Munhageruns e Nac-Nuncs, pertencentes à nação dos Botocudo, na região do Rio Doce Espírito-santense. Nesse território, estão também representados os escravizados, mão de obra utilizada nas lavouras da cana de açúcar e depois do café durante o período colonial e imperial e os colonos europeus que se estabeleceram na hinterlândia, com a finalidade de ocupar e povoar o território em lotes de terras distribuídos pelo Estado e pelas empresas que o representava. E num quarto momento, o território geográfico reflete as transformações que a sociedade realiza na natureza. Em todos os momentos, vê-se materializadas as multiterritorialidades, através das territorialidades dos tropeiros com as rotas, caminhos e picadas; das territorialidades da ferrovia, das territorialidades da navegação fluvial, no trecho entre a Vila de Mascarenhas e Regência, em Linhares; da territorialidade das estradas de rodagem e das pontes, e, por último, a territorialidades da Área de Proteção do Ambiente Cultural. Todas essas territorialidades, sobrepostas no espaço, interagem entre si, formando redes e conexões dando suporte à experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço.

Afirmar-se-á que a centralidade experienciada em Itapina, como um importante núcleo urbano do interior, no breve momento de seu esplendor, entre 1920 e 1960, permitiu a construção de múltiplos territórios a serviço do acúmulo do capital em diferentes escalas e atores sociais, econômicos e políticos. Pode-se reconhecer como territorialidade a construção/existência das ferrovias, em especial, a Estrada de ferro Vitória-Minas, à medida que materializam uma relação social permeada por interesses específicos, sobretudo econômicos, e que faz do espaço ocupado uma espécie de

“agente mediatizador”<sup>39</sup> dessa relação (QUINTÃO, 2014, p. 86). A Estrada de ferro Vitória-Minas, segundo (ROSA, 1985, apud QUINTÃO, 2014, p 99) tinha a função de comunicar a capital, Vitória, com o leste de Minas Gerais, interligando economicamente ambas as regiões e desbravando o centro-norte do estado de modo a estimular a população e a comunicação na região compreendida pelo Rio Doce. O formato das redes ferroviárias apresentava três aspectos semelhantes na América do Sul, e também, no Brasil e no Espírito Santo. Esses aspectos são: o fato da construção dos primeiros trilhos ter ocorrido em um período de estabilidade política; a presença significativa do capital inglês na construção e nos empréstimos; e a disposição das linhas férreas, quase sempre interligando zonas de produção aos portos (QUINTÃO, (2014, p. 89). Desse modo, Leandro do Carmo Quintão, destaca em seu artigo “Estrada de ferro e territorialidade no Espírito Santo da Primeira República” – 1889-1930, que as ferrovias construídas no Espírito Santo, a Estrada de Ferro Sul do Espírito e a Estrada de Ferro Vitória-Minas consolidam a mais valia da capital, Vitória sobre outras cidades, núcleos urbanos e regiões do interior do Estado.

Ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas, surgiram vários núcleos urbanos que estiveram diretamente ligados à capital, como Itapina, Colatina, Mascarenhas, Baixo Guandu. Segundo Quintão (2014, p. 101), a ferrovia, em seu papel desbravador, comungava com os interesses da região, especialmente em Colatina, tornando-a mais próspera economicamente, a ponto do coronel Alexandre Calmon transferir para lá, por meio de mobilização política, a sede do município, localizada em Linhares, no ano de 1907. Forjava-se um novo centro polarizador, dessa vez no Norte, decidida pelo poder central, pois muitas estradas seriam construídas até lá, inclusive a primeira ponte a atravessar o Rio Doce. Os demais núcleos urbanos citados, também desempenham sua função, num quadro espaço-temporal próprio, porém na periferia das cidades pólos, tendo Vitória na centralidade. Assim, como na centralidade de Itapina, as picadas, as estradas carroçáveis e as estradas de rodagem, convergindo com a ferrovia e a navegação fluvial no rio Doce, também resultam de uma decisão

---

<sup>39</sup> Segundo o Dicionário online de Português, agente é aquele que agencia, intermedia ou atua efetivamente em negócios, acordos, contratos, etc. (Disponível em <https://www.dicio.com.br/agente/> Acesso em 28/03/2018). E mediatizador, segundo o Dicionário InFormal, é aquele que serve como ajustador, no sentido figurado ajustador de ideias, que pondera, que concilia, etc. (Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/mediatizador/mediar/>). Neste sentido, o espaço se constituiu o agente mediatizador entre a sociedade e os interesses econômicos do mercado e do Estado.

do poder central. Outro exemplo, a interdição da navegação fluvial no Rio Doce e a recomendação de sua reabertura no período Colonial, pela coroa portuguesa e realizada pelo governador Dr. Antônio Pires da Silva Pontes.

### 3.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO CONTEMPORÂNEO

Sobre o tempo e o espaço, SANTOS (1997 p. 10), assevera:

[...] o passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que ficaram agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como “tempo”, não, porém como espaço.

De acordo com a localização (citada anteriormente) o núcleo urbano de Itapina possui uma distância entre a sede do município, Colatina de 30 km, e a distância com a capital, Vitória, de aproximadamente 165 km. Na contemporaneidade, o núcleo urbano de Itapina tem uma função residencial, perdeu o vínculo com o rural, possui pouco comércio para atender a população, que recorre a Colatina para suprir as necessidades de mercado de trabalho, comércio diversificado e especializado, agência bancária, lotérica, hospitais e clínicas, formação de ensino médio e superior e outros serviços que não são oferecidos no núcleo. A economia do núcleo urbano de Itapina se reduz a bares, uma única farmácia e um posto de correio, e, fora do perímetro urbano, de atividades agropecuárias.

A evolução da população residente, segundo a situação domicílio entre 1940 e 2010, de Colatina está apresentada na tabela 3, e, a de Itapina, na tabela 4. Para compreender o contexto dessa evolução, vale lembrar, o censo anterior a 1940 foi o de 1920. Nessa data, Colatina era distrito de Linhares. Somente a partir de 1921 a sede do município foi transferida para Colatina. E Itapina se tornou distrito somente em 1923. Importante ressaltar, ao longo do período de análise da evolução da população por domicílio, Colatina teve perdas territoriais e populacionais de acordo com a emancipação dos municípios, e, também, por migrações, conforme apresentado no Capítulo II.

Tabela 3 - Colatina - Evolução da população residente segundo a situação domicílio 1940-2010

<b>Anos</b>	<b>População urbana</b>	<b>%</b>	<b>População rural</b>	<b>%</b>	<b>População total</b>
<b>1940</b>	3.671	<b>5.5</b>	62.592	<b>94.5</b>	66.263
<b>1950</b>	8.825	<b>8.8</b>	91.612	<b>91.2</b>	100.437
<b>1960</b>	35.642	<b>23.0</b>	119.324	<b>77.0</b>	154.966
<b>1970</b>	52.782	<b>50.2</b>	52.314	<b>49.8</b>	105.096
<b>1980</b>	68.176	<b>61.0</b>	43.500	<b>39.0</b>	111.176
<b>1991</b>	77.552	<b>72,5</b>	29.323	<b>27,5</b>	106.845
<b>2000</b>	91.298	<b>81,0</b>	21.413	<b>19,0</b>	112.711
<b>2010</b>	98.395	<b>88,0</b>	13.393	<b>12,0</b>	111.788

Fonte: IBGE 1940 – 2010.

Pode-se observar que, até o censo de 1960, a população de Colatina era estritamente rural - mais da metade da população vivia no campo. A mudança no percentual de população rural e urbana ocorreu na década de 1960. Com já apresentado, foi a década em que o Gerca - Grupo Executivo de Recuperação Econômica implantou os programas de erradicação do café, e, ao mesmo tempo, o processo de industrialização e consequente urbanização de Colatina. A partir do Censo de 1970, a população se tornou predominantemente urbana.

De acordo com Castiglioni (2009, p. 99), a redistribuição da população do Espírito Santo ocorreu pelo fato de que as propriedades familiares não produziam mais os empregos necessários para absorver o crescimento da prole e da mão-de-obra fornecida pelas numerosas famílias dos colonos, criando um excesso de mão-de-obra, que era impelida a deixar o campo. Castiglioni (2009, p. 99) complementa que a solução efetiva para a sociedade rural nesta fase é a emigração, e, para os migrantes do Espírito Santo, as destinações possíveis foram outros estados próximos, zonas pioneiras, as sedes dos municípios locais, e, em especial, os municípios que formavam a Grande Vitória, que, deve-se ressaltar, não dispunham de empregos para absorver a mão-de-obra agrícola. Atualmente, 88% da população de Colatina vive na área urbana, e 12% da população vive na área rural.

Tabela 4 - Itapina - Evolução da população residente segundo a situação domicílio 1940-2010

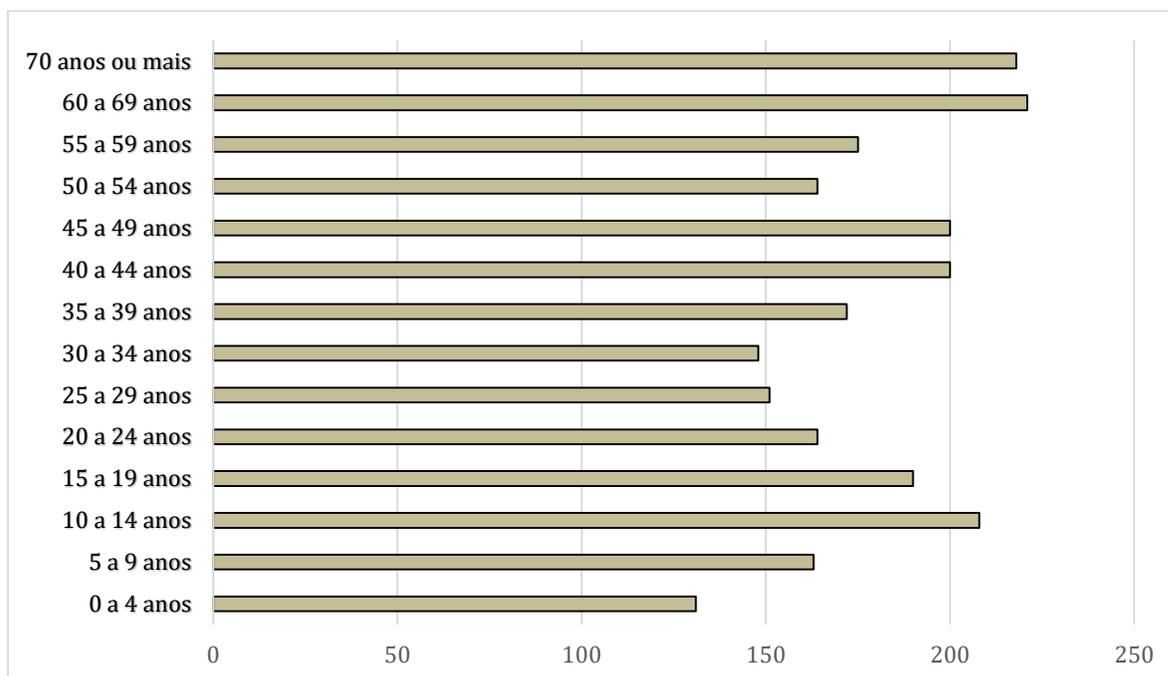
<b>Anos</b>	<b>População urbana</b>	<b>%</b>	<b>População rural</b>	<b>%</b>	<b>População total</b>
<b>1940</b>	858	<b>18,5</b>	3.761	<b>81,5</b>	4.619
<b>1950</b>	959	<b>19,0</b>	4.066	<b>81,0</b>	5.025
<b>1960</b>	1.002	<b>19,0</b>	4.263	<b>81,0</b>	5.350
<b>1970</b>	1.220	<b>27,0</b>	3.265	<b>73,0</b>	4.506
<b>1980</b>	1.122	<b>33,0</b>	2.282	<b>67,0</b>	3.404
<b>1991</b>	961	<b>33,5</b>	1.897	<b>66,5</b>	2.858
<b>2000</b>	860	<b>31,0</b>	1.900	<b>69,0</b>	2.760
<b>2010</b>	696	<b>28,0</b>	1.809	<b>72,0</b>	2.505

Fonte: IBGE

A Tabela 4 corresponde à evolução da população residente segundo domicílio do distrito de Itapina. Nela, pode-se observar que, no distrito, sempre predominou a população rural. O auge da população do distrito foi o do censo de 1960, com um total 5.350 habitantes. A partir dessa década, o distrito foi gradativamente perdendo população. Entre os censos de 1960 e 1970, houve perda de população rural no distrito, no total de 998 pessoas, e um ganho da população urbana de 218 pessoas; provavelmente pessoas que perderam sua função no meio rural. A perda da população está intimamente ligada aos programas de erradicação do café, ao processo de industrialização, a transição demográfica, à busca pelo mercado de trabalho e formação profissional. Atualmente, segundo o último censo de 2010, Itapina tem uma população total de 2.505 habitantes, sendo que 1.809, ou seja, 72% vivem na zona rural, e 696, ou seja 28% vivem no núcleo urbano de Itapina.

O Gráfico 1 apresenta o total da população residente no Distrito de Itapina que estão classificados de quatro em quatro anos, sendo que o intervalo maior encontra-se na classe dos idosos, especialmente acima de 70 anos. As duas primeiras faixas de idade, o a 4 e 5 a 9 anos, demonstram queda na natalidade, a classe dos jovens entre 15 a 19 anos demonstra que há saída dessa faixa etária em busca de educação profissionalizante e até mesmo oportunidade de trabalho, e a classe das faixas de idade entre 20 a 24, 25 a 29, 30 a 34 e 35 a 39, também são menor em quantidade, pois emigraram em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhores salários.

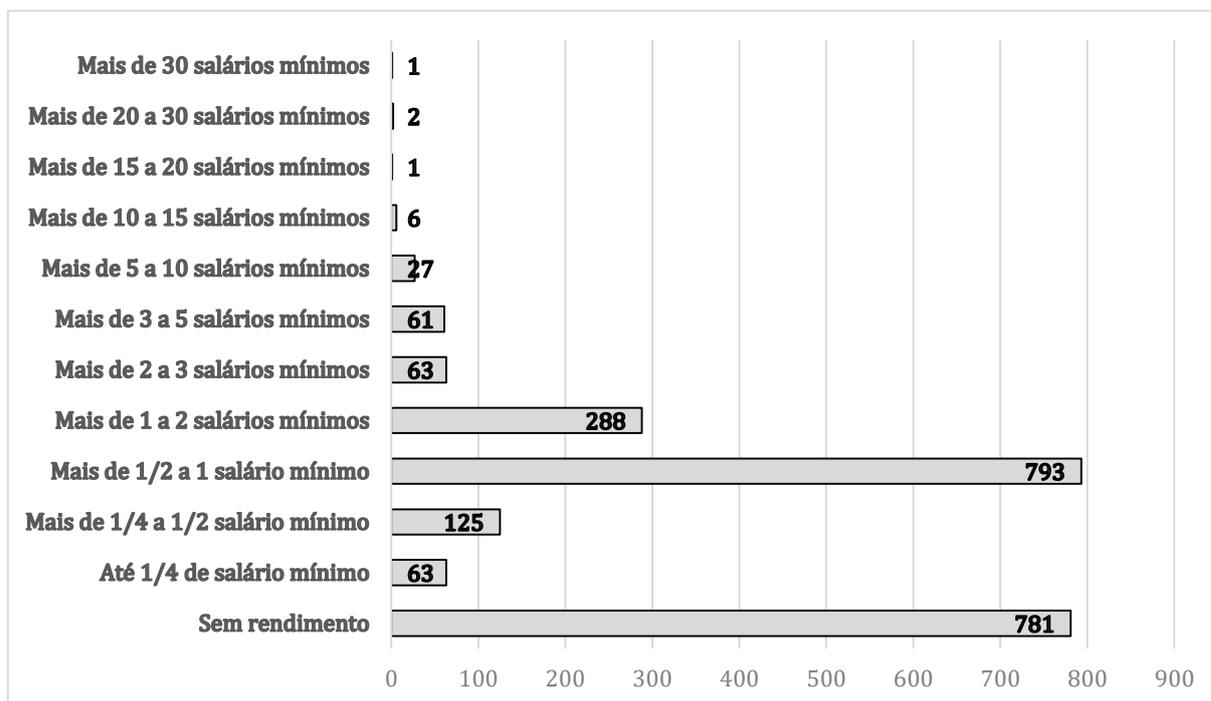
Gráfico 1 – População residente total, segundo faixa de idade – Distrito de Itapina – Colatina ES - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010

O Gráfico 2 apresenta o rendimento nominal mensal total da população do Distrito de Itapina, no ano de 2010. Do total de 2.211 de pessoas, 188 (9 %) recebem de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo, 793 (35 %) de pessoas recebem mais de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo, 288 (13 %) de pessoas recebem mais de 1 a 2 salários mínimos, 63 (3 %) de pessoas recebem mais de 2 a 3 salários mínimos, 61 (2,8 %) de pessoas recebem mais de 3 a 5 salários mínimos, 27 (1,5 %) pessoas recebem mais de 5 a 10 salários mínimos, 6 (0,5 %) de pessoas recebem mais de 10 a 15 salários mínimos, 1 (0,05 %) de pessoa recebe mais 15 a 20 salários mínimos, 2 (0,10 %) de pessoas recebem mais de 20 a 30 salários mínimos, 1 (0,05 %) pessoa recebe mais de 30 salários mínimos. Do total de pessoas, 781 (35 %) não tem rendimento. Pode-se observar, no demonstrativo do gráfico que 44% da população de Itapina possui um rendimento nominal mensal entre  $\frac{1}{4}$  a 1 salário mínimo e 35% não tem rendimento mensal, sendo que a maioria da população vive com uma renda muito baixa, com baixo poder de compra e consumo.

Gráfico 2: Classe de rendimento nominal mensal total. Distrito de Itapina – Colatina – ES Ano de 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010

A tabela 5 (p. 128) apresenta o total, o rendimento, o valor nominal médio mensal e o valor médio mensal de pessoas de 10 ou mais anos, segundo sexo e cor do Distrito de Itapina, no ano de 2010. Pode-se observar que há diferenças salariais, segundo sexo e cor. O valor médio recebido pela população que se declarou preta e parda são inferiores as declarações de branca e amarela, especialmente, no total, e para as mulheres. Há, também, diferenças salariais entre sexo. Os salários recebidos pelos homens, de acordo com a cor, são maiores ao salário recebido pelas mulheres, segundo. Outro fato a ser observado que do total de 1.090 mulheres, 556, ou seja, 51 %, possuem rendimento mensal. Entre as mulheres que se autodeclararam de cor Preta e Parda, recebem rendimentos inferiores comparados aos homens da mesma cor. Também recebem menos rendimentos comparado ao dos homens, as mulheres que se autodeclararam de cor Branca; já as mulheres que se autodeclararam de cor Amarela recebem rendimentos maiores que os homens que se autodeclararam da mesma cor.

Tabela 5: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal, e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, segundo sexo e a cor. Distrito de Itapina – Colatina – ES, Ano de 2010.

sexo	cor	Variável			
		Pessoas de 10 anos ou mais de idade (pessoas)	Pessoas de 10 ou mais anos de idade com rendimento (pessoas)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)	Valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 ou mais anos de idade, com rendimento (Reais)
Total	Total	2.211	1.430	462,14	714,54
	Branca	1.309	884	487,79	722,31
	Preta	139	99	430,37	604,25
	Amarela	9	8	653,89	735,63
	Parda	754	439	421,18	723,40
	Indígena	-	-	-	-
Homens	Total	1.121	874	590,97	757,98
	Branca	689	547	596,26	751,04
	Preta	75	63	553,20	658,57
	Amarela	2	2	565,00	565,00
	Parda	355	262	588,82	797,83
	Indígena	-	-	-	-
Mulheres	Total	1.090	556	329,66	646,27
	Branca	620	337	367,26	675,66
	Preta	64	36	286,42	509,16
	Amarela	7	6	679,27	792,50
	Parda	399	177	272,03	613,22
	Indígena	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

A população indígena não apresenta quantitativo na tabela 5 (acima) pelo seu desaparecimento por miscigenação, mortes ou mudança dos Munhageruns, Nac-Nanucs, *Nac-Hêrêhê* e Guteracs, todos pertencentes a família dos Botocudos. O desaparecimento dos indígenas na região se deu a partir de sua transferência para o Aldeamento de Pancas e, posteriormente, em 1938, para a Reserva Krenak, em Resplendor, Minas Gerais.

A tabela 6 apresenta a taxa de alfabetização de 10 ou mais anos de idade total e segundo sexo da população do distrito de Itapina, referente ao ano de 2010. Pode-se observar que a porcentagem total de alfabetização é de 86,4 %, sendo que os percentuais de alfabetização dos homens é 85,7 % e das mulheres de 87,2 %, apresentando uma diferença percentual de 1,5 % a mais para as mulheres. Conforme verifica-se na tabela 5, a taxa maior de alfabetização não se constitui garantias de rendimentos iguais aos recebidos pelos homens, independentes da cor. Atualmente o núcleo de Itapina conta com uma escola municipal de ensino fundamental, cujo nome

é Escola Municipal de Ensino Fundamental “Maria Ortiz”, e recebe os estudantes provenientes das localidades da redondeza. Outro fato, importante que diminuiu as oportunidades em Itapina, foi o fechamento da Escola de Ensino Médio.

Tabela 6: Taxa de alfabetização das pessoas de 10 ou mais anos de idade, segundo sexo. Distrito de Itapina – Colatina – ES Ano de 2010

Total	86,4
Homens	85,7
Mulheres	87,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010

### 3.2. A ÁREA DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE CULTURAL, UMA NOVA NOVA TERRITORIALIDADE

Uma nova territorialidade começa a ser delineada, com base nos artigos 182 e 183 da Constituição da República de 1988, na Lei Federal nº 10.257/01, Estatuto da Cidade, e na Lei Orgânica do Município de Colatina que estabelece os princípios, diretrizes e normas com o planejamento e gestão do território através do Plano Diretor Municipal de Colatina (Lei 5.273 de 12 de março de 2007). Esse plano diretor não se refere ao Sítio Histórico de Itapina, mas apresenta os artigos que garantem proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico do município de Colatina. A seguir estão os artigos da Lei 5.273 de 12 de março de 2007, que foram compilados do documento principal, ou seja, o PDM de Colatina:

**Artigo 7º**, princípio VI dá garantia de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

**Artigo 9º**, VII - uso compatível com as condições de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio local.

**Artigo 14** - O desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio sócio-ambiental do Município de Colatina visa à proteção, à recuperação e à conservação dos bens sócio-ambientais, devendo atender aos seguintes objetivos: I - garantia de integridade do patrimônio sócio-ambiental do município; II - incorporação da proteção do patrimônio sócio-ambiental ao processo permanente de planejamento e ordenação do território; III - aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar a gestão do patrimônio sócio-ambiental; IV - conscientização da população quanto aos valores culturais e ambientais e da necessidade de sua proteção e recuperação; V - impedimento ou controle do funcionamento e da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano à qualidade de vida e ao patrimônio sócio-ambiental.

**Artigo 16** - São objetivos do Plano Diretor Municipal: VI - preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico e cultural;

**Artigo 17** - Para a consecução dos objetivos referidos no artigo 16, serão observadas as seguintes diretrizes: VII - reserva de áreas necessárias à preservação do patrimônio cultural, histórico, ambiental, paisagístico e a proteção de ecossistemas de importância ecológica;

**Artigo 29** - São diretrizes da política cultural: I - ampliar e reforçar a convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais; II - intensificar a utilização dos equipamentos culturais municipais e espaços públicos como mecanismo de universalização da atividade cultural; III - incentivar a participação pública e privada no financiamento de projetos culturais; IV - incentivar e apoiar as manifestações culturais do município, que contribuam para elevação da qualidade de vida da população, levando em conta a diversidade cultural existente; V - assegurar o pleno funcionamento de equipamentos e serviços culturais do município; VI - garantir a acessibilidade arquitetônica e urbana aos portadores de necessidades especiais junto aos equipamentos culturais, públicos ou privados; VII -

implantar programas de resgate e incentivo ao folclore regional; VIII - incentivar a criação de centros e espaços culturais, como museus, teatros, centros de formação cultural, entre outros, que promovam e fortaleçam a cultural local; IX - incentivar a formação cultural da população; X - garantir a todos o acesso às fontes de cultura.

**Artigo 30** - São diretrizes da política cultural: I - garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; II - apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais; III - elaborar uma política de preservação, conservação, recuperação e valorização do patrimônio histórico cultural material e imaterial; IV - criar e incentivar a discussão cultural envolvendo as comunidades, considerando seus usos e costumes; V - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do patrimônio histórico e cultural; VI - adotar medidas de fiscalização para a proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. VII - proteger os bens que integram ou venham a integrar o Patrimônio Cultural mediante a utilização dos instrumentos de intervenção tais como: direito de preempção, transferência do direito de construir, desapropriação e tombamento. VIII - criar a Coordenadoria de Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico do Município de Colatina vinculada à Secretaria Municipal de Cultura; IX - aperfeiçoar os instrumentos de proteção dos bens de interesse cultural, definindo os níveis de preservação e os parâmetros de abrangência da proteção, realizados em articulação com os demais órgãos e entidades de preservação; X - criar oportunidades para a produção cultural, envolvendo a população e dando o apoio necessário para a continuidade dos processos; XI - realizar o mapeamento cultural que identifique as áreas de interesse de preservação e tombamento como patrimônio histórico; XII - promover programas de educação nas comunidades relacionados à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural; XIII - promover a instrumentalização e capacitação técnica dos agentes públicos responsáveis pela gestão do patrimônio histórico cultural; XIV - promover e manter atualizado inventário de todos os bens imóveis considerados de interesse cultural, já protegidos ou não, de acordo com a legislação estadual e federal de cultura e patrimônio histórico cultural; XV - inventariar e registrar as manifestações culturais, tradições, hábitos, práticas e referências culturais de qualquer natureza existentes no Município que se refiram a identidade de sua população e dos espaços que habitam e usufruem; XVI - incentivar a revitalização de prédios, conjuntos e sítios históricos, que estejam subutilizados ou degradados; XVII - promover a captação e geração de recursos para manutenção e valorização do patrimônio, com participação da iniciativa privada; XVIII - elaborar projetos de preservação e revitalização para sítios históricos com potencial turístico, paisagístico, patrimonial e cultural no município, para que estas áreas cumpram sua função cultural.

**Artigo 84** - São objetivos do ordenamento territorial do Município de Colatina: II - condicionar a ocupação do espaço urbano e rural à proteção e respeito ao meio ambiente, aos recursos naturais e ao patrimônio histórico, cultural e paisagístico;

**Artigo 120** - Parágrafo Único - Consideram-se ainda de preservação permanente, quando declaradas pelo Poder Público, as áreas destinadas a: c) proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

**Artigo 125** - As Zonas de Proteção Ambiental 4 – ZPA 4 são as áreas de interesse paisagístico e cultural definidas na lei municipal de parcelamento do solo, incluindo: III - os bens de valor histórico, os sítios arqueológicos e as manifestações culturais, bem como os locais onde ocorram; IV - as paisagens notáveis. (Plano Diretor Municipal de Colatina, 2007)

Desse modo, podemos observar que a Lei 5.273, de 12 de março de 2007, que institui o Plano Diretor do Município de Colatina – PDM, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes e dá outras providências para as ações de planejamento no Município de Colatina. O PDM de Colatina, nos artigos citados, dá suporte legal à Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo no estudo do Sítio Histórico de Itapina<sup>40</sup>, visando a análise de seu estado de conservação, resultando na Análise de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina, que leva o Estado a solicitar o Tombamento do Sítio Histórico de Itapina com medidas de proteção e preservação, considerando sua importância histórica para a memória do Estado do Espírito Santo.

Em relação a Itapina, a Lei 5.273 traz, nos artigos supracitados, garantias de proteção, preservação, recuperação, medidas de fiscalização e ordenamento territorial do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Apresenta diretrizes da política cultural reforçando atividades artísticas e culturais, incentivando manifestações culturais que garantem melhor a qualidade de vida da população, criando oportunidade de inventariar e difundir a cultura local.

A regulamentação das ações por parte do Estado se estabelece na RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, que constitui a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de Itapina, composta pelo Sítio Histórico Urbano de Itapina e áreas de entorno constituem uma nova territorialidade do Estado sobre as áreas em que houve a preservação da história, da arquitetura e da cultura.

O Art. 2º, I, da resolução, que estabelece a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), institui que todo urbano e paisagístico deve ser preservado. Esta área é definida pelo somatório da poligonal de tombamento com a poligonal de entorno. O perímetro da APAC de Itapina fica delimitado pelos seguintes pontos de coordenadas, conforme a tabela 7 e a figura 19, que estabelece o limite. Para Raffestin (1993, p. 166–167) o limite sobre o território, representado no mapa, constitui sinal de controle territorial absoluto pelo Estado Moderno. Sendo o mapa instrumento ideal para definir,

---

<sup>40</sup>Atualmente, o Espírito Santo possui cinco sítios históricos tombados pelo Conselho Estadual de Cultura: Porto de São Mateus (Resolução CEC nº 001/1976); São Pedro do Itabapoana (Resolução CEC nº 002/1987); Santa Leopoldina (Resolução CEC nº 003/2010), Muqui (Resolução CEC nº 002/2012) e Itapina (Resolução CEC nº 003/2013)

delimitar e demarcar a fronteira. A demarcação de linhas e pontos sobre o território permite o exercício das funções legais, de controle e fiscal numa área do interior da linha fronteira.

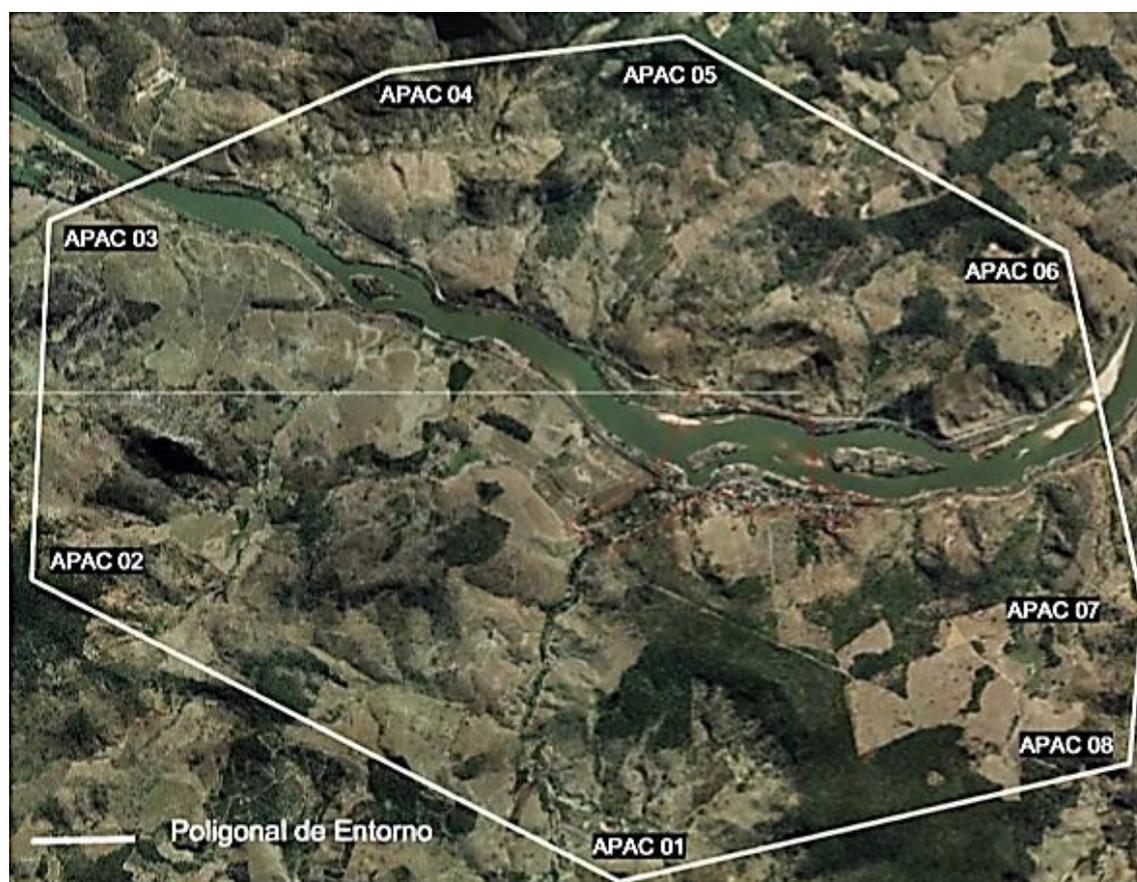
A tabela 7 apresenta os pontos de coordenadas da Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, e a figura 19 apresenta a área demarcada da APAC.

Tabela 7 - Pontos de coordenadas APAC

Ponto	Coordenadas	
	E	S
APAC 01	308612.5208	7846277.8664
APAC 02	304214.2812	7848572.8593
APAC 03	304315.5292	7851314.1407
APAC 04	306874.9086	7852466.2345
APAC 05	309083.1358	7852729.5959
APAC 06	311941.3205	7851099.2841
APAC 07	312555.4047	7848343.6339
APAC 08	312442.0135	7847156.9234

Fonte: RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, In: DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO, 2013.

Fig. 19: Demarcação da APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural.



Fonte: RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, In: DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO, 2013.

A sessão II, o Art. 3º, estabelece que a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) corresponde à soma da poligonal de tombamento com a poligonal de entorno, constituindo a área total do Sítio Histórico Urbano de Itapina a ser protegida pela regulamentação da resolução.

A tabela 8 apresenta os pontos de coordenadas da Poligonal de Tombamento<sup>41</sup>, e a figura 20 apresenta a demarcação da área urbana constituinte do Sítio Histórico de Itapina, onde se concentram os imóveis de interesse de preservação<sup>42</sup> sendo observáveis os aspectos morfológicos e ambientais associados ao período histórico compreendido entre a ocupação, auge e o início da decadência econômica do núcleo urbano de Itapina.

Tabela 8 - Pontos de coordenadas PT – Poligonal de Tombamento

Ponto	Coordenadas		Ponto	Coordenadas	
	E	N		E	N
PT-01	308585.2119	7848753.7076	PT-14	310083.4731	7849086.7058
PT-02	308265.1076	7848995.8947	PT-15	309859.2908	7849109.2811
PT-03	308371.2409	7849136.7905	PT-16	309624.6417	7849074.4182
PT-04	308439.0970	7849061.9941	PT-17	309622.5170	7849150.1947
PT-05	308901.7785	7849333.1217	PT-18	309557.2976	7849148.3660
PT-06	309178.4588	7850001.0239	PT-19	309557.2976	7849198.3215
PT-07	310116.2938	7849785.2942	PT-20	309487.7845	7849197.7118
PT-08	310083.3550	7849290.2415	PT-21	309485.2689	7849228.3755
PT-09	310564.5372	7849194.5810	PT-22	309318.9092	7849214.7274
PT-10	310541.9892	7849081.8905	PT-23	309236.3662	7849193.1254
PT-11	310412.2579	7849112.0406	PT-24	308939.8208	7849046.9571
PT-12	310410.4418	7849046.2792	PT-25	308959.4719	7849004.3582
PT-13	310079.9830	7849025.3919	PT-26	308636.9628	7848822.1081

Fonte: RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, In: DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

<sup>41</sup> Na área da Poligonal de Tombamento, considera-se necessário, além da proteção das edificações, preservar o traçado urbano existente, o arruamento e suas características da pavimentação, as áreas verdes, incluindo os parques, praças públicas, as encostas e os remanescentes de mata nativa, a vegetação arbustiva e arbórea das ruas e de áreas privadas, preservando a relação que as edificações estabeleceram com o entorno ambiental, paisagístico e cultural do espaço urbano de Itapina. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

<sup>42</sup> Nesta área, todas as edificações estão protegidas contra descaracterizações de suas características volumétricas e formais, incluindo os vãos de janelas e portas, ornatos, apliques, coberturas e seus materiais constitutivos. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

Figura 20 - Demarcação da PT – Poligonal de Tombamento



Fonte: RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, In: DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

A área de vizinhança<sup>43</sup>, estabelecida na sessão II, no Art. 3º, II, encontra-se subdividida em duas áreas, a Poligonal de Entorno Imediato (EI) e a Poligonal de Entorno (PE), ambas sujeitas a processos de renovação urbana.

<sup>43</sup> Nessa área de vizinhança há predominância de construções contemporâneas e/ou sem relevância estética, portanto sujeitas as demolições e alterações, há ainda, áreas vazias destinadas a expansão urbana e as áreas verdes. As novas edificações e intervenções em imóveis da Área de Vizinhança ficarão sujeitas a diretrizes e parâmetros que garantam a preservação das relações paisagísticas entre o Sítio Histórico Urbano de Itapina e o seu entorno, incluindo as elevações e morros, bem como as áreas verdes do núcleo urbano de Itapina. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

Figura 21 – Área de Preservação Ambiental e Paisagística (APAP) em verde e Poligonal de Tombamento (PT) em destaque no centro.



Fonte: RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, In: DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

A sessão II, o Art. 3º, VI estabelece a Área de Preservação Ambiental e Paisagística – APAP - que designa as áreas de preservação e/ou conservação dos recursos naturais, dos equipamentos ambientais e da paisagem.

A figura 21 mostra a Área de Preservação Ambiental e Paisagístico – APAP - importante para a valorização e proteção do patrimônio de Itapina, incorporada ao processo permanente de planejamento e ordenamento do sítio histórico. A APAP colabora na manutenção do ambiente local, contemplando as áreas verdes, os parques e praças públicas, as encostas, os remanescentes de mata nativa, a vegetação arbustiva e arbórea das ruas e de áreas privadas; ficando proibido que qualquer construção danifique o ambiente da APAP de Itapina, assim como a degradação ou retirada de madeira sem prévia autorização.

A figura 22 mostra o esboço topográfico de Itapina. O esboço topográfico mostra o Rio Doce e suas margens constituídas de terraços fluviais, com 10 a 20 metros acima do nível de suas águas.

Fig. 22 - Esboço topográfico de Itapina

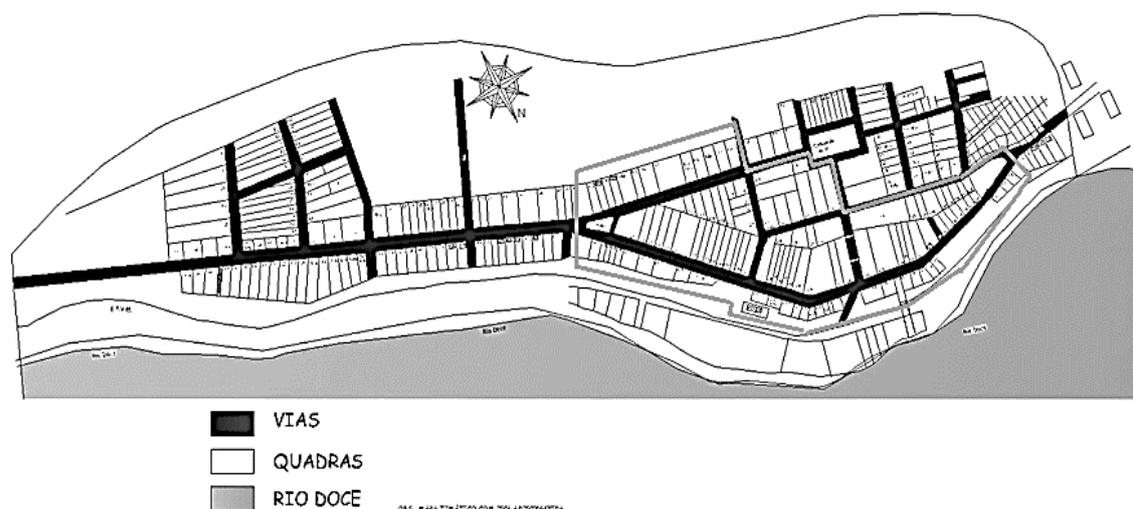


Fonte: SECULT/ES, (2010, p. 9)

Segundo Teixeira (1974, p. 29), nesses terraços se fez o assentamento da ferrovia, das estradas de rodagem, da vila de Itapina, da cidade de Colatina e de alguns outros povoados. Desse modo, pode-se observar que o Sítio Histórico de Itapina está implantado entre o rio e os morros arredondados, denominados por Ab'Sáber (2003, p. 57) "Mares de Morros", possuindo forte relação com o rio e a ferrovia, elementos determinantes na formação e estruturação do núcleo urbano. Em seu entorno, há área sem ocupação urbana, como importante referência ambiental, tendo em vista o impacto da conformação geomorfológica e natural na paisagem urbana (SECULT/ES, 2010, p. 9).

A figura 23 apresenta o traçado urbano de Itapina de forma linear, seguindo a conformação das margens do Rio Doce e o caminho da linha férrea, adaptado à topografia e inclinação do terreno. O processo urbanizador está associado ao econômico, ao ciclo do café, como demonstrado no delineamento das ruas, em grande parte relacionado à formação e crescimento do núcleo urbano de forma hierarquizada, em função do papel funcional de deslocação, do percurso e da mobilidade de mercadorias e pessoas. Na imagem, o trecho em amarelo corresponde ao território da Zona Central Histórica.

Fig. 23 – Traçado urbano de Itapina

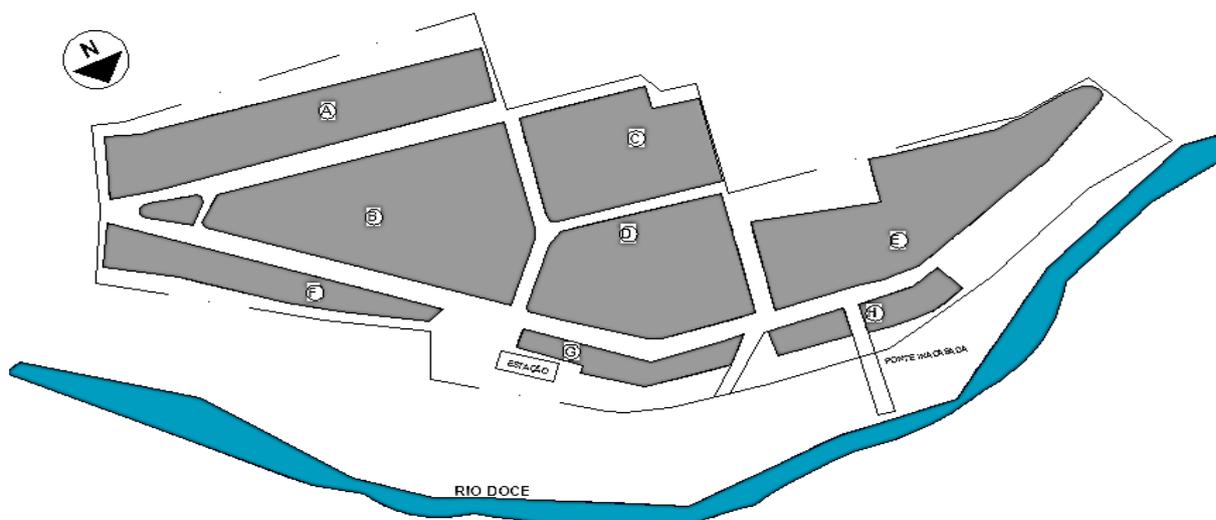


Fonte: SECULT/ES, (2010. p. 17)

A figura 24 demonstra a Zona Central Histórica (ZCH)<sup>44</sup>, compreendendo a porção do território resultante do período de ocupação e prosperidade econômica de Itapina, na qual está reunido o maior número de edificações de interesse de preservação, as quais conservam certa homogeneidade, no que diz respeito ao volume, escala, aparência e implantação, além das particularidades inerentes a cada uma delas. O traçado urbano (representado na figura 23, também está delimitado na figura 24); articula-se a partir da rua principal que acompanha o desenho da linha férrea, do rio Doce e das ruas secundárias, formando um tecido urbano irregular.

<sup>44</sup>Compreende a porção do território, expressivo de determinado tempo e lugar, que se conserva preservado ou com descaracterizações arquitetônicas que não impossibilitem a legibilidade de seu desenho urbano. Configurado pela articulação de elementos morfológicos particularizados como caminho, estrada, traçado urbano, praça, largo e edifício e vegetação, pode ser associado a trechos da cidade que merecem ser preservados. Pode apresentar, ou não, uma edificação que se destaque por sua singularidade em um conjunto marcado pela unidade. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

Fig. 24 - Planta da Zona Central Histórica

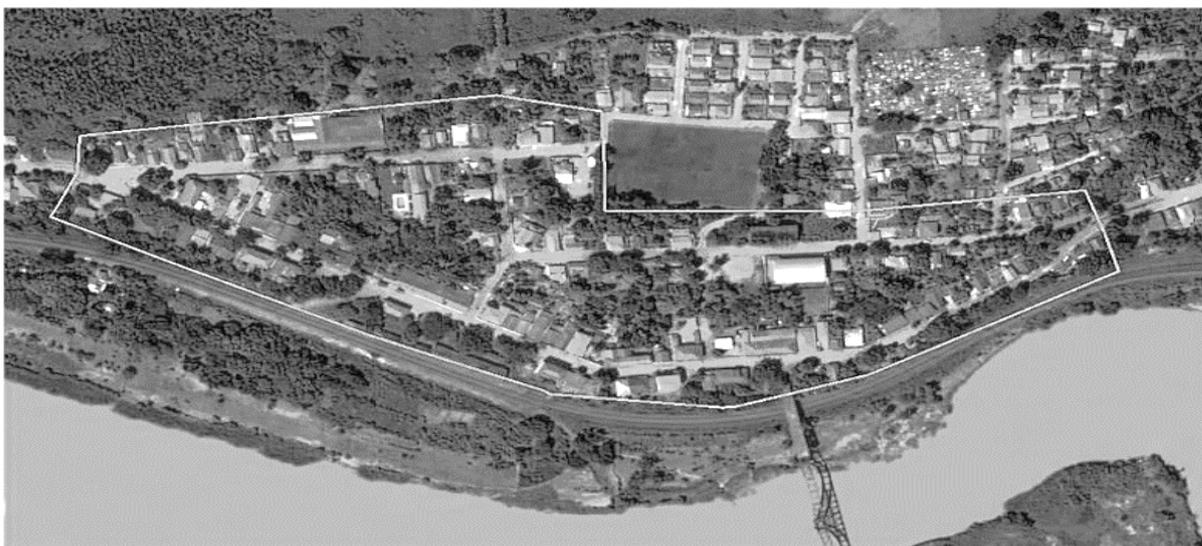


Fonte: <http://itapinaes.wixsite.com/itapina/inventario>, acesso em 02/12/2016

A ocupação da sede do distrito, em cota mais elevada em relação à margem do Rio Doce, da linha férrea e mesmo o declínio econômico, a partir da década de 1960, na segunda metade do século XX, possibilitou a preservação de uma faixa verde ao longo do núcleo urbano que, juntamente com os demais aspectos geográficos, garante a Itapina uma qualidade paisagística peculiar, dada pela integração harmoniosa entre o meio ambiente construído e o natural (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, p, 15).

A figura 25 apresenta a vista aérea de Itapina que compreende a Zona Central Histórica, representada pela linha branca e as áreas em seu entorno.

Fig. 25 - Vista aérea de Itapina – em branco Zona Central Histórica (ZCH)



Fonte: <http://itapinaes.wixsite.com/itapina/inventario>, acesso em 02/12/2016

O Sítio Histórico Urbano possui edificações de Vernacular<sup>45</sup>, de Eclética<sup>46</sup>, alguns exemplos de arquitetura Moderna<sup>47</sup> e Protomoderna<sup>48</sup>. A maioria dos edifícios possui estrutura em alvenaria, de tijolo, com acabamento em pintura ou em chapisco com telhado de duas águas aparente ou com platibanda escondendo o telhado.

Fig. 26 – Conjunto edificado segundo tipologia tradicional



Fonte: Arquivo de Renata Hermanny de Almeida, 2018

<sup>45</sup> É o tipo de arquitetura que usa técnicas tradicionais locais, além de materiais e recursos de ambiente onde se vai erguer a edificação. Esse tipo de arquitetura - diretamente relacionado com o ambiente, com a cultura e com a história de onde está inserida. (ARQUITETURA Vernacular, disponível em [www.ceap.br/material/MAT02042012171747.ppt](http://www.ceap.br/material/MAT02042012171747.ppt). Acesso em 24/03/2018)

<sup>46</sup> Corresponde ao movimento arquitetônico predominante de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, foi uma tendência dentro do academicismo, trazido pela Academia de Belas Artes – fundada no período neoclássico. É assim chamada por comportar as mais diversas interpretações do vocabulário formal dos estilos anteriores. [...] Em arquitetura, o ecleticismo é a mistura de estilos arquitetônicos passados para a criação de uma nova linguagem arquitetônica. O termo arquitetura eclética é usado em referência aos estilos que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica, entre outras. (ARQUITETURA no Brasil. <https://arqbrasil10.wordpress.com/arquitetura-ecletica/>. Acesso em 24/03/2018)

<sup>47</sup> Corresponde o conjunto de movimento e escolas arquitetônicas que vieram a caracterizar a arquitetura produzida durante grande parte do século XX (especialmente os períodos entre as décadas de 20 e 60), inserida no contexto artístico e cultural do Modernismo (ARQUITETURA Moderna. Disponível em <http://arquiteto.fala.blogspot.com.br/2011/12/arquitetura-moderna.html>. Acesso em 24/03/2018.

<sup>48</sup> Compreende a produção arquitetônica do fim do século XIX e início do século XX que prenuncia, seja pelo ideário ou pelo resultado formal, a arquitetura moderna. Entre os arquitetos protomodernos destacam-se Adolf Loos e Louis Sullivan. (LOBATO, Lucio. Arquitetura do século XIX: notas. Disponível em [www.ceap.br/material/MAT08042009172437.doc](http://www.ceap.br/material/MAT08042009172437.doc). Acesso em 24/03/2018.

Figura 27 - Edifício com platibanda que esconde o telhado



Fonte: Arquivo de Renata H. de Almeida, 2018

Figura 28: Edifício dotado de apuro formal e ornamentação eclética



Fonte: Arquivo de Renata H. de Almeida, 2018

Fig. 29 – Imóvel com característica Vernacular



Fonte: SECULT/ES (2010. p. 14)

No Sítio Histórico Urbano de Itapina há predominância de imóveis com característica Vernacular, marcada pela simplicidade das formas, uma arquitetura simples de tradição cultural local de imigração europeia e com poucos recursos para construção. Um elemento a ser destacado nas fachadas dos imóveis da rua Elisa Castigione Rosa, rua principal do Sítio Histórico, é a presença de portas na fachada principal, o que demonstra que esses imóveis possuíam caráter comercial do início de formação local

proveniente da cultura do café. Desse modo, Itapina ampliava a oferta de comércio e serviços, à medida que aumentava a produção de café em seu entorno, atendendo aos colonos do interior do distrito, dos distritos vizinhos e de municípios vizinhos na comercialização do café e na compra de mercadorias (RIBEIRO, 2005 apud SECULT/ES, 2010, p. 16). Um Sítio Histórico Urbano pode apresentar bens patrimoniais de valor histórico<sup>49</sup>, de valor de autenticidade<sup>50</sup>, de valor arquitetônico<sup>51</sup> e de valor cultural<sup>52</sup>.

Desse modo, percebe-se que a APAC de Itapina possui bens patrimoniais de valor histórico, de valor de autenticidade, de valor arquitetônico e de valor cultural identificados nas zonas de setorização do Sítio Histórico Urbano, que são: Zona de Ocupação Controlada I (ZOC I)<sup>53</sup>, Zona de Ocupação Controlada II (ZOC II)<sup>54</sup>, Zona de Expansão Urbana (ZEU)<sup>55</sup>, Zona de Diretrizes Especiais (ZOR)<sup>56</sup>, Zona de

---

<sup>49</sup> É aquele atribuído a um bem patrimonial testemunho de acontecimentos de uma determinada época e de um determinado sítio. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

<sup>50</sup> Autenticidade é aquele atribuído a um bem patrimonial que mantém viva uma memória cultural que caracteriza uma época, tendo em conta o contexto, o modo de vida e a cultura da região, a partir do respeito ao seu conceito formal, material, tecnológico ou ambiental, bem às suas transformações ao longo do tempo. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

<sup>51</sup> É aquele atribuído a um bem patrimonial cuja arquitetura manifesta, com clareza, o caráter singular pelo qual foi concebido e não tenha sido alterada ao ponto de desvirtuar seu significado de sua leitura. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

<sup>52</sup> É aquele atribuído ao patrimônio cultural das cidades, articula elementos formadores da identidade de determinado lugar, articulando o patrimônio arquitetônico, o traçado urbano, a paisagem, seus valores históricos, sociais, culturais, técnicos, formais, afetivos e as inter-relações entre eles. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 14)

<sup>53</sup> Corresponde às áreas total ou parcialmente ocupadas sobre as quais deve ocorrer um maior controle sobre as construções, restringindo-se o gabarito e o adensamento e estimulando a qualificação estética das edificações. Apresenta predominância de uso residencial e diferencia-se da Zona Central Histórica pelo período de ocupação e/ou pelas características arquitetônicas de suas edificações, as quais podem sofrer alterações diversas de uso, forma e aparência, desde que tais modificações zelem pelo diálogo harmônico com o conjunto de edificações de interesse de preservação; (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15)

<sup>54</sup> Corresponde à área de baixa densidade/ ocupação sobre a qual deve ocorrer um maior controle sobre as construções/ ocupação, restringindo-se o gabarito e o adensamento e estimulando a qualificação estética das edificações. Apresenta predominância de uso residencial e diferencia-se da Zona Central Histórica pela estrutura de uso residencial e diferencia-se da Zona Central Histórica pela estrutura fundiária e pela implantação das edificações no lote. Não serão admitidos novos parcelamentos do solo nesta Zona visando a preservação da tipologia fundiária; (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15)

<sup>55</sup> Corresponde aos vazios urbanos periféricos ao núcleo central do distrito com tendência à integração com as áreas urbanas consolidadas. As novas ocupações nas ZEU's estarão condicionadas à sua integração ambiental e cultural, tendo como premissa maior a preservação da Zona Central Histórica e da Zona de Preservação Paisagística; (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15)

<sup>56</sup> Compreende as áreas afastadas do núcleo urbano cujas diretrizes de ocupação deverão ser regidas por legislação complementar. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15)

Proteção Paisagística (ZPP), Zona de Proteção Paisagística (ZPP)<sup>57</sup>, Zona de Diretrizes Especiais (ZOR)<sup>58</sup>.

Ainda, na APAC encontra-se sob a legislação do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Doce<sup>59</sup>, que consiste em um órgão que congrega os usuários de água, os representantes da população, dos Governos Federal, Estadual e Municipal, atuantes em uma bacia, tendo como finalidade principal tratar e decidir sobre os assuntos relacionados à preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos da bacia.

E, também, sob a legislação da Estrada de Ferro Vitória Minas que, ao longo do século XX, passou por vários momentos de remodelação dentro do programa de melhoramentos da ferrovia. De acordo com Teixeira, 2013, p. 60,

[...] a iniciativa de remodelação da Ferrovia consistia em atender às necessidades econômicas do Brasil, e, sobretudo, dos países investidores, Estados Unidos e Inglaterra, a corrida para a extração e o transporte de minério propôs novo fôlego à via férrea, sendo desdobrado na consolidação dos adensamentos populacionais que se firmavam na região, especialmente, a partir da década de 1970.

Nesse sentido, segundo (RODRIGUE, acesso em 07 mai. 2018), o transporte ferroviário apresenta um baixo nível de espaço ocupado ao longo de suas linhas, mas nos terminais consomem importantes espaços, especialmente em áreas urbanas. A estrutura da rede ferroviária relaciona-se com a posse de faixas e de material circulante. As faixas são de propriedade privada ou arrendada para a operação de serviços de transporte. O material circundante consiste no transporte de grande quantidade de mercadorias e de pessoas em longas distâncias, sendo eficaz em lugares de alta densidade populacional.

Há, ainda, a presença da legislação dos órgãos responsáveis pelas rodovias que estabelecem diretrizes para os usos das terras as suas margens, pois o espaço

---

<sup>57</sup> Compreende as áreas non aedificandi do Sítio Histórico de Itapina e seu entorno destinadas à proteção da paisagem. Deverão ser incentivadas ações que visem o reflorestamento das áreas desmatadas e a preservação da vegetação nativa, dos cursos d'água, nascentes, afloramentos rochosos, fundos de vale e quaisquer outros elementos naturais. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15)

<sup>58</sup> Compreende as áreas afastadas do núcleo urbano cujas diretrizes de ocupação deverão ser regidas por legislação complementar. (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15)

<sup>59</sup> O Comitê foi criado por Decreto Federal, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 25 de janeiro de 2002, após ter sido aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). (ESCELSA, 2004, p.51)

ocupado pela rodovia é claramente definido, delimitado para seu uso exclusivo e pode ser identificado num mapa (RODRIGUE, 2013). Nesse sentido, pode-se exemplificar a Rodovia Federal BR – 259 e a Estrada Estadual ES – 164 que se fazem presente na APAC.

Assim, os instrumentos de proteção e conservação estabelecidos pela Secult /CEC de 2010 e a RESOLUÇÃO CEC/ES Nº 003/2013, aprovam o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina, Distrito de Colatina, Estado do Espírito Santo, dispõem sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da APAC, a legislação específica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e das redes de transportes, rodoviário e ferroviário, bem como as propriedades rurais, que possuem regulamentações específicas de posse e uso dessas terras, representando uma cartografia do espaço geográfico, multiterritorialidades que se constituem na paisagem da APAC, expressando uma configuração territorial, que Rogério Haesbaert, (2007, p. 341), denomina de uma territorialização como construção de uma experiência integrada do espaço, ou seja, num espaço mais na forma de territórios-rede, descontínuos, móveis espacialmente fragmentados.

### 3.3.TERRITÓRIOS DE VALORES

Como apresentado (anteriormente), a Resolução do Conselho Estadual da Cultura, de nº 003/2013 (p. 14) define os conceitos de valor de um bem patrimonial como valor histórico, o valor de autenticidade, valor arquitetônico e o valor cultural, e a setorização do Sítio Histórico Urbano de Itapina em zonas. Este zoneamento da paisagem representa a história escrita sobre ela que se modifica para acolher uma nova atualidade. Concorda-se com a ideia de Milton Santos (2014, p. 81) de que é o valor atribuído a cada fração da paisagem pela vida, que metamorfoseia a paisagem em espaço, que permite a seletividade da espacialização. Mas o que é um valor? Segundo Frondizi (1971, apud Pereira, 2012, p. 21) o valor consiste novo gênero investigado no campo teórico da axiologia, do século XIX, e aprofundado no século XX, a partir dos conceitos de justiça, bondade, beleza dentre outros. Os valores, portanto, não existem em si mesmos, uma vez que necessitam da materialização, de suportes e se

apresentam como qualidades dos objetos que os “corporificam”. Os valores são, também, irrealis<sup>60</sup>, à medida que não se constituem em uma extensão ou parte do objeto que os materializa (FRONDIZI, 1971 apud PEREIRA, 2012, p. 21).

Com efeito, não se pode abordar a questão do valor desconsiderando as atuais e possíveis valorações, visto que os valores dependem das valorações, que não são universais e nem absolutos (PEREIRA, 2012, p. 21). Risieri Frondizi advoga que a subjetividade do tema se encontra na apreensão dos valores, e que o valor existe antes de ser apreendido (FRONDIZI, 1971, apud PEREIRA, 2012, p. 21). Frondizi chega à conclusão de que é impossível penetrar no próprio ser dos objetos, eliminando a pessoa que os percebe e, por isso, afirma: “(...) devemos resignar-nos a descobrir a natureza dos objetos de acordo com a relação que nós levamos a estes” (FRONDIZI, 1971, apud PEREIRA, 2012, p. 21).

Mediante ao exposto, a percepção difere de acordo com a relação estabelecida entre quem percebe e o objeto percebido. Do mesmo modo, são as visões de mundo e a bagagem cultural das pessoas que permitem a construção de relações diferentes, que se modificam constantemente, permitindo novas abordagens e valorações. Assim, um único objeto é percebido de inúmeras maneiras pelos vários observadores que, por sua vez, estão em processo contínuo de construção e reconstrução da relação que mantêm com tais objetos (PEREIRA, 2012, p. 21).

Nesse sentido, propôs-se a um grupo de pessoas<sup>61</sup> atribuir valor a territórios na Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina. Os territórios correspondem a objetos, a eventos, a construções, a elementos da paisagem, que foram elencados ao longo da pesquisa teórica. Cada pessoa que respondeu ao questionário atribuiu um valor entre 1 e 10 para o território, num total de 21 questões de opinião. Participaram da pesquisa 83 pessoas que possuem faixas de idade diferentes, e, conseqüentemente, percepções diferentes. O questionário foi elaborado no Google formulários, sendo que sua aplicação ocorreu na forma impressa e online. Importante lembrar que os resultados expressam as opiniões e vivências das pessoas consultadas, e que, não

---

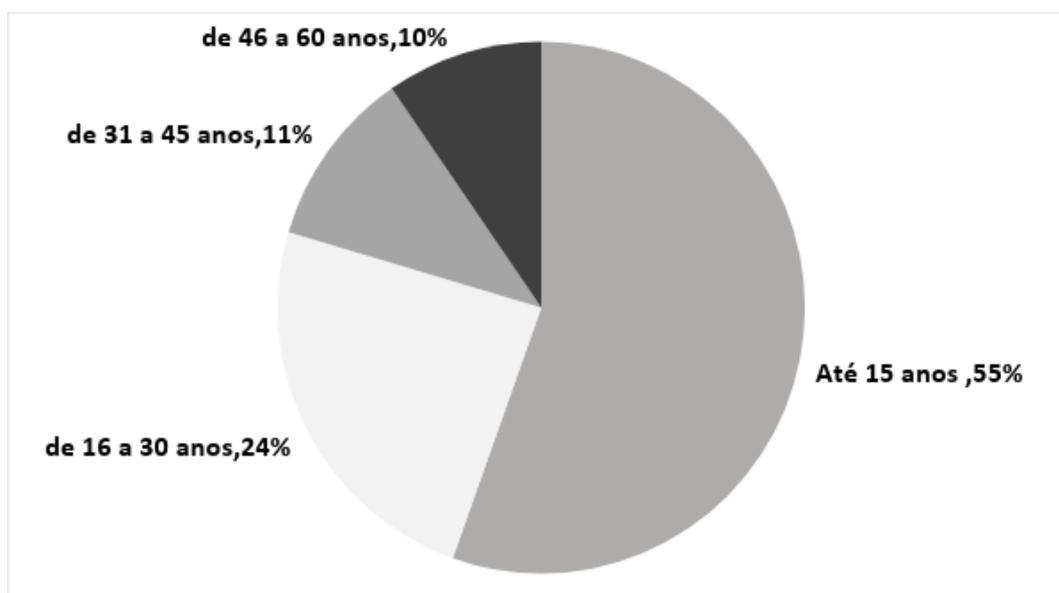
<sup>60</sup> Segundo Minidicionário Soares Amora (2010, p. 402) o significado de irreal pode ser atribuído a imaginário, fictício.

<sup>61</sup> Os critérios para o estabelecimento do número e da escolha dos participantes se deu pela acessibilidade e da facilidade ao grupo de pessoas.

são necessariamente, as opiniões da comunidade de Itapina. As repostas dizem respeito a um grupo que pode não ser representativo, sendo assim, os resultados não podem ser generalizadas.

O total de participantes da pesquisa é composto por quatro grupos de faixas de idade, até 15 anos<sup>62</sup>, de 16 a 30 anos, de 31 a 45 anos e de 46 a 60 anos, constituídos de estudantes, professores, gestores<sup>63</sup>, equipe de serviços gerais<sup>64</sup> da EMEF “Maria Ortiz”. O grupo de entrevistados de idade de até 15 anos compreende os estudantes de 8º e 9º ano. Entre a faixa de idade 16 a 30 anos, a faixa de 31 a 45 anos e 46 a 60 anos corresponde ao grupo dos professores, gestores, a equipe de funcionários de serviços gerais, e também, os estudantes<sup>65</sup> que integraram a pesquisa do Inventário Participativo do Museu Virginia Tamanini. Vale ressaltar que muitos dos entrevistados são moradores de Itapina, outros moram na zona rural, e também em Colatina e Baixo Guandu, lugares que possuem uma relação de proximidade de Itapina

Gráfico 3 – Participantes da pesquisa territórios de valores de Itapina



Fonte: Produzido pela autora, 2018

<sup>62</sup> Este grupo é composto por estudantes, com idade mínima de 13 anos.

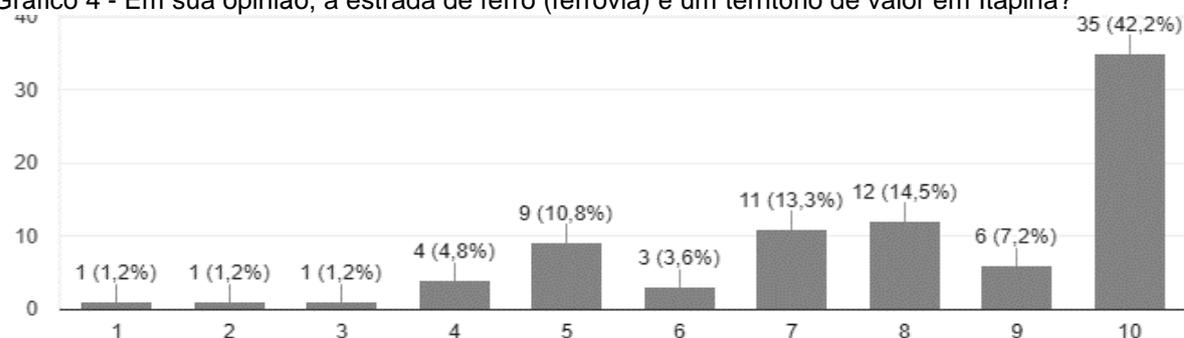
<sup>63</sup> Os professores e gestores se encontram entre as faixas de 16 a 30 anos, 31 a 45 anos e 46 a 60 anos. Alguns deles são moradores de Colatina e Baixo Guandu, outros residem em Itapina.

<sup>64</sup> Este grupo possui pessoas que se encontram nas faixas de idade entre 16 a 60 anos.

<sup>65</sup> Estudantes dos Cursos de Geografia e História da Faculdade Castelo Branco.

Pode-se observar no gráfico que 42,2 % das pessoas que participaram da pesquisa atribuíram valor máximo a estrada de ferro (ferrovia); 21,7 % atribuíram o valor de 8 e 9. A ferrovia beneficiou a formação do núcleo urbano de Itapina, permitindo ser um importante entreposto comercial, ligando-o diretamente à capital, Vitória. Na memória da maioria das pessoas, a estrada de ferro, ou seja, a ferrovia, é um território de valor histórico que, no passado, promoveu o transporte do café, da madeira e outras mercadorias. Hoje, continua promovendo o transporte, do minério de ferro, do Vale do Aço aos portos em Vitória e de passageiros entre Itapina e outras cidades em direção a Vitória/ES ou em direção à Belo Horizonte/MG.

Gráfico 4 - Em sua opinião, a estrada de ferro (ferrovia) é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

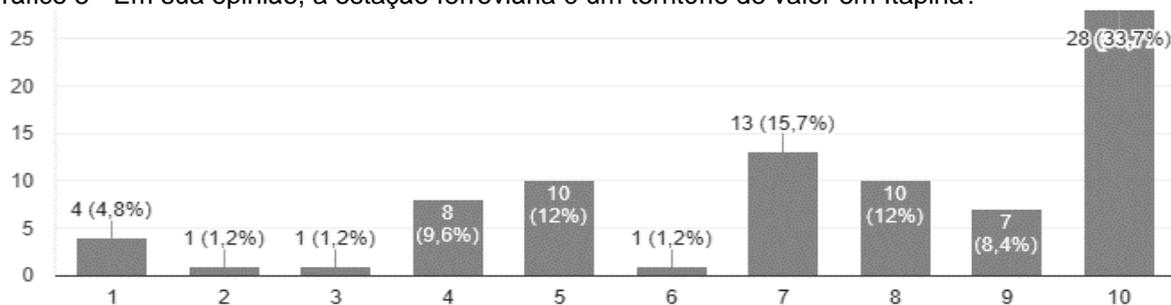
Fig. 30 – Estrada de ferro Vitória Minas em Itapina



Fonte: Arquivo da autora, 2014

O gráfico 5 representa os valores atribuídos a antiga estação ferroviária de Itapina pelo grupo de 83 pessoas que responderam o questionário. Desse total, 33,7% atribuíram o valor máximo, e 20,4 % atribuíram o valor de 8 e 9. Mas, também, houve atribuição de valor entre 4 e 5. Como apresentado anteriormente, a atribuição de um valor depende da percepção que se tem do objeto percebido. A estação ferroviária foi inaugurada em 1919 e, pelo tamanho da edificação, é possível mensurar sua importância no núcleo urbano de Itapina. Trata-se de uma “construção simples, a estação, com um grande galpão fazendo parte do seu corpo principal. Telhado em duas águas, prolongado e sustentado por mãos francesas de madeira para cobrir parte da plataforma” (SILVEIRA, 2016, p. 8).

Gráfico 5 - Em sua opinião, a estação ferroviária é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

A estação ferroviária é um território de valor histórico, de autenticidade, arquitetônico, técnico e cultural, localizada na Zona Central Histórica, porção do território expressiva do período de ocupação e prosperidade econômica de Itapina.

Fig. 31 – Arquitetura ferroviária – Antiga Estação de Itapina



Fonte: Arquivo da autora, 2017

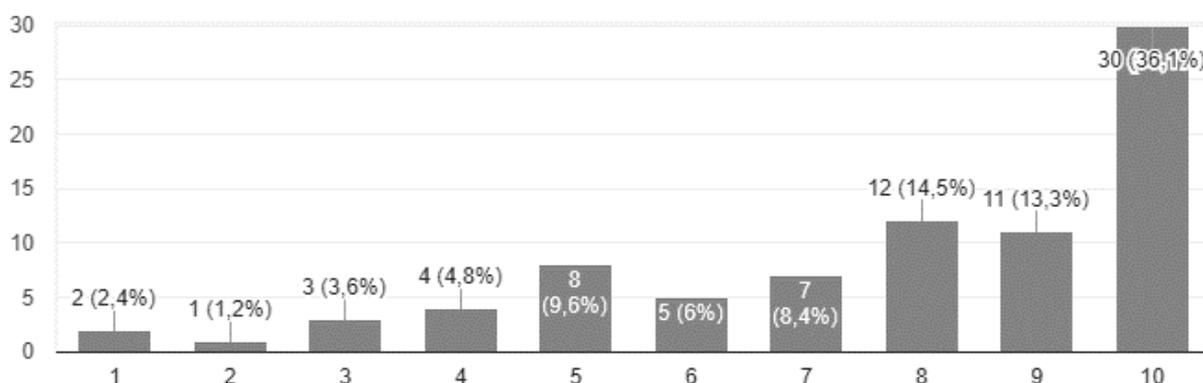
Fig. 32 – Atual plataforma de Itapina – embarque e desembarque



Fonte: Arquivo da autora, 2017

O território rodoviário constitui-se um território funcional e simbólico, permite a comunicação e a mobilidade de pessoas e mercadorias. Sua dinamicidade dá vida ao território. Pode-se observar que, entre as pessoas que responderam ao questionário, 36,1 % atribuíram o valor máximo para as estradas e rodovia, e 27,8 % atribuíram o valor entre 8 e 9, o que demonstra a importância das estradas e rodovias para a dinâmica da vida e da economia de um lugar. As estradas e a rodovias são um território de valor, histórico, social, técnico e de integração

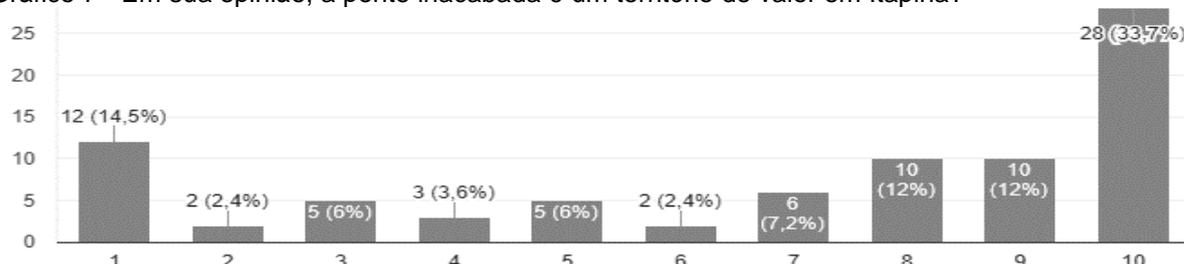
Gráfico 6 - Em sua opinião, as estradas e a rodovia são um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

De acordo com os resultados obtidos, a pergunta “se a ponte inacabada constitui um território de valor”, 33,7% atribuíram valor máximo à construção. Percebe-se, que 12% atribuíram o valor 8, e 12% atribuíram o valor 9. Também, foram atribuídos o valor mínimo, um total de 14,5%, os percentuais restantes, uma soma de 12%, atribuíram valores entre 2 e 5. Há na memória dos participantes uma percepção diferenciada quanto a ponte. Provavelmente, na memória dos que atribuíram valor igual ou inferior a 5, a ponte tem uma função de ligação, de unir margens e assim permitir que a vida tenha uma dinamicidade de maior agilidade, porém, a ponte não se liga a nada, por isso, do ponto de vista social e econômico, não tem valor. Já, na memória dos que atribuíram valor igual ou superior a 8, a ponte possui valor histórico por ter feito parte do momento em que o distrito esteve no auge, por representar uma época da visita de um candidato à presidência do Brasil, Juscelino Kubistcheck. Como exposto, a não conclusão da ponte teve um caráter político, contribuindo, junto com outros fatores, para a decadência econômica do Núcleo Urbano. Atualmente, a ponte integra a paisagem do Sítio Histórico de Itapina.

Gráfico 7 - Em sua opinião, a ponte inacabada é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

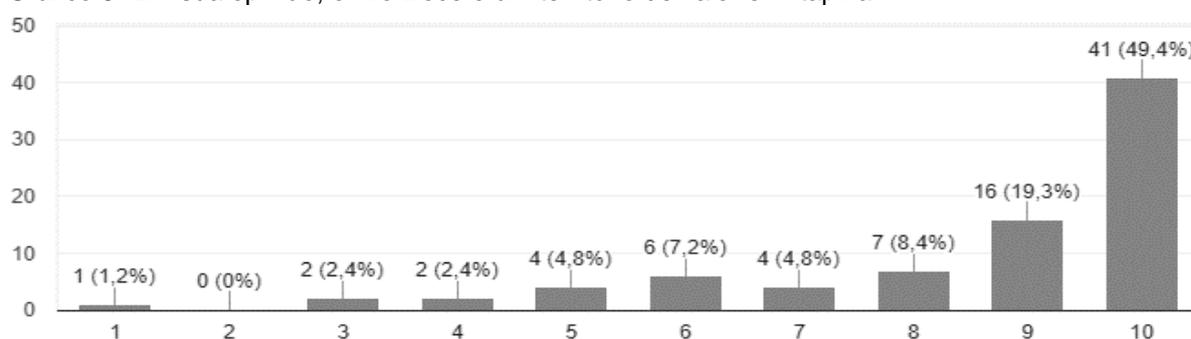
Fig. 33 – Ponte inacabada de Itapina



Fonte: Projeto Clicar, nº 107, 2016

Os resultados demonstram que a população que respondeu ao questionário atribuiu valor máximo ao Rio Doce, por ser um território de valor, ou seja, 49,4%. 19,3% atribuíram o valor 9; 8,4% atribuíram o valor 8. Considerando a soma das três maiores atribuições percebe-se a importância do rio para a população de Itapina. O Rio Doce é um território valoroso, que contribuiu para o desbravamento do vale que recebe seu nome. Por meio da navegação, promoveu o desenvolvimento econômico das áreas do Leste de Minas Gerais e oeste espiritosantense escoando café, madeira e outros produtos até Regência, na foz do Rio Doce. O rio foi testemunha da ocupação de um vale, do genocídio das populações indígenas, da exploração da floresta, da expansão da agropecuária, da exploração do minério de ferro e de grandes enchentes. Suas águas promoveram a atividade pesqueira, a cata do ouro e o abastecimento de água. Recentemente, também experimentou um mar de lama de rejeito, considerado o maior desastre ambiental do país. Mesmo com todo o impacto que sofreu, o Rio Doce é considerado um território de valor histórico, social, ambiental, emocional e de autenticidade pela população de Itapina.

Gráfico 8 - Em sua opinião, o Rio Doce é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

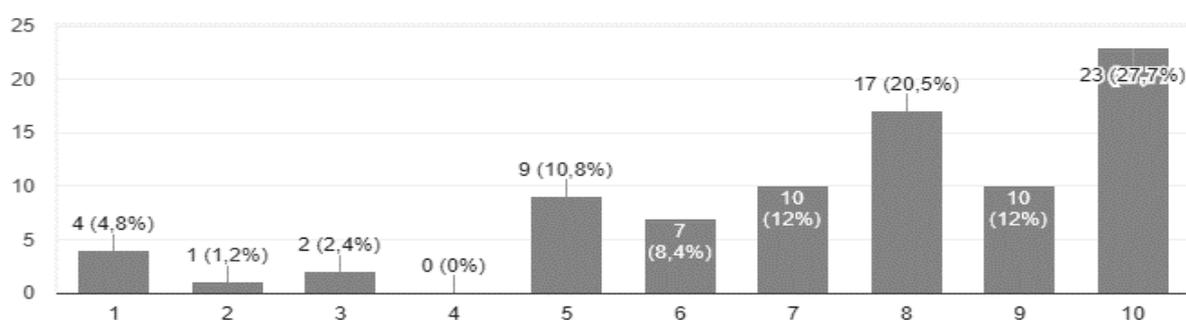
Fig. 34 – Vista do Rio Doce a partir da ponte inacabada



Fonte: Arquivo da autora, 2013.

O gráfico 9, traz a atribuição de um território de valor para o Museu Histórico Municipal Virgínia Tamanini aparece no resultado da pesquisa com 27,7% das pessoas atribuindo o valor máximo, 12% atribuíram o valor 9, 20,5% das pessoas atribuindo o valor entre 8, 12% atribuíram valor 7, 8,4% atribuíram valor 6 e 10,8% atribuíram o valor 5.

Gráfico 9 - Em sua opinião, o Museu Histórico Municipal Virgínia Tamanini é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Percebe-se atribuições de valores bem diferentes de acordo com a percepção e a expectativa da população em relação ao museu. O Museu Histórico Municipal Virgínia Tamanini tem como missão preservar, pesquisar, expor e proteger o legado de Virgínia Tamanini, bem como o patrimônio histórico/cultural de Itapina, promovendo a inclusão em diversas atividades de interesse da comunidade local, interagindo com o público em geral. Porém, o que foi percebido e observado a reforma do casarão, mas não se consolidou o objetivo a qual foi destinado. O casarão passou por reforma e restauração, obra realizada em parceria pela Secult e pela Prefeitura Municipal de Colatina.

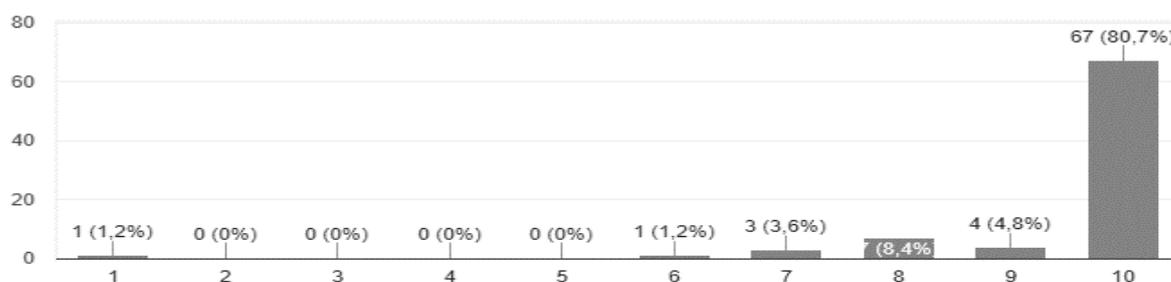
Fig. 35 – Casarão que pertencia a Família Tamanini – atual Museu Histórico Municipal Virgínia Tamanini, em Itapina



Fonte: Projeto Clicar, nº 75, 2016

A população de 80,7% que respondeu ao questionário atribuiu a Escola Maria Ortiz, (gráfico 10), valor máximo; 4,8% atribuíram valor entre 9 e 8,4 % atribuíram valor 8. Isso demonstra o quanto uma escola é um território de valor no Núcleo Urbano de Itapina.

Gráfico 10 - Em sua opinião, a Escola Maria Ortiz é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 201

A Escola “Maria Ortiz” foi criada por meio do Decreto nº 13.273, de 11 de fevereiro de 1942, com o nome de Grupo Escolar “Maria Ortiz”. A escola não recebeu o nome do distrito, nem de alguma localidade circunvizinha por ter obedecido a lei em vigor da época que estabelecia que as escolas ou instituições públicas deveriam fazer homenagem póstuma a algum vulto distrital, municipal ou estadual. Como na região não havia nenhum cidadão a ser homenageado, foi escolhida a heroína Maria Ortiz para a denominação da escola. Atualmente, a escola é administrada pelo município de Colatina e recebe estudantes de Itapina e das localidades vizinhas.

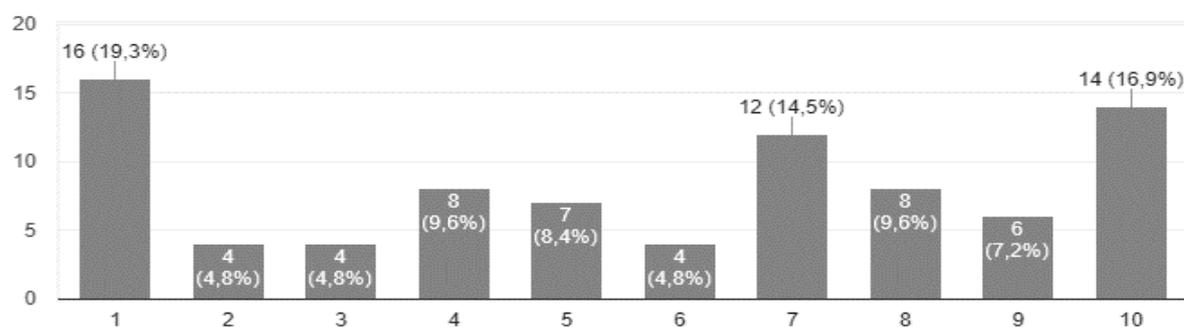
Figura 36 – Escola Maria Ortiz em Itapina



Fonte: Projeto Clicar nº 96, 2016

O resultado da pesquisa apresentado no gráfico 11, demonstra diferentes formas de perceber um território de valor. Para os que atribuíram valor igual ou superior a 6, o valor atribuído é histórico, mas os que atribuíram valor igual ou menor que 5, o valor atribuído é funcional. Como o antigo hospital está desativado não é considerado por quase a metade de quem respondeu ao questionário um território de valor.

Gráfico 11 - Em sua opinião, o antigo hospital de Itapina é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

O casarão onde se situava o antigo hospital chamava-se Casa de Saúde Santa Marta, encontra-se localizada na Zona Central Histórica, possuindo um valor histórico, um valor de autenticidade e um valor cultural, caracterizando uma época, tendo em conta o contexto, o modo de vida e a cultura da região. A Casa de Saúde Santa Marta foi fundada em 1952 pelo médico Dr. Jacimar Dalla Fontes. Atendia pacientes

provenientes de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e de vários municípios capixabas. Atualmente, a Casa de Saúde encontra-se desativada.

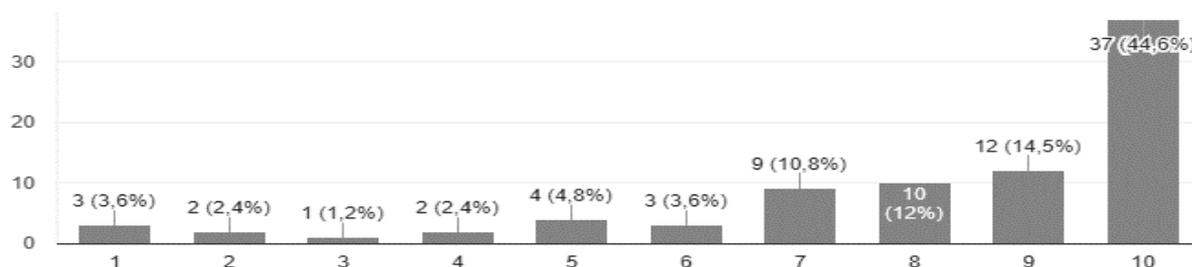
Fig. 37 – Casarão da antiga Casa de Saúde Santa Marta em Itapina



Fonte: Arquivo Tiara Altoé, 2014.

Conforme os dados registrados no gráfico 12, os eventos religiosos (festas e procissões) sempre se fizeram presente na vida da população do Núcleo Urbano de Itapina. Pode-se observar que 44,6% atribuíram o valor máximo, 14,5% atribuíram valor 9, 12% atribuíram valor 8, 10,8% atribuíram valor 7, demonstrando a religiosidade constitui um elemento importante para quem respondeu ao questionário, pode-se perceber que atribuem aos eventos religiosos um valor histórico, cultural, espiritual e de autenticidade da localidade.

Gráfico 12 - Em sua opinião, os eventos religiosos (festas e procissões) é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Nos registros da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, há relatos de festividades ligados ao ano da Igreja, tais como, novena, missa campal, presépio vivo, missa dos pobres e romarias.

Fig. 38 – Procissão da Igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Perpétuo Socorro em Itapina



Fonte: Projeto Clicar nº 116, 2016

Estes registros observados, pertencem à Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada em Itapina, sob a guarda da Cúria Diocesana de Colatina. Segundo documentos, Itapina, foi elevada a paróquia em 1952, fazendo parte da Área Pastoral Linha Ita até 1982. Esta área corresponde aos municípios de Itaguaçu, Itarana Itapina e Afonso Cláudio. Constam nos registros que as capelas ligadas a matriz de Itapina, em 31 de julho de 1965, são: Capela de N<sup>a</sup> Senhora de Lourdes – Nova Brianza; Capela de Santo Antônio de Pádu; Capela de Santa Terezinha; Capela de São João Grande (Batista); Capela de Porto Belo; Capela Santo Agostinho (Córrego São Julião); Capela de São João Batista. Estes registros foram feitos pelo Vigário Geraldo de Barros. Também, está nos registros a delimitação da Paróquia de Itapina e o relatório da mudança da pertença da Área Pastoral Linha Ita, em 1982. Em 1990, com a criação da Diocese de Colatina, a comunidade de Itapina, denominada Santo Antônio, passou a integrar a Paróquia de Nossa Senhora da Penha, no Bairro Honório Fraga pertencente à Área Pastoral de Colatina.

Fig. 39 - Igreja de Santo Antônio

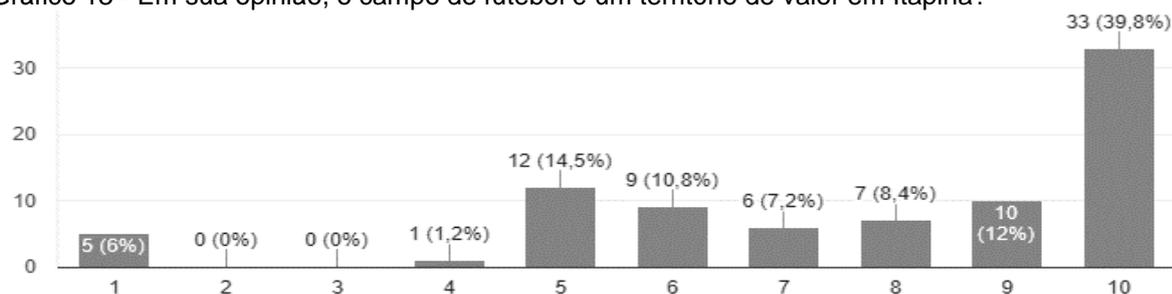


Fonte: Arquivo da autora, 2017

A Igreja de Santo Antônio foi restaurada em 2017. Os recursos para a obra foram obtidos a partir de edital da SECULT.

A prática esportiva ajuda a desenvolver habilidades físicas e motoras, favorece as regras de convivência, e reduz os riscos de vulnerabilidade dos jovens. De acordo com as respostas obtidas no questionário, o campo de futebol é um território de valor. No gráfico 13, 39,8% atribuíram valor máximo; 12% atribuíram o valor 9, 8,4% atribuíram valor 8, 7,2% atribuíram valor 7, 10,8% atribuíram valor 6 e 14,5% atribuíram valor 12. Há registros fotográficos que mostram o quanto o campo de futebol uniu pessoas em torno do esporte, tornando-o um lugar de valor histórico, social e cultural.

Gráfico 13 - Em sua opinião, o campo de futebol é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Na sequência há uma coletânea de registros fotográficos que marcam a história do futebol e dos times de futebol presentes em Itapina. O campo de futebol de Itapina encontra-se localizado na Zona de Ocupação Controlada I, conforme descrito (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013 p. 15).

Fig. 40– Coletânea de fotografias dos times do Itapinense Esporte Clube



Fonte: Folder “A Escola “Maria Ortiz” como Patrimônio Cultural do Sítio Histórico de Itapina, em 2017.

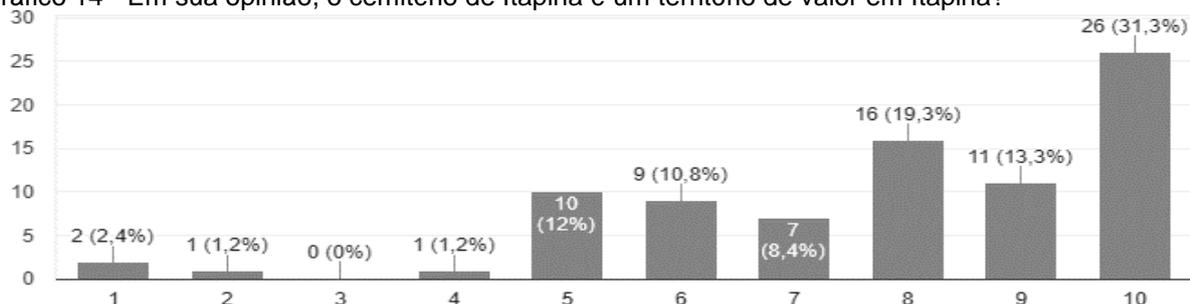
Fig. 41– Coletânea de fotografias dos times do Itapinense Esporte Clube



Fonte: Folder “A Escola Maria Ortiz como Patrimônio Cultural do Sítio Histórico de Itapina, em 2017

Os dados produzidos nesse território de valor, gráfico 14, nos dão a dimensão da importância do cemitério, e, em especial, o do Núcleo Urbano de Itapina. 31,3 atribuiu valor máximo, 13,3 % atribuíram o valor 9, 19,3% atribuíram valor 8, 8,4% atribuíram valor 7, 10,8 % atribuíram valor 6, 12% atribuíram valor 5.

Gráfico 14 - Em sua opinião, o cemitério de Itapina é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Utilizaremos as palavras citadas por Bonnemaïson e Cambrèzy, 1996 apud Haesbaert, (2007, p. 73), que diz “pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-lo dele. Além disso, os vivos não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado”. Haesbaert, (2007, p. 73) comenta que a força simbólica das relações sociais é tamanha que o território é visto com um construtor de identidade. Desse modo, o Cemitério de Itapina, localizado na Zona de Ocupação Controlada I, é considerado pela população um território de valor simbólico-religioso, histórico, social, cultural e de autenticidade.

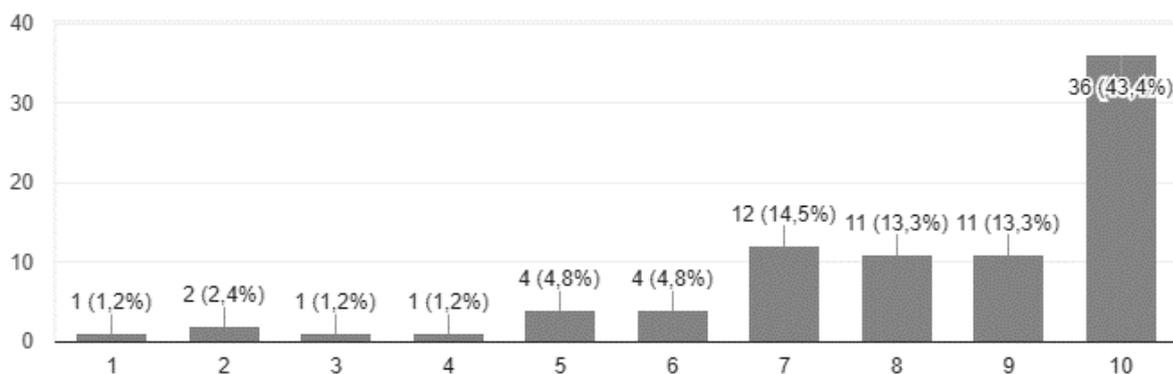
Fig. 42– Entrada principal do Cemitério de Itapina



Fonte: Projeto Clicar, nº 74, 2016

A população respondente do questionário, ou seja, 43,4% atribuiu à reserva ecológica (gráfico 15) um território de valor, 13,3% atribuíram valor 9, 13,3% atribuíram valor 8, 14,5% atribuíram valor 7. A área que compreende a Reserva Ecológica encontra-se na Área de Preservação Ambiental e Paisagística do Sítio Histórico de Itapina, um território de valor ambiental, social, cultural e histórico, fonte de vida para a população itapinense, pois é fornecedora de água para o abastecimento do Núcleo Urbano.

Gráfico 15 - Em opinião, a reserva ecológica é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Fig. 43– Reserva Ecológica de Itapina



Fonte: Google Maps, 2018.

Fig.44– Fonte de água natural da Reserva Ecológica

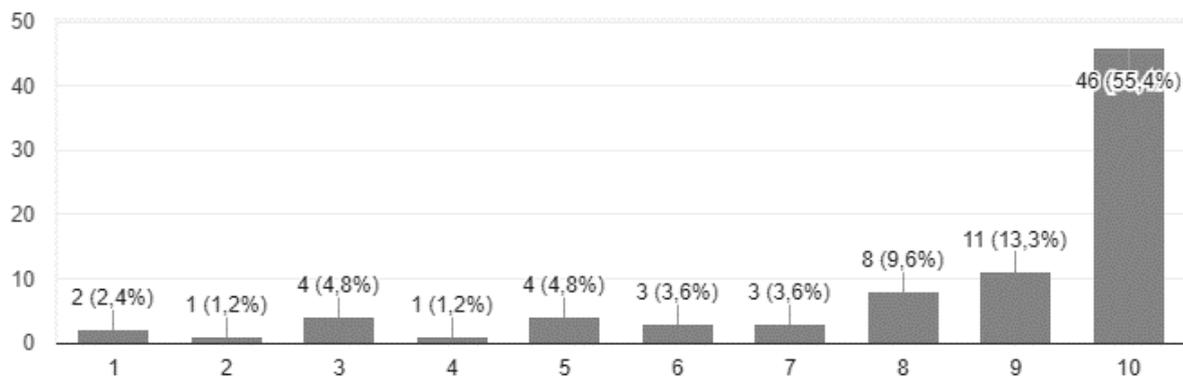


Fonte: Projeto Clicar, nº 82, 2016

Os resultados apresentados no gráfico 16, apontam o pôr do sol um elemento de valor na paisagem de Itapina. 55,4% atribuíram valor máximo, 13,3% atribuíram valor 9, 9,6% atribuíram valor 8, 3,6% atribuíram valor 7, 3,6% atribuíram valor 6 e 4,8 %

atribuíram valor 5. O Pôr do sol nesse trecho do Vale do rio Doce é de rara beleza, considerado pelos observadores como um dos mais belos do Brasil.

Gráfico 16 - Em sua opinião, o pôr do sol é um elemento de valor na paisagem de Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Fig. 45 – Pôr do Sol em Itapina

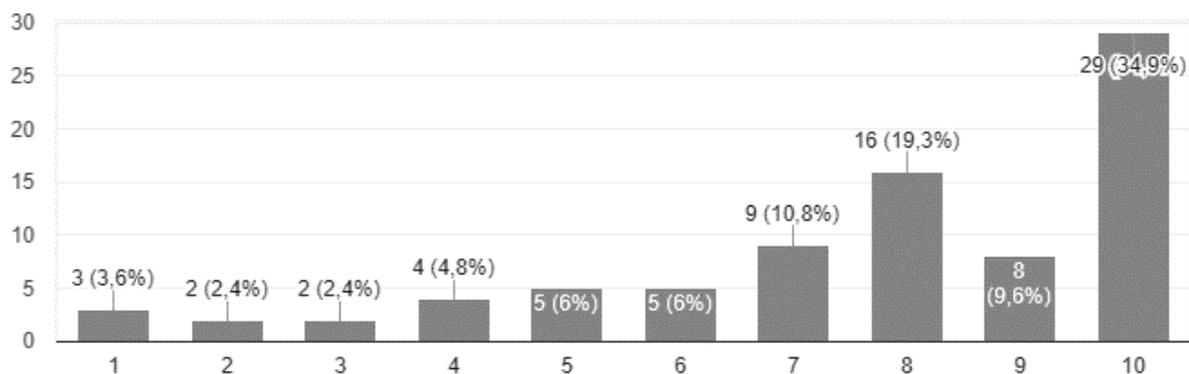


Fonte: Fotografia de Daniel Filgueiras. Disponível em <http://www.flickrriver.com/places/Brazil/Espirito+Santo/Itapina/search/> acesso em 24/01/2018.

A arquitetura das construções, as casas, casarões, ponto de comércio, entre outros, constituem edificações com característica Vernacular, passando pela Eclética, alguns exemplos de arquitetura Moderna e Protomoderna. Observe os resultados obtidos no questionário (gráfico 17). 34,9% das pessoas atribuíram valor máximo, e 9,6%

atribuíram um valor 9, 19, 3 % atribuíram valor 8, 10,8% atribuíram valor 7, 6% atribuíram valor 6 e 5.

Gráfico 17 - Em sua opinião, a arquitetura das construções é um território de valor em Itapina?

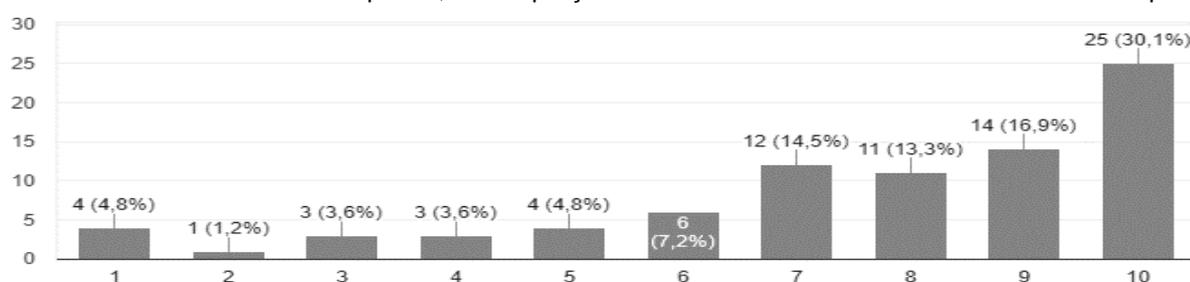


Fonte: Produzido pela autora, 2018

É possível perceber que o processo de tombamento, para os que responderam essa pergunta do questionário, a arquitetura reflete um elemento importante no Sítio Histórico de Itapina do ponto de vista cultural, histórico, social e econômico.

O gráfico 18 traz o valor atribuído para as praças na APAC. As praças constituem um território coletivo de convivência, de encontros, de histórias, de brincadeiras. 30,1% atribuíram o valor máximo, e 16,9% atribuíram um valor 9, 13,3% atribuíram valor 8, 14,5% atribuíram valor 7, 7,2% atribuíram valor 6, 4,8% atribuíram valor 5. As praças têm valor histórico, social, cultural e estético para as pessoas que responderam ao questionário demonstrando a importância das praças em pequenas localizadas de interior, como é o caso de Itapina.

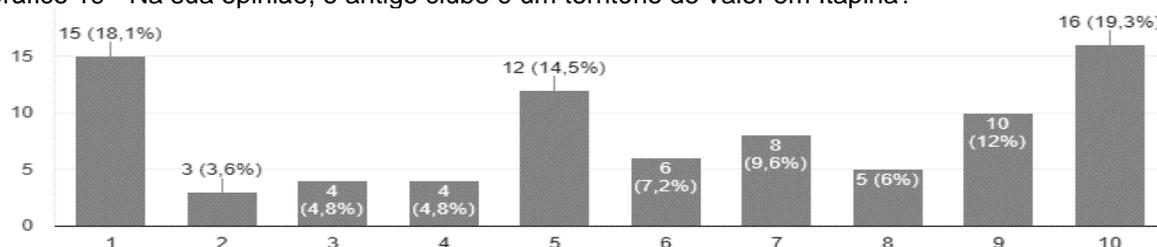
Gráfico 18 - Em sua opinião, as praças são um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

O gráfico 19 traz os resultados referente a pergunta relacionada ao antigo clube de Itapina. Apesar da não mais existência física do Clube, 19,3% atribuíram valor máximo, 12% atribuíram valor 9, 6% atribuíram valor 8, 9,6% atribuíram valor 7, 7,2% atribuíram valor 6, 14,5% atribuíram valor 5. Também podemos perceber que 18,1% atribuíram valor 1, 3,6% atribuíram valor 2, 4,8% atribuíram valor 3 e 4. É possível perceber que na memória de quem respondeu ao questionário, o clube era um território de valor.

Gráfico 19 - Na sua opinião, o antigo clube é um território de valor em Itapina?

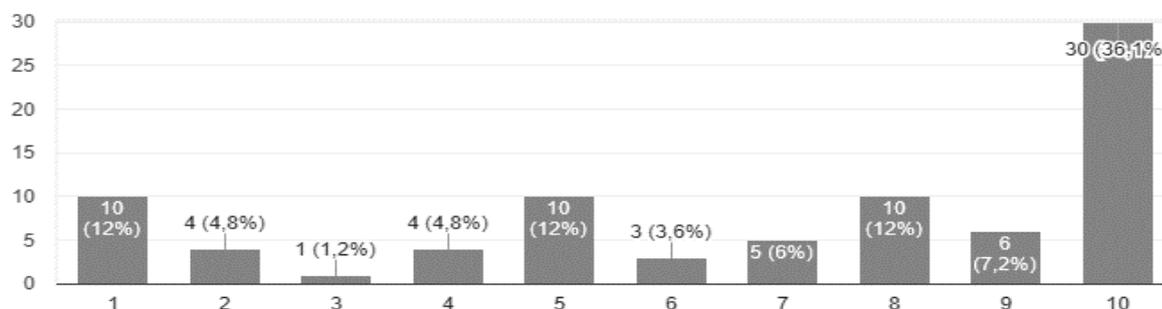


Fonte: Produzido pela autora, 2018

O clube, chamado de antigo, pois foi demolido pela Prefeitura Municipal de Colatina, era a sede Itapinense Esporte Clube, local dos encontros, dos bailes, das festas, dos blocos de carnaval, entre outros.

O gráfico 20, traz os resultados para a estrutura de quem pratica esportes. As trilhas existentes na Área de Preservação Ambiental e Paisagística do Sítio Histórico de Itapina são um território de valor ambiental, de lazer, cultural e social. Pode-se observar que 53,3% da população que respondeu ao questionário considera as trilhas de bike ou de moto um território de valor.

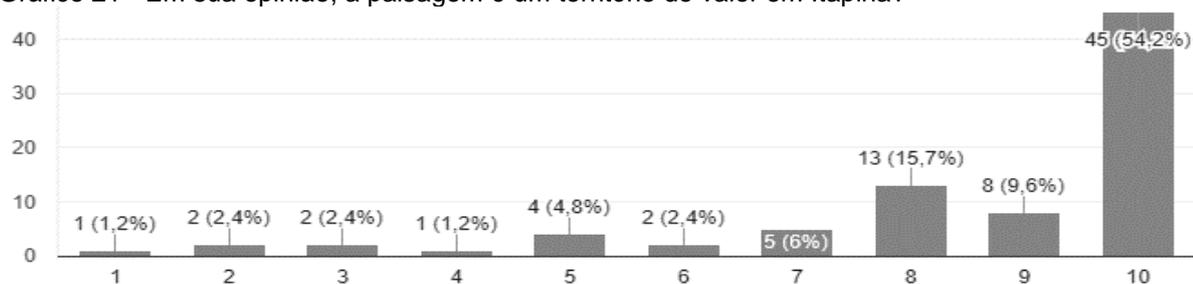
Gráfico 20 - Em sua opinião, as trilhas de bike ou de moto são um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

O gráfico 21, apresenta as respostas para a pergunta referente a paisagem como um território de valor. Nessa perspectiva, 54,2% atribuíram o valor máximo a paisagem, 9,6% atribuíram valor 9, 15,7% atribuíram valor 8, 6% atribuíram valor 7. A afirmação desses valores demonstram a importância da paisagem que constitui um território de valor, histórico, social, cultural e ambiental, que se encontra na Área de Preservação Ambiental e Paisagística do Sítio Histórico de Itapina.

Gráfico 21 - Em sua opinião, a paisagem é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

A paisagem do Sítio Histórico de Itapina registra a imponência de elementos e a forte relação do núcleo urbano de Itapina com a geomorfologia, os terraços fluviais, os mares de morros e o Rio Doce. Sua preservação constitui-se de fundamental relevância para a identidade do Sítio Histórico.

Fig. 46– Paisagem de Itapina



Fonte: Projeto Clicar, nº 97, 2016

Fig. 47– Paisagem de Itapina

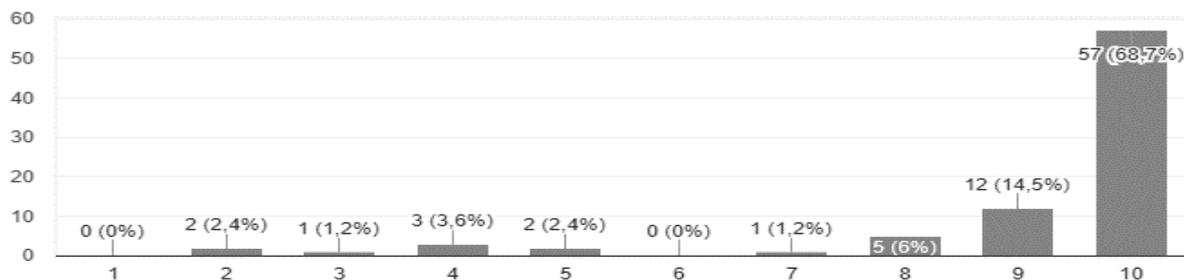


Fonte: Projeto Clicar, nº 80, 2016.

O Festival Nacional de Viola foi criado, em 2007, pela Secretaria de Cultura de Colatina, com os seguintes objetivos gerais: a) resgatar a cultura da viola caipira (instrumento de dez cordas); b) incrementar o turismo, o lazer e o comércio de uma forma geral; c) dar visibilidade aos músicos, bandas e compositores para sua inserção no circuito comercial das gravadoras. Traz, ainda, como objetivos específicos: a) promover a inserção de produtos do agroturismo no mercado, oportunizando a realização de novos negócios; b) estimular a troca de experiência entre produtores rurais e atores da sociedade; c) estimular a formação de parcerias que contribuam para o desenvolvimento das práticas do turismo no espaço rural; d) melhorar a qualidade de vida da comunidade local; d) gerar tributos para o município por meio do turismo; e) promover o intercâmbio cultural; f) fortalecer a cultura da cooperação e a forma de atuação conjunta dos empreendimentos rurais e municípios da região Doces Pontões Capixaba; g) capacitar a comunidade para receber visitantes no evento e para a comercialização da agroindústria.

Segundo a Secretaria de Cultura de Colatina, o festival, chegou a receber 10 mil pessoas. Em 2017, o Fenaviola não foi realizado pela Prefeitura Municipal de Colatina. De acordo com as pessoas que responderam ao questionário, a partir de 2017, o Fenaviola não mais aconteceu, por decisão da gestão administrativa do município de Colatina. Observe no gráfico 22, o resultado da pesquisa.

Gráfico 22 - Em sua opinião, o Fenaviola é um território de valor em Itapina?

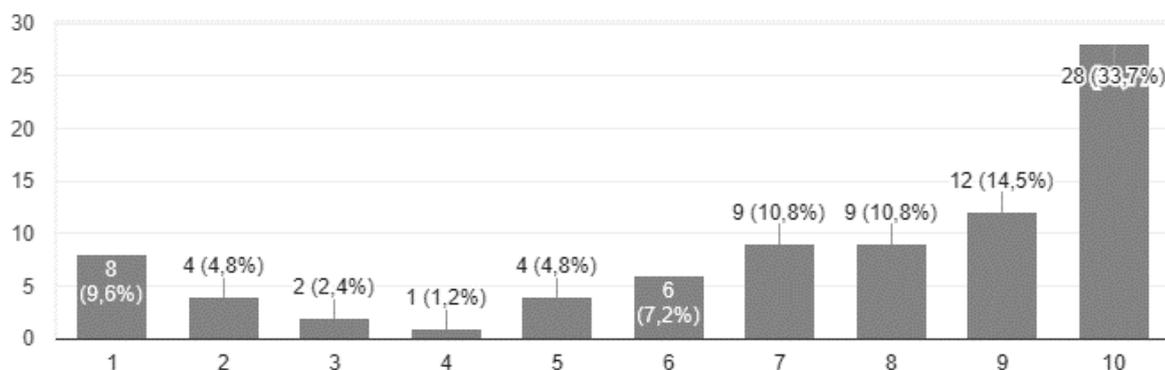


Fonte: Produzido pela autora, 2018

Diante do exposto no gráfico, 68,7% atribuíram valor máximo ao Fenaviola, 14,5% atribuíram um valor 9, 6% atribuíram valor 8, somando ao todo 82,2%, demonstrando que o Fenaviola é um território de valor, cultural, social e econômico para a comunidade do Sítio Histórico de Itapina.

O gráfico 23, traz as respostas referente ao Festival de Cultura e Gastronomia, criado para substituir o Fenaviola, que teve sua primeira edição em 2017.

Gráfico 23 - Em sua opinião, Festival de Cultura e Gastronomia é um território de valor em Itapina?



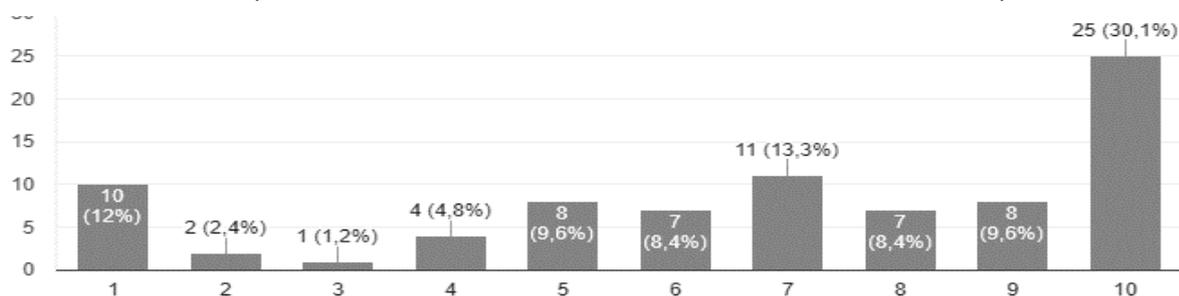
Fonte: Produzido pela autora, 2018

Desse modo, os resultados obtidos mostram que 33,7% atribuiu ao festival o valor máximo, 14,5% atribuíram valor 9, 10,8% atribuíram valor 8 e 7, demonstrando que o Festival de Cultura e Gastronomia, também, pode ser considerado um território de valor para o Sítio Histórico de Itapina, principalmente se houver continuidade do evento.

A Casa da Parteira foi construída em 1957, encontra-se localizada no sítio histórico de Itapina, tombado pelo Conselho Estadual de Cultura em 2013, meados do século XX, sendo um dos imóveis de interesse de preservação. No espaço, existe um acervo permanente de objetos e fotos que tratam da vida e obra da parteira Perina Rognoni, além de resgatar a história e memória do distrito de Itapina. A Casa tem a função social de Centro de Memória e também uma instituição responsável em orientar o processo de parto sem a necessidade de uma cesariana, ou seja, uma intervenção cirúrgica.

Pode-se observar que os resultados obtidos em relação a Casa da Parteira Perina são considerados um território de valor para os que responderam ao questionário. Veja que 30,1% atribuíram um valor máximo, a soma de 31,3% atribuíram um valor entre 7 e 9, 9,6% e 8,4% atribuíram valor 5 e 6, respectivamente. Vale destacar que 12% atribuíram valor. Desse modo as respostas permitem observar a percepção dos objetivos da Casa da Parteira Perina representados no gráfico 24.

Gráfico 24 – Em sua opinião a Casa da Parteira Perina é um território de valor em Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Fig. 48 – Parteira Perina



Fonte: Projeto Clicar, nº 108, 2016

Fig. 49 – Casa da Parteira Perina Rognoni – Itapina - ES



Fonte: Disponível em <http://mapacultural.es.gov.br/espaco/13350/>. Acesso em 24/01/2018

A Área de Proteção do Ambiente Cultural possui territórios de valor eleitos pela comunidade, conforme apresentado no quadro síntese da tabela 9. Na primeira coluna estão os territórios de valor e na segunda coluna os valores atribuídos pelos entrevistados. A escala de valores corresponde entre os números 1 e 10, sendo que 1 é a menor escala de valor e 10 é a maior escala de valor.

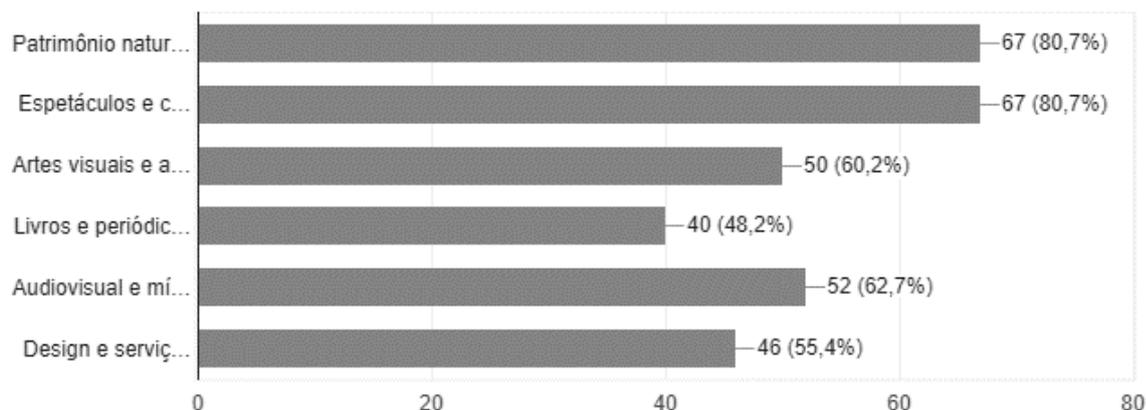
Tabela 9 – Quadro síntese da escala de valores atribuídos pelos entrevistados

Territórios de valor Escala de valores atribuídos (1 a 10)	Valores atribuídos pelos entrevistados									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Estrada de ferro (ferrovia)	1	1	1	4	9	3	11	12	6	35
Estação ferroviária	4	1	1	8	10	1	13	10	7	28
Estradas e a rodovias	2	1	3	4	8	5	7	12	11	30
Ponte inacabada	12	2	5	3	5	2	6	10	10	28
Rio Doce	1	0	2	2	4	6	4	7	16	41
Museu Histórico Municipal Virginia Tamanini	4	1	2	0	9	7	10	17	10	23
Escola “Maria Ortiz”	1	0	0	0	0	1	3	7	4	67
Antigo hospital de Itapina	16	4	4	8	7	4	12	8	6	14
Eventos religiosos (festas e procissões)	3	2	1	2	4	3	9	10	12	37
Campo de futebol	5	0	0	1	12	9	6	7	10	33
Cemitério de Itapina	2	1	0	1	10	9	7	16	11	26
Reserva ecológica	1	2	1	1	4	4	12	11	11	36
O pôr do sol	2	1	4	1	4	3	3	8	11	46
Arquitetura das construções	3	2	2	4	5	5	9	16	11	29
As praças	4	1	3	3	4	6	12	11	14	25
Antigo clube	15	3	4	4	12	6	8	5	10	16
Trilhas de bike ou de moto	10	4	1	4	10	3	5	10	6	30
A paisagem (entorno)	1	2	2	1	4	2	5	13	8	45
Fenaviola	0	1	2	3	2	0	1	5	12	57
Festival de Cultura e Gastronomia	8	4	2	1	4	6	9	9	12	28
Casa da Parteira Perina	10	2	1	4	8	7	11	7	8	25

Fonte: Produzido pela autora, 2018

O gráfico de número 25 traz o resultado da pesquisa referente a possíveis potencialidades na Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina . Nesta pergunta há a opção de responder mais de uma alternativa. As potencialidades apresentadas como opção de escolha são: patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas, design e serviços criativos. Estas potencialidades foram retiradas do Plano da Secretaria da Economia Criativa – políticas, diretrizes e ações 2011-2014.

Gráfico 25 - Que potencial tem a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina?



Fonte: Produzido pela autora, 2018

Os resultados obtidos na pesquisa apontam que 80,7% dos entrevistados percebem que a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina tem potenciais para investimentos nos setores criativos, tais como, patrimônio natural e cultural<sup>66</sup> e espetáculos e celebrações<sup>67</sup>; 60,2% percebem potenciais de investimentos no setor criativo de artes visuais e artesanato<sup>68</sup>; 48,2% percebem potenciais de investimentos no setor criativo de livros e periódicos<sup>69</sup>; 62,7% percebem potenciais de investimentos no setor criativo de audiovisual e mídias interativas<sup>70</sup>; e 55,4% percebem potenciais de investimentos no setor criativo de *design* e serviços criativos<sup>71</sup>. O que chama a atenção, quanto aos resultados, são os dois primeiros setores criativos nucleares, que obtiveram 80,7% e apresentam atividades associadas integrantes da identidade e tradição de Itapina.

O questionário busca compreender as percepções e concepções dos entrevistados, quanto ao valor que têm os objetos, as construções, os eventos e a paisagem que compõem a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina, e permite perceber que

<sup>66</sup> Esta potencialidade inclui, museus, sítios históricos e arqueológicos, paisagens culturais, patrimônio natural.

<sup>67</sup> Esta potencialidade inclui, artes de espetáculo, festas e festivais, feiras.

<sup>68</sup> Esta potencialidade inclui, pintura, escultura, fotografia, artesanato.

<sup>69</sup> Esta potencialidade inclui, livros, jornais e revistas, outros materiais impressos, bibliotecas (incluindo as virtuais), feiras do livro.

<sup>70</sup> Esta potencialidade inclui, cinema e vídeo, TV e rádio (incluindo internet), internet podcasting, videogames (incluindo onlines).

<sup>71</sup> Esta potencialidade inclui, design de moda, design gráfico, design de interiores, design paisagístico, serviços de arquitetura, serviços de publicidade.

os mais velhos valorizam mais os elementos de valor que na memória remete ao tempo em que Itapina era dinâmica no comércio, no lazer e nas atividades culturais. Ao responder as perguntas dos lugares que existiam no passado e hoje não existem mais, os mais antigos têm uma concepção de temporalidade, buscando na memória lembranças, imagens e representações do mundo. Nas respostas dos mais antigos, há um expressar mais emotivo e saudosista dos lugares que frequentavam e das atividades realizadas por eles em Itapina. Já os mais jovens percebem o valor dos elementos a partir da herança cultural e também da concepção mais dinâmica do momento presente. Nas respostas às perguntas, os mais jovens expressaram suas opiniões, assinalando a maioria das alternativas, como potencialidades a serem investidas na Área de Proteção do Ambiente Cultural, o que poderia trazer oportunidades de trabalhos (para estes na APAC), enquanto os mais antigos preferiram a alternativa relacionada a atividades associadas ao Patrimônio natural e cultural que também poderia trazer oportunidades de trabalho.

Considerando o resultado obtido na pesquisa, pode-se perceber que o Sítio Histórico de Itapina apresenta potencialidades para o desenvolvimento de políticas culturais. A UNESCO e o Ministério da Cultura estabelece setores que oportunizam a implantação da economia criativa, que se caracteriza pela abundância, pela sustentabilidade social, pela inclusão produtiva de indivíduos e comunidades. Acredita-se na possibilidade de implantar políticas culturais fundamentadas na construção de uma nova mentalidade econômica de valorização da história e da cultura local.

Dessa forma a Unesco organiza e sugere atividades que podem ser potencializadas em pequenas comunidades, como é o caso da APAC em Itapina. Observe na tabela 10, os setores criativos nucleares estão organizados na primeira coluna e as atividades relacionadas a cada núcleo na segunda coluna.

Tabela 10 - Atividades associadas aos Setores Criativos Nucleares – UNESCO (2009)

<b>Setores criativos nucleares</b>	<b>Atividades associadas</b>
A. Patrimônio natural e cultural	Museus, sítios históricos e arqueológicos, paisagens culturais, patrimônio natural
B. Espetáculos e celebrações	Artes de espetáculo, festas e festivais, feiras
C. Artes visuais e artesanato	Pintura, escultura, fotografia, artesanato
D. Livros e periódicos	Livros, jornais e revistas, outros materiais impressos bibliotecas (incluindo as virtuais) Feiras do livro
E. Audiovisual e mídias interativas	Cinema e vídeo, tv e rádio (incluindo internet), nternetpodcasting, Video-games (incluindo onlines)
F. Design e serviços criativos	Design de moda, design gráfico, design de interiores Design paisagístico, serviços de arquitetura, serviços de publicidade

Fonte: Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011–2014, 2011, p. 28

De acordo com o Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011, p. 29), a ideia principal da construção dos setores criativos nucleares consiste em criar e disponibilizar uma ferramenta que permita a organização e a comparabilidade de estatísticas nacionais e internacionais no âmbito das expressões culturais, contemplando aspectos relacionados aos modos de produção social e econômico. Desse modo, as manifestações e características culturais de um lugar podem ser desenvolvidas por meio das políticas culturais propostas pelo Plano da Secretaria da Economia Criativa<sup>72</sup> potencializando a economia local.

O Sítio Histórico Urbano de Itapina, localizado no interior da Área de Proteção do Ambiente Cultural, possui territórios apontados pela comunidade, de grande valor, conforme apresentado na pesquisa realizada. Esses territórios se apresentam ordenados numa escala de valores, o valor máximo 10, encontra-se representado na tabela 11. O resultado representado na tabela permite-nos perceber que a situação geográfica da APAC se constitui como resultado de ações de diversos territórios que mudam o significado através do tempo.

As variáveis apresentadas na tabela 11 como territórios de valor poderiam demonstrar outros resultados, de acordo com o tempo passado, presente e futuro, pois a história de um lugar é sem fim, está sempre se refazendo, num permanente devir. O que hoje, aparece na tabela como resultado é também um processo. Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e, do ponto de vista dinâmico, um processo. Numa situação em movimento, os atores não têm o mesmo ritmo, movem-se em ritmos

<sup>72</sup> De acordo com a banca é necessário que se faça uma estudo mais aprofundado em relação a proposta dos setores criativos nucleares que o plano propõe para a aplicação na APAC.

diversos. Os cortes no tempo nos dão a dimensão de um determinado momento, não captando o movimento, sendo estático, como uma fotografia, mas por trás da fotografia há uma situação de movimento. O movimento é diacrônico, dialético e contrário, e, assim, o processo é a própria história, o movimento, a luta entre contrários que se chocam e criam uma nova realidade. A tabela 11, traz exemplos de territórios que se constituíram em tempos desiguais, espacializados na APAC.

Tabela 11 – Escala de valores territoriais

<b>Territórios de valor</b>	<b>Nº de votantes</b>
Escola “Maria Ortiz”	67
Fenaviola	57
O pôr do sol	46
A paisagem (entorno)	45
Rio Doce	41
Eventos religiosos (festas e procissões)	37
Reserva ecológica	36
Estrada de ferro (ferrovia)	35
Campo de futebol	33
Estradas e a rodovias	30
Trilhas de bike ou de moto	30
Arquitetura das construções	29
Estação ferroviária	28
Ponte inacabada	28
Festival de Cultura e Gastronomia	28
Cemitério de Itapina	26
As praças	25
Casa da Parteira Perina	25
Museu Histórico Municipal Virginia Tamanini	23
Antigo clube	16
Antigo hospital de Itapina	14

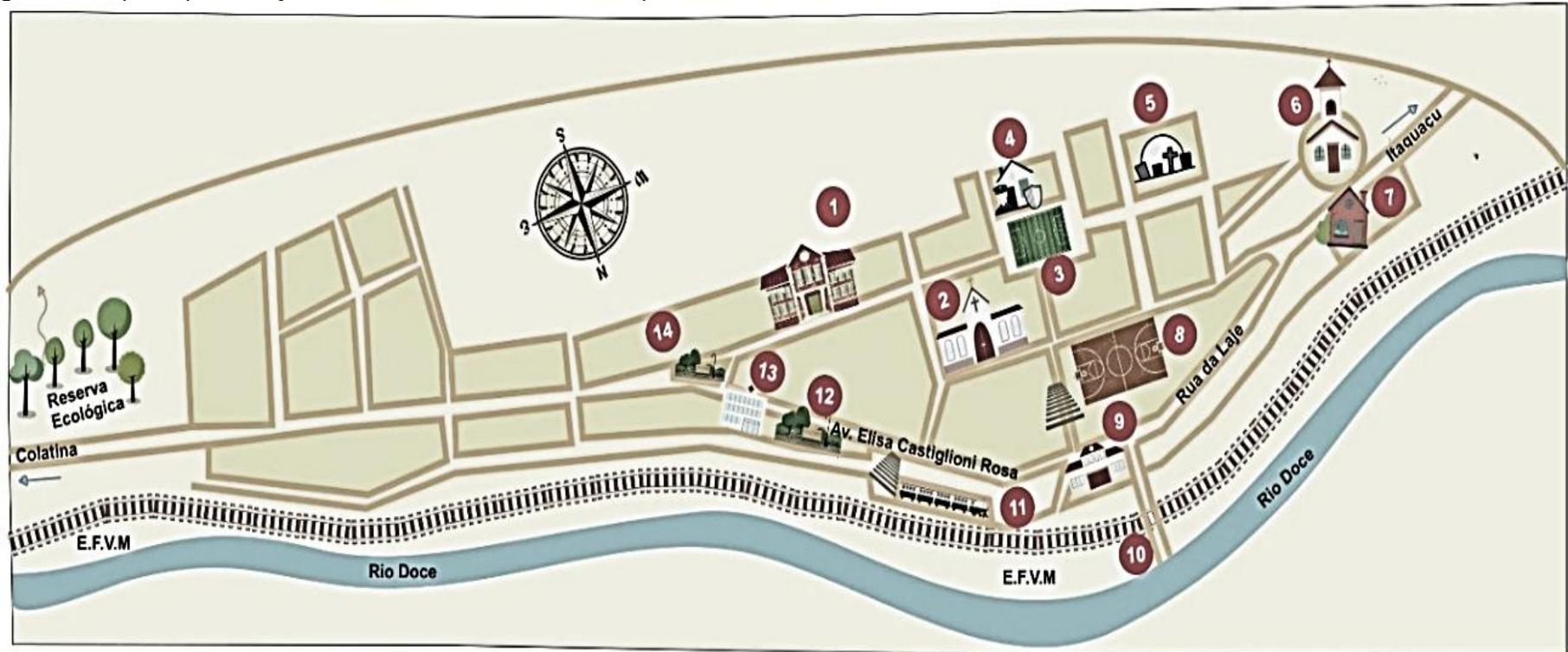
Fonte: produzido pela autora, 2018.

A espacialização dos territórios de valores, possíveis de localização estão representados na Figura 50. O croqui constitui uma representação de elementos essenciais do espaço, como a localização ou indicação de trajetos com a finalidade de melhor interpretação.

No croqui estão representados os territórios de valor que compõe as perguntas do questionário aplicado ao grupo de respondentes. Vale destacar os território do rio Doce, da estrada de ferro, e das estradas que permitem a chegada e saída do Sítio Histórico de Itapina. O museu, representado no croqui, com o número 9, se chama Museu Histórico Municipal Virgínia Tamanini. O antigo clube, segundo os moradores

localizava-se próximo a estação ferroviária, na Avenida Elisa Castiglioni Rosa. A seguir observe a representação dos territórios de valores em Itapina.

Fig. 50 – Croqui - representação dos territórios de valores em Itapina.



- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1 - Grupo Escolar Maria Ortiz                | 8 - Quadra de Esportes   |
| 2 - Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro | 9 - Museu                |
| 3 - Campo de Futebol                         | 10 - Ponte               |
| 4 - Delegacia                                | 11 - Estação Ferroviária |
| 5 - Cemitério                                | 12 - Praça               |
| 6 - Igreja Santo Antonio                     | 13 - Antigo Hospital     |
| 7 - Casa da Parteira                         | 14 - Praça               |

Fonte: Produzido por Larissa Comério, 2018.

De acordo com o exposto, a APAC vive uma multiterritorialidade constituída pelos territórios múltiplos discutidos anteriormente. Na análise aplicada ao objeto de estudo, Itapina vai além de um território unitário como condição estática definida, mas uma dinâmica combinada de multiterritorialidade expressa pelas concepções de territorialização e reterritorialização de indivíduos e ou grupos sociais, bem como a ação do Estado, da empresa, dos modais de transporte, e da economia exploratória da madeira e dos cafezais estabelecida nos arredores, estabelecendo uma dinâmica de ritmos e escalas diversas, justapondo a convivência de territórios distintos e a convergência destes no núcleo urbano de Itapina.

Vale resaltar que essa experiência multiterritorial pós moderna, não se constitui simplesmente, da justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinaados, mantêm-se individualizado numa espécie de todo como produto de suas partes, mas da efetiva experiência multiterritorial considerando a compressão espaço-temporal que permite os agentes (indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas) promoverem a multiterritorialização, num caráter mais simbólico e funcional relacionado ao movimento migratório e as múltiplas identidades territoriais do indígena e dos diversas etnias que se territorializaram em caráter mais contínuo e ou descontínuo, combinada em tempos espaciais desiguais, conforme vimos na análise do espaço/território de Itapina e de seus arredores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da multiterritorialidade constituída com a evolução do povoamento, da economia cafeeira, da infraestrutura de transporte e suas inter-relações com a construção da paisagem de Itapina, teve como destaque como ocorre, a ocupação, o auge e a decadência da dinamicidade comercial, cultural e econômica do sítio histórico sendo que se fundamentou na teoria do espaço e do território permitindo compreender os objetivos do objeto de pesquisa no recorte espacial e temporal no período entre 1906 e 2016.

Um espaço de multiterritorialidades se constitui, inicialmente, é, não só de território abrigo da população, mas, também, um território político-econômico do Estado que permaneceu um longo período isolado para evitar o contrabando do ouro de Minas Gerais. Posteriormente, o isolamento deixa de existir, com a abertura da navegação no Rio Doce, a delimitação de fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, a abertura de picadas para a passagem das tropas de mulas que, mais tarde, transformar-se-iam em estradas carroçáveis, e finalmente, em estradas de terra e de asfalto permitindo que o núcleo urbano de Itapina se tornasse um entreposto comercial importante no Vale do rio Doce.

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas no Vale do Rio Doce permitiu o escoamento da madeira, da produção de café e de outros cereais até o porto da capital, que definiu sua centralidade no Estado. Em contrapartida, o trem levava da capital, mercadorias que não eram produzidas na região. Pode-se afirmar que os trilhos de uma ferrovia são um importante território político-econômico que permite a ação do Estado e do mercado sobre o espaço geográfico.

As pontes construídas sobre os rios, em especial, a ponte construída sobre o Rio Doce, em Colatina, consolidou a centralidade determinada pelo Estado para um território. As pontes contribuíram para que a produção das propriedades agrícolas pudessem ser escoada até o mercado consumidor.

Durante a pesquisa, deparou-se com a informação de que a origem do povoamento do núcleo urbano de Itapina ocorreu na segunda metade do século XIX. Entretanto,

pôde-se constatar que sua origem se deu ao final da primeira década do século XX, com a chegada dos trilhos da ferrovia. Antes desses, havia a presença do Aldeamento Laje, com as tribos Munhageruns e Nac-Nuncs, pertencentes ao grupo Macro-Jê e à família dos Botocudos. Quanto à territorialidade indígena, verifica-se a relação de poder da tríade dialética, o Estado, o Mercado e o Colono, que promoveu seu desaparecimento por miscigenação, morte ou mudança.

O Porto Final constitui-se, a partir da navegação fluvial, um importante entreposto comercial. Situava-se a oeste de Itapina, no baixo Rio Doce, onde atualmente localiza-se Mascarenhas, atual distrito de Baixo Guandu. O Porto Final perdeu sua centralidade e importância econômica com a chegada da estrada de ferro, em 1906-07 e a presença do trem para o transporte de mercadorias e pessoas até a capital do Estado.

Em relação à chegada dos imigrantes na região de entorno de Itapina, muitas pesquisas realizadas indicam que se deu a partir dos núcleos de povoamento, instalados nos períodos do Império e da República. Os descendentes desses europeus, juntamente com mineiros e fluminenses, ocuparam terras devolutas às margens do Rio Doce. Pôde-se, também, constatar que chegaram imigrantes diretamente da Itália, com o destino para o Rio Doce, especialmente para Baixo Guandu e, posteriormente, para a Fazenda Serra, na cabeceira do Rio Desengano. Esses registros foram encontrados na *Base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo, nos séculos XIX e XX*, publicado por Cilmar Franceschetto pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e no livro *Histórias e Flagrantes de Baixo Guandu*, de autoria de Manoel Milagres Ferreira. Foi possível verificar que muitas famílias que trabalharam na Fazenda Serra, mais tarde se estabeleceram no núcleo urbano de Itapina e/ou adquiriram terras às margens do Ribeirão Laje.

Conforme apresentado, o núcleo urbano viveu uma centralidade econômica, para o qual convergiam as territorialidades dos modais de transporte, como a ferrovia, o rio navegável e as estradas. Todo o comércio que se estabelecia em Itapina objetivava atender ao colono, ao produtor de café, abrangendo uma área que corresponde aos atuais municípios de Afonso Claudio, Itarana, Itaguaçu, Baixo Guandu e Colatina. A circulação do capital obtido do café, também, contribuiu para o desenvolvimento

cultural, com os eventos culturais, tais como: teatro, festas e eventos religiosos, cinema, bailes, shows, bares, ou seja, toda a movimentação que dava vida ao núcleo.

Ao longo do século XX, várias foram as crises relativas à cultura cafeeira, porém, no Espírito Santo, as crises de maior impacto foram aquelas desenroladas a partir da década de 1960, levando o Estado, por meio do Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA), a promover um plano de erradicação dos cafezais. O Espírito Santo erradicou, proporcionalmente, o maior número de pés de café, promovendo uma desterritorialização da população das unidades produtivas na zona rural para uma reterritorialização nos espaços urbanos, trazendo como consequência a decadência e a estagnação de muitas pequenas localidades do interior.

A economia do núcleo urbano de Itapina, desenvolveu-se na dependência da cultura cafeeira. Esta dependência, em relação às atividades monocultoras, demonstra a fragilidade na relação entre os elementos que constituem os pares dialéticos, o Estado e o Mercado, o Externo e o Interno, o Novo e o Velho apresentados por Milton Santos. Percebe-se que os elementos que constituem as variáveis mudam de significado ao longo do tempo. O interno é tudo o que aparece num dado momento e num local, e o externo é tudo, a escala do lugar, do estado, do país e do mundo. Desse modo, o núcleo urbano de Itapina tem variáveis internas e externas, que organizam a vida do lugar a partir da imbricação desses fatores determinando as modalidades do impacto sobre a organização já existente.

No núcleo urbano de Itapina combinam variáveis de tempos diferentes, tanto o novo como o velho são dados permanentes da história e acotovelam-se em todas as situações, mas é o novo que aparece com mais eficácia, nem sempre desejado, e pode ser recusado se traz a ruptura que retira a hegemonia de quem a detém, pois causa choque e resistência. Encontrou-se, também, a presença da dialética entre o Estado e o Mercado, que se constituem mediadores entre o externo e o interno, entre o novo e o velho. O mercado constitui fator de controle, de unificação, de restauração estabelecendo o equilíbrio, já o Estado exerce o papel de regulador, pois detém os instrumentos para realizar a regulação, que ocorre de maneira planejada preocupando-se a curto, médio e a longo prazos. Pode-se perceber que a maneira

pela qual o Estado realiza a intervenção determina a sua configuração espacial para a geografização das diversas variáveis que compõe uma situação de uma localidade.

O contexto da sociedade que viveu em Itapina, ao longo do período de estudo, alterou-se de acordo com o momento histórico, econômico, cultural e político vigente a cada período, sendo que o maior número de habitantes do distrito, de 5.350 pessoas foi em 1960, e o maior número de habitantes no núcleo urbano, 1.220 pessoas em 1970. A partir daí, os dados do Censo – IBGE apontam que, a cada contagem da população, há uma perda da população. Mas, isso não significa a morte de um lugar, demonstra, sim, fragilidade de ações e políticas por parte do Estado e do Mercado, bem como suas intencionalidades de concepção no território. Desde sua origem, Itapina era a maior do mundo, na imaginação de seus antigos moradores, mas entrou em decadência. O Porto Final, atual Mascarenhas, fora a “vida”, entre 1879 e 1907, para a região e seu entorno, com a inauguração da navegação a vapor no Rio Doce, mas entrou em decadência com a chegada dos trilhos e a abertura de novas estradas. Regência, na foz do Rio Doce, também viveu o auge, no período da navegação a vapor, mas entrou em decadência. Dorren Massey descreve em seu livro “Pelo Espaço” (2009, p. 21), “que todas essas lembranças de antigos esplendores e de sua fragilidade são importantes”, pois a coincidência de eventos forma as estruturas do tempo-espaço, e que esses eventos, como ascensão, glória e decadência, constituem um indicativo de como reagir diante deles.

A decadência dessas localidades teve uma combinação de fatores, e, em especial no núcleo urbano de Itapina que se deu em função da economia dependente da cultura cafeeira, da abertura de estradas, ligando os diversos lugares entre si, ampliando os interesses de transporte de matéria prima pela ferrovia. Nesse contexto, entra em cena o minério de ferro, a erradicação dos cafezais, e, como consequência, a desterritorialização parcial da população e (quase que total) das casas de comércio e armazém rompendo com a estrutura que havia se estabelecido.

O breve momento de ascensão econômica, política e cultural se materializou no espaço/território deixando um legado a ser preservado. Os casarões, casas comerciais, igrejas, escolas, ruas, hospital marcam a época de esplendor. Podemos perceber que, com os estudos institucionais e acadêmicos, para a identificação da

arquitetura e da história, realizados a partir de 2010, se consolidou uma nova territorialidade, o processo de tombamento, realizada pelo Estado, com a finalidade de proteger o núcleo urbano de Itapina.

A multiterritorialidade contemporânea constituída no distrito de Itapina formula-se em um entrecruzamento de diferentes territórios. A resolução de tombamento delimitou a Área de Proteção do Ambiente Cultural, e, dentro da APAC, encontramos múltiplos territórios, denominadas zonas de setorização, sendo que todas essas zonas têm, em comum, a preservação. A APAC possui outros territórios como: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, o das redes de transportes, as rodovias federal, BR – 259 e a estadual ES – 164, e as propriedades rurais. Todos esses territórios (citados anteriormente) apresentam um caráter, dinâmico, multidimensional, e, ainda, multiescalar, associados aos sujeitos que os promovem, seja um indivíduo, um grupo, classe social ou uma instituição. Todos esses territórios devem priorizar a dinâmica combinada de múltiplos territórios, ou multiterritorialidade, que se desdobram num “continuum” movimento de caráter do mais concreto ao mais simbólico, integrando num mesmo conjunto o indivíduo, o grupo social e a instituição para compartilhar a experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço.

Quanto à permanência da Área de Proteção do Ambiente Cultural, defendida nesta dissertação, possibilita a preservação das características culturais materializadas sobre o espaço/território. Sua história, uma representação externa, ordenadora de fatos e personagens na linha do tempo, permite revisitá-la e reescrevê-la. Mas, a memória é viva, está em constante reconstituição e em continuidade ininterrupta e, ao expô-la como testemunho pessoal, resgata as camadas da população excluída da história. Na APAC, há valores corporificados na qualidade de objetos, construções, paisagens e, também imaginários ou fictícios construídos na percepção da pessoa que as percebe. Esses valores estão em constante reconstituição, pois, à medida que se renova a população, a percepção dos objetos se renova, permitindo novas abordagens e valorações das medidas de proteção presentes na resolução de tombamento para a APAC de Itapina. A Resolução de Tombamento (CEC Nº 003/2013) considera ser dever do Poder Público zelar pela integridade dos bens tombados, culturais e naturais localizados no perímetro da APAC. Essas medidas de proteção estabelecem embargos ou interdições constatadas pelo CEC – Conselho

Estadual de Cultura, SECULT- Secretaria de Cultura ou Prefeitura Municipal de Colatina, com a finalidade de garantir a preservação das características históricas, tipológicas, volumétricas e estéticas dos bens imóveis que compõem o Sítio Histórico Urbano de Itapina, bem como de seu respectivo entorno. Quanto aos demais territórios presentes na APAC terão integrados seus modos de usos respeitando as mudanças significativas e a reorganização desse território.

A pesquisa, também traz resultados para as potencialidades na APAC fundamentadas no Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Havendo investimento por parte do Estado e de empresas, considera-se a possibilidade de geração de renda voltada para atividades associadas aos setores criativos.

## RECOMENDAÇÕES

O presente item incorpora as recomendações para desdobramentos futuro da pesquisa:

- A elaboração de mapas, ou o mapeamento das territorialidades apresentadas na pesquisa, a saber: o povoamento, os caminhos, a economia cafeeira, a APAC e a multiterritorialidade contemporânea de Itapina.
- Uma maior historicização do debate teórico, da noção de modernidade/modernização, e do uso das noções de tempo/temporalidade para o objeto de análise.
- A análise de alguns mitos historiográficos, como o “mito da barreira verde”, o “mito do imigrante empreendedor”, o “mito da história dos vencedores”, o “mito do desaparecimento do indígena após a república” e da “história factual, institucional e semi-oficial”.

## REFERÊNCIAS

A *Gazeta*, **O café no ES**. 07/05/1985, p. 2.

A tribuna, **Ponte inacabada há 58 anos nunca foi usada**, de 16 de novembro de 2014, p. 15.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

BERGAMIN, Marcia Cristina. **A pequena propriedade rural no Espírito Santo: constituição e crise de uma agricultura familiar**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) > 44th Congress, July 23-27, 2006, Fortaleza, Ceará, Brazil.

BRASIL. IBGE, **Recenseamento Geral do Brasil**. Parte XIV - Espírito Santo. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico do Estado do Espírito Santo**. Volume, XXII Tomo 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento, 1955.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico de 1960 - Espírito Santo**. Volume I. Tomo X, 1ª parte. Rio de Janeiro, 1965.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico de 1970 – Espírito Santo**. Volume I. Tomo XV. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980**. Censo Demográfico Dados Distritais – Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico de 1991 - Espírito Santo**. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Número 19. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2000** - microdados da amostra - região sudeste 1/7 Espírito ES. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012.

BUFFON José Antonio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Campinas: UNICAMP, 1992.

BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**. 1995. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espírito-santo/> Acesso em 10 de agosto de 2013.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

CAMPOS, Helcio Ribeiro. **A resolução de fronteiras Minas Gerais-Espírito Santo na Zona do Contestado**. Revista Geonorte, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1010-1030, 2013

CASTIGLIONI. Aurélia H. **Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX**. GEOGRAFARES, nº 7, 2009.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **A imigração Italiana no Espírito Santo: análise das características dos imigrantes**. p. 101-128. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

CELIN, Jose L. **Contribuição ao estudo da pequena produção na cafeicultura brasileira**: O Caso do Espírito Santo. Revista Análise Econômica. Porto Alegre (RS): UFRS, Ano 02, Nº04, NOV./1984, p. 67-75

COELHO, André Luiz Nascentes. **Bacia hidrográfica do rio Doce (MG/ES)**: Uma Análise socioambiental integrada. GEOGRAFARES, nº 7, 2009. P 131-146.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Rio Doce**: a espantosa evolução de um vale. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Análise crítica de textos geográficos**: breves notas. Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, n.14, p. 7-14, 2º semestre de 2003.

COTRIM, Gilberto. **História Global**: Brasil e Geral. vol. Único. ed. 8º. São Paulo, 2005

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração tece a cidade**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DADALTO, Maria Cristina; VILAÇA, Adilson. (Org.) **Coração de Imigrante**. Vitória: Cultural & Edições, 2008.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DARÉ, Raquel. **A crise cafeeira e ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. Dissertação do Mestrado do Programa de Geografia. UFES/2010.

DE BONI, Luís Alberto. **Imigração Italiana no Brasil**. p. 11-27. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

EHRENREICH, Paul. 1855-1919. **Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Trad. de Sara Baldus; organização e notas por Julio Bentivoglio. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

ESCELSA. **Projeto de Educação Ambiental**: nas águas do Rio Doce. Grupo: EDP/ESCELSA, 2004.

ESPINDOLA, Haruf S. **A navegação do Rio Doce**: 1800-1850. Revista Navigator. V 3. N° 5, p. 50-72, 2007. Disponível em [http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5\\_art4.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5_art4.pdf). Acesso em 10/04/2017

ESPINDOLA, Haruf S. **Populações Nativas do Rio Doce**. Arkeos. Perspectivas em diálogo. V. 16, p.153-170, 2006.

ESPÍRITO Santo. **Carta da Província do Espírito Santo de 1850** – disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/46793>. Acesso em 14 dez 2017.

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão** da quarta legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire em 22 de setembro de 1903. Vitória: Papelaria e Typographia Helson Costa & Comp., 1903

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar**, Presidente do Estado do Espírito Santo, em 22 de setembro de 1930. Vitória, 1930.

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem apresentada pelo Presidente Nestor Gomes** ao Congresso Legislativo do Espírito Santo, em 31 de outubro de 1921. Vitória: Oficina de Imprensa Estadual, 1921.

ESTIGARRIBIA, Antonio Martins Vianna. **Relatório do Sistema de Proteção ao Índio e localização de trabalhadores nacionais**. O Diário, Vitória, ES, Ano VII, nº 296, 30 nov. 1912, p.1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acesso em 20/07/2017.

ESTIGARRIBIA, Antonio Martins Vianna. **Relatório do Sistema de Proteção ao Índio e localização de trabalhadores nacionais**. O Diário, Vitória, ES, Ano VII, nº 298, 01 dez. 1912, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> acesso em 20/07/2017.

FAÉ, Maria Inês. **O transporte de imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo**. p. 230-247. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Folha de São Paulo, 1975.

FERREIRA, Manoel Milagres. **Histórias e flagrantes de Baixo Guandu**. 2ª ed. Vitória: UFES – ES, 1985.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo. Organizado por Agostinho Lazarro. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Estrutura conjuntural na época da migração – século XIX e início do século XX**. p. 28-32. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

FUNAI. **Política indigenista**: Serviço de Proteção ao Índio, Brasília, 14 de dez. de 2017. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?start=1>>. Acesso em 14/12/2017.

GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2005.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Territorialidade**. In: SANSONE, Livio; FURTADO, cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala**

**oficial portuguesa** / prefácio, Lilia Moritz Schwarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014.

GONÇALVES, Cassius; DALESSIO, Vito; DUTRA, Renato. **Estrada de Ferro Vitória-Minas – Rio Doce – terra proibida**. São Paulo: Dialetto, 2010.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina; Universidade de São Paulo, São Paulo, 20 a 26 de março de 2005, p. 6774-6792.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Ed. 3ª Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista do Departamento de Geografia. UFF, RJ, GEOgraphia, Ano IX, Nº 17, p. 19-46, 2007.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KILL, Miguel A. **Terra capixaba: geografia & história**. Vitória: Edição do autor, 2005.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED, Museu Nacional, UNESCO, 2006. Disponível em

[www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/ColET12\\_Vias01WEB.pdf](http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/ColET12_Vias01WEB.pdf) .

Acesso em 06/04/2017

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organizado por Oswaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MADURO, Luis Carlos. Itapina: um distrito agradável, é parte integrante de Colatina. In: REVISTA Nossa. **Colatina**, Ano IV, nº 25, set de 1986.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios Imperiais**: os Botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845). Dissertação (mestrado), UFES, 2007.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade//tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Ed. 2ª Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

MATOS, Patricia Francisca de. **Estrada de ferro**: o anúncio das metamorfoses de modernização do território no sudeste goiano. Ateliê Geográficos: Goiânia – GO V. 6 n. 1, Abril 2012, p.189-217.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Texto preparado por Eduardo Garc, Belsunce e Ezequiel Olaso. Traduzido do espanhol por António José Massano e Manuel Palmeirim. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1978. Disponível em <http://www.portalconservador.com/livros/Jose-Ferrater-Mora-Dicionario-de-Filosofia.pdf> Acesso em 03/10/2017

O Diário. de 30 de outubro de 1912. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acesso em 20/07/2017.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. VITÓRIA: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PARAÍSO, Maria Hilda. **Os botocudos e sua trajetória histórica.** p. 413-430. In: o CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1998.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sobrepondo valores:** a construção do território de Igarassu – PE. Dissertação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

PIÉRON, Henri. **Dicionário de Psicologia.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

PIMENTA. Demerval José. **A vale do Rio Doce e sua história.** Belo Horizonte: Veja S.A, 1982.

POSENATO, Julio. **Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo.** Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Maratona do Saber.** Colatina: SMEC, 1990.

PROCHNOW, Miriam. **A Mata Atlântica e sua Importância.** P. 10-19. In: Adequação Ambiental de Propriedades Rurais no Espírito Santo. Vitória: SEAG-Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2010.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **Estrada de ferro e territorialidade no Espírito Santo da Primeira República.** Revista Ágora • Vitória • n. 20 • 2014 • p. 84-109.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Traduzido por Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Rogério. **Território Sagrado:** diáspora, exílio e reconquista indígena no Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

RESOLUÇÃO CEC/ES Nº 003/2013. **Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina**. Vitória: DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO - EXECUTIVO. Sexta-feira, 28 de Junho de 2013, p. 10-29.

RETZ, S. **Memória, vivência e testemunho**. Santa Maria de Jetibá: Graficol, 2005.

ROCHA, Haroldo Corrêa. MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e a grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

RODRIGUE, Jean-Paul de. **A Geografia dos transportes**. New York: Routledge, 2013. Disponível em [people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch1en/conc1en/ch1c4en.html](http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch1en/conc1en/ch1c4en.html). Acesso em 07/04/2013.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da imigração Alemã: História e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Recod, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANSONE, Livio; FURTADO, cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** / prefácio, Lilia Moritz Schwarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva. - Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCALZER, Simone Zamprogn. **O Núcleo Timbuy/SantaTeresa (ES):** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

SECULT / ESPÍRITO SANTO. **Processo de Tombamento do Sítio Histórico de Itapina**. Vitória: Secult, 2010.

SELAU, Maurício. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925):** resistência e extermínio. Florianópolis: Bernúncia, 2010.

SILVEIRA, Aline V. **O Sítio Histórico de Itapina/ES e a paisagem cultural do Vale do Rio Doce:** desafios e possibilidades. 4O COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

SIMONELLI, Marcelo. **A Mata Atlântica no Espírito Santo** In: Adequação Ambiental de Propriedades Rurais no Espírito Santo. Vitória: SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2010.

TEIXEIRA, Fausto. **Colatina ontem e hoje**. Colatina: Imprensa Oficial Municipal, 1974.

TEIXEIRA, Tamara Lopes. **Estrada de Ferro Vitória – Minas:** Elementos para a gestão da paisagem ferroviária. Dissertação do Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – UFES / 2013.

XAPORI PRODUÇÕES. **Começo sem fim**. MCA Etnográfica, 2011.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama Histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1982.